

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

CAROLINE GOMES NUNES

A REPRESSÃO AOS ESTUDANTES, PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS DURANTE A DITADURA MILITAR (1964-
1979)

GOIÂNIA 2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE HISTÓRIA

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES
ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese

2. Nome completo do autor

Caroline Gomes Nunes

3. Título do trabalho

A REPRESSÃO AOS ESTUDANTES, PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS NA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE GOIÁS DURANTE A DITADURA MILITAR (1964-1979)

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **David Maciel, Professor do Magistério Superior**, em 22/02/2021, às 10:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **CAROLINE GOMES NUNES, Usuário Externo**, em 22/02/2021, às 19:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1885991** e o código CRC **1F71FD1F**.

CAROLINE GOMES NUNES

**A REPRESSÃO AOS ESTUDANTES, PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS DURANTE A DITADURA MILITAR (1964-
1979)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Área de Concentração: Cultura, Fronteiras e Identidades.

Linha de Pesquisa: Poder, Sertão e Identidades.

Orientação: David Maciel.

GOIÂNIA, 2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Gomes Nunes, Caroline
A REPRESSÃO AOS ESTUDANTES,
PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS DURANTE
A DITADURA MILITAR (1964- 1979) [manuscrito] /
Caroline Gomes Nunes. - 2019.
CLXIV, 164 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. David Maciel.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de História (FH), Programa de Pós-Graduação
em História, Goiânia, 2019.
Bibliografia.

1. Ditadura Militar Brasileira. 2. Autocracia Burguesa. 3.
Universidade Federal de Goiás. 4. Repressão política . 5.
Assessorias de Segurança e Informações. I. Maciel,
David, orient. II. Título.

Ata da Sessão de julgamento da Defesa de Dissertação de Mestrado de **Caroline Gomes Nunes**. Aos 31 (trinta e um) dias do mês de outubro de dois mil e dezenove (2019), com início às 14h30, nas dependências da Faculdade de História, teve lugar a sessão de julgamento da Defesa de Dissertação de Mestrado de **Caroline Gomes Nunes**, cujo título foi “**A REPRESSÃO DE ESTUDANTES, PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS DURANTE A DITADURA MILITAR (1964-1985)**”. A Banca Examinadora foi composta, conforme portaria nº 071/2019-PPGH, de 22 de outubro de 2019, pelos seguintes Professores Doutores: **David Maciel (Presidente)**, **Fabiane Costa Oliveira (IFG)**, **Jiani Fernando Langaro (PPGH/UFG)**, e, como suplente **Marcelo Lira (IFG)** e **João Alberto da Costa Pinto (PPGH/UFG)**. Os Examinadores arguíram na ordem acima citada. Às 16:30 horas a Banca Examinadora passou a julgamento em sessão secreta tendo sido a candidata Aprovada e o trabalho indicado para publicação.
Prof. Dra. Fabiane Costa Oliveira (IFG) Ass.: Fabiane Costa Oliveira
Decisão (Aprovada)
Prof. Dr. Jiani Fernando Langaro (PPGH/UFG) Ass.: Jiani
Decisão (Aprovada)
Presidente da Banca Prof. Dr. David Maciel - Ass.: David Maciel
Decisão (Aprovada)
Reaberta a Sessão Pública, a presidência da Banca Examinadora proclamou os resultados e encerrou-a, da qual foi lavrada a presente ata que vai assinada por mim, Cintila Alves Garcia, secretária do Programa de Pós-Graduação em História, e pelos membros da Banca Examinadora.

Coordenadora: Fabiana de Souza Fredrigo

Prof. Dra. Fabiana de Souza Fredrigo

Secretária: Cintila Alves Garcia

Cintila Alves Garcia

AGRADECIMENTOS

O desenvolvimento desta pesquisa só foi possível graças ao apoio e contribuição de professores, amigas (os) e familiares. A essas pessoas, dedico esta breve nota de agradecimento.

Em primeiro lugar, agradeço ao professor David Maciel, meu “pai acadêmico”, que me orientou desde a graduação. Obrigada por sempre me guiar e estar sempre disponível para solucionar minhas dúvidas. Igualmente manifesto a minha gratidão aos professores Jiani Langaro, Fabiane Costa Oliveira e João Alberto que tanto contribuíram com suas pertinentes considerações.

Agradeço também ao Flávio Diniz, um dos coordenadores do Centro de Informação, Documentação e Arquivos da UFG, por ter fornecido os primeiros documentos que possibilitaram o desenvolvimento desta pesquisa na graduação, quando eu era bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). Graças a sua ajuda, aquela pequena pesquisa gerou novos frutos.

A minha mãe Andrea C. Gomes e a minha avó Luzia Gomes, agradeço ao apoio incondicional e por me ensinarem o valor do conhecimento. Sou grata também pelas palavras de incentivo das minhas irmãs Júlia Gomes, Yasmin Gomes, Giovanna Nunes, Vivianni Nunes e do meu irmão, Lucas Nunes.

Sou grata também a todos os ex-professores da UFG que prontamente concederam entrevistas a mim, além de contribuírem com documentos que tornaram o desenvolvimento desta pesquisa possível. São eles(as): Orlando Ferreira de Castro, Urildo Alcântara, Sergio Paulo Moreyra e Ana Lúcia da Silva.

Por fim, agradeço ao meu psicólogo e ao meu psiquiatra, Dr. Astrogildo Naves e Dr. Igor Motta, e a todos os meus amigos(as) pelas palavras de conforto e estímulo em tempos tão difíceis. Muito obrigada, Mariana Mateus, Sara Lopes, Caroline Carvalho, Laura Fernandes, Rayi Kena Ferraz, Matheus Naves, Raphael Rodrigues, Pedro Paulo Campos, Bruna Alves, Carla Pereira, Nathália Ataides, Ronaldo Crispim, Giovanna Rosa, Camila Silva e Tathyanna Cunha.

RESUMO

A REPRESSÃO AOS ESTUDANTES, PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS DURANTE A DITADURA MILITAR (1964-1979)

Esta pesquisa visa, sobretudo, compreender o contexto histórico em que o aparelho repressivo construído pelo regime militar se desenvolveu e de que forma ele atuou dentro da Universidade Federal de Goiás. Portanto, para entender o contexto histórico em que se insere o golpe militar brasileiro, buscamos entender em primeiro lugar o processo de desenvolvimento do capitalismo monopolista no Brasil a partir da década de 50. Após o golpe militar, o governo inicia uma escalada repressiva contra os grupos de oposição ao governo. Estudantes, professores e funcionários “de esquerda” ligados às universidades figuravam entre os principais grupos que se opunham à ditadura e ousaram lutar contra ela. Por isso, o segundo passo dado por nós consistiu em uma tentativa de apreender a dimensão do movimento estudantil de esquerda nacional e regional, já que as universidades se tornaram lugares ostensivamente vigiados pelos órgãos de informações do regime militar. Com o crescente aumento dos grupos que lutavam contra o autoritarismo em vigor, principalmente após 1968, o governo procurou institucionalizar a repressão. O Ato Institucional nº 5 pode ser citado como um dos resultados dessa política, porém, dentro das universidades, a principal arma utilizada pelo governo para afastar os “subversivos” do local responsável pela formação das elites intelectuais, econômicas e políticas do país, foi a aplicação do Decreto Lei nº 477. As Assessorias de Segurança e Informação também foram órgãos de informação criados dentro das universidades para vigiar a comunidade acadêmica, responsáveis por guiar até mesmo a contratação de professores. Por fim, também descrevemos de que forma o governo militar planejava manter um “controle ideológico” dentro das universidades. Desta forma, conseguimos apontar quais foram os estudantes, professores e funcionários vinculados à UFG que foram perseguidos e/ou punidos, além de esclarecer quais eram as justificativas apresentadas pelo regime militar para a realização de tais atos e captar de que forma os órgãos de repressão monitoravam a esquerda dentro da UFG.

Palavras-chave: *Ditadura Militar Brasileira, Autocracia Burguesa, Universidade Federal de Goiás, Repressão Política, Assessorias de Segurança e Informações.*

ABSTRACT

THE REPRESSION OF STUDENTS, TEACHERS AND OFFICIALS IN THE FEDERAL UNIVERSITY OF GOIÁS DURING THE MILITARY DICTATORSHIP (1964-1979)

The research aims specially to understand the historical context where the repressive apparatus instituted by the military regime was developed and how it acted within the Federal University of Goiás. Therefore, to comprehend how the Brazilian military coup was inserted, we seek first to understand the development process of monopolistic capitalism in Brazil from the 1950s. After the military coup, the government undertakes a repressive escalation against opposition groups. “Leftists” students, professors and university-affiliated officials were among the leading groups that were opposite to the dictatorship and dared to contest it. That is why the second step represents an attempt to grasp the size of the national and regional left-wing student movement since the military regime’s media have ostensibly guard the universities. With the growing number of anti-authoritarian groups in force, outstandingly after 1968, the government sought to institutionalize repression. The Institutional Act N^o. 5 is one of the results of this policy, but inside the universities, the most essential weapon used by the government to push the “subversives” away from the place responsible for ranging the country’s intellectual, economic, and political elites was the implementation of Decree Law N^o. 477. The Security and Information Advisory Offices were also intelligence agencies created inside the universities to oversee the academic community, responsible for guiding even the hiring of teachers. In conclusion, we equally describe how the military government planned to maintain “ideology control” within universities. Consequently, we were capable to point out which were the students, teachers and officials linked to the UFG who were persecuted and/or punished, as well as clarify what were the justifications presented by the military regime for the performance of such acts and capture how the repressive organs monitored the left-wing inside the UFG.

Keywords: *Brazilian Military Dictatorship, Federal University of Goiás, Political Repression, Security Advisory and Information.*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I – O NASCIMENTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	
1.1 O Desenvolvimento do Capitalismo Monopolista.....	16
1.2 O Movimento Pró-Criação da UFG	19
1.3 A Universidade Federal de Goiás (1960 – 1964).....	21
1.4 O Golpe Militar	32
1.5 A Institucionalização da Ditadura Militar Brasileira	44
CAPÍTULO II – DITADURA MILITAR: RESISTÊNCIA E REPRESSÃO	
2.1 O Movimento Estudantil em Goiânia (1964-1968	54
2.2 A Repressão Política dentro da UFG: o Primeiro Ciclo.....	63
2.3 Rumo à Reforma Universitária	79
CAPÍTULO III – O CONTROLE POLÍTICO E IDEOLÓGICO	
3.1 A Reforma Universitária	86
3.2 O Projeto Rondon na UFG	97
3.3 O Novo Ciclo Repressivo	100
3.4 O Processo de Reorganização do Movimento Estudantil e a Criação da Assessoria de Segurança e Informação na UFG	128
CONSIDERAÇÕES FINAIS	150
REFERÊNCIAS	154

INTRODUÇÃO

Nosso trabalho tem como objetivo principal analisar e levantar problemas acerca do processo de repressão política ocorrido dentro da Universidade Federal de Goiás durante a Ditadura Militar Brasileira, expondo seu impacto sobre a comunidade acadêmica e sob a vida dos sujeitos afetados, questionando sua legitimidade e identificando como se desenvolveu o aparato repressivo desse governo.

Nosso recorte temporal vai de 1964 a 1979, período em que as universidades foram um dos principais alvos do aparato repressivo do governo, devido a presença de vários grupos de esquerda que lutaram contra o regime militar. Entretanto, a fim de analisar nosso objeto a partir de uma perspectiva da totalidade, consideramos ser necessário compreender o contexto histórico no qual tal processo está inserido, analisando as principais características da sociedade brasileira desde o início da década de 30, quando o movimento nacionalista associado com uma proposta desenvolvimentista ganha força, até a irrupção do capitalismo monopolista e seus desdobramentos na década de 50.

No primeiro capítulo, intitulado “O nascimento da Universidade Federal de Goiás”, realizamos uma breve análise dos principais aspectos econômicos e políticos do Brasil, sobretudo do Estado de Goiás, entre as décadas de 30 e 50, período marcado pelo desenvolvimento de uma ideologia desenvolvimentista/modernizante promovida pelo Estado brasileiro. A criação da Universidade Federal de Goiás insere-se nesse contexto, momento em que o governo coloca em prática a política de expansão e federalização do ensino superior brasileiro, motivado pela crença de que essas instituições impulsionariam as transformações necessárias para que o Brasil conseguisse realizar a transição para a nova etapa do capitalismo já consolidada nas nações hegemônicas, o capitalismo monopolista.

Em 1961, assume a presidência João Goulart, considerado um herdeiro do nacionalismo e do populismo getulista, fato que desagradou a cúpula política e a alta hierarquia das Forças Armadas. Durante seu governo, as lutas e movimentos sociais proliferam-se, influenciados principalmente pelas propostas das “Reformas de Base”, levantadas por Goulart, que prometiam mudanças profundas na política socioeconômica (ARNS, 2011, p. 57). “Instaurou-se um grande debate na sociedade.

Nas cidades e nos campos, nas greves urbanas e nas ocupações de terras, agitavam-se os movimentos sociais, reivindicando, exigindo, radicalizando” (REIS FILHO, 2014, p. 33-34). Com isso, as elites tradicionais e os grupos empresariais modernizantes sentiam obscuramente que um processo de redistribuição radical da riqueza e de poder, em cuja direção apontavam as reformas, atingiria suas posições, rebaixando-as. “E nutriam um Grande Medo de que viria um tempo de desordem e de caos, marcado pela subversão dos princípios e dos valores vigentes, inclusive dos religiosos”. (REIS FILHO, 2014, p. 37)

Diante desse clima de agitação social, a institucionalização da ordem política autoritária era um componente fundamental do processo de preservação e aprofundamento da autocracia burguesa, que articulava organicamente os determinantes econômico-sociais e políticos da dominação burguesa (infraestrutura e superestrutura), num só movimento histórico, e expressava uma estratégia de revolução passiva, impedindo que as contradições sociais geradas pelo desenvolvimento do capitalismo monopolista viessem a explodir numa crise catastrófica. Tal função era exercida através da repressão pura e simples e do controle militar do governo, mas também por meio de diversos instrumentos de cooptação e domesticação do conflito político, como os partidos, o processo eleitoral ou a estrutura sindical oficial (MACIEL, 2004, p. 29). Após o golpe militar de 1964, o autoritarismo se torna o principal instrumento utilizado pelo Estado brasileiro para reprimir os movimentos sociais que lutavam principalmente por uma maior igualdade social e econômica na sociedade brasileira.

Já no segundo capítulo, intitulado “Ditadura Militar: resistência e repressão”, iremos expor de que forma a institucionalidade autoritária se consolidou, principalmente contra os movimentos estudantis de esquerda, bastante atuantes nas universidades brasileiras. Dentro da UFG e de todas as universidades, o anseio por uma ‘limpeza’ ideológica levou ao bloqueio da livre circulação de ideias e de texto, e a instalação de mecanismos para vigiar a comunidade universitária. Estudantes, professores e funcionários da UFG que se opunham ao regime militar foram alvos das comissões de sindicância e de inquéritos policial-militar conduzidos por aliados da ditadura militar, resultando no afastamento de várias pessoas vinculadas à UFG.

O movimento estudantil de esquerda continuava a ganhar força nacionalmente, vivenciando seu ápice no ano de 1968, durante o governo do general Costa e Silva.

Nesse ano, em Goiânia, os professores também publicaram o Manifesto dos Professores Universitários, que fazia duras críticas ao regime vigente. Diante desse quadro, o governo militar precisou criar novos instrumentos para tentar controlar e reprimir ideologicamente esses grupos de oposição.

Portanto, no último capítulo que tem como título “O controle político e ideológico”, buscamos apreender quais foram as ações promovidas pelo governo militar que visavam enfraquecer o movimento estudantil, identificando os desdobramentos do início do segundo ciclo repressivo contra integrantes da comunidade acadêmica que ousaram continuar lutando contra o autoritarismo do governo.

A Reforma Universitária aprovada no final de 1968 pode ser considerada uma tentativa de superar as estruturas ultrapassadas do ensino superior brasileiro, porém, ela também foi responsável por estruturar a política educacional de fragmentação interna das instituições de ensino superior. A partir dela, as universidades foram segregadas em campus, contribuindo para a desmobilização do movimento estudantil. Outra estratégia promovida pelo governo militar para tentar desestruturar o movimento estudantil foi a criação do Projeto Rondon. Com ele, a ditadura pretendia incentivar a juventude a atuar politicamente e socialmente em atividades de cunho assistencialista, fazendo com que esses jovens se aproximassem dos valores difundidos pela ditadura. A UFG não ficou de fora desse projeto, iniciando sua participação em 1972.

Porém, a principal ação do governo militar contra a radicalização da oposição foi a promulgação do Ato Institucional nº 5 no final de 1968, que permitia uma série de ações arbitrárias, além de conceder poder aos governantes para punir todos os inimigos do regime. Todavia, ainda preocupados com o ativismo radical no ensino superior, os militares criaram ações repressivas direcionadas para as universidades, como o Decreto-Lei nº 477, promulgado no início de 1969. Elaborado pelo ministro Gama e Silva, ele “foi concebido para dismantelar o movimento estudantil” (MOTTA, 2014, p. 154). O DL 477 prejudicou ainda mais o movimento estudantil, pois apresentava punições severas para quem participasse de práticas da militância estudantil. Como punição, os professores atingidos eram demitidos e ficavam impossibilitados de trabalhar em qualquer outra instituição educacional do país por

cinco anos, ao passo que os estudantes eram expulsos e ficavam proibidos de cursarem qualquer universidade por três anos.

Por fim, em 1970, os serviços de informações foram expandidos após a aprovação do Plano Nacional de Informações (PNI). A partir dele, as Divisões de Segurança e Informação (DSI) foram estimuladas a subdividirem-se, de forma a serem estabelecidas em instituições subordinadas ao controle dos ministérios. Surgiam então as denominadas Assessorias de Segurança e Informações (ASI), ou Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESI). “No âmbito das universidades, as ASI foram criadas a partir de janeiro de 1971, após aprovado seu Plano Setorial de Informações” (MOTTA, 2008: 44). Como veremos no terceiro capítulo, a ASI/UFG foi um órgão de informação ativo, responsável por vigiar toda a comunidade acadêmica e identificar os principais “inimigos da revolução de 64”, a fim de puni-los.

Apesar de todo esse aparato repressivo, a partir de 1975 o movimento estudantil inicia o processo de reorganização das entidades de representação estudantil. No mesmo ano, foi fundado o Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA), lançado pela ex-prisioneira política Therezinha Zerbini. O MFPA foi a primeira organização a defender abertamente a anistia no país e recebeu o apoio da igreja católica, de entidades de classe e do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). A campanha pela anistia ampla, geral e irrestrita, se intensificou nacionalmente a partir de 1978, ano em que foi fundado em Goiânia o Comitê Goiano pela Anistia, integrado por vários estudantes e professores que foram perseguidos pela ditadura militar. No ano seguinte, assume a presidência da república o general João Figueiredo, que promete intensificar a política de distensão e caminhar para uma “abertura” do regime. Pouco tempo depois, foi determinada a extinção das ASIs universitárias “por determinação superior”, porém, a ASI/UFG continuou funcionando oficialmente até 1986, ou seja, mesmo após o fim do regime militar.

Inicialmente, nossas hipóteses para a realização deste trabalho eram as seguintes: 1) para o governo militar, a repressão na UFG era fundamental para o controle do conflito político no Estado, devido ao protagonismo do movimento estudantil e da comunidade universitária entre as principais forças de oposição à ditadura; 2) a repressão política desencadeada pelo regime militar dentro da UFG

contribuiu para o enfraquecimento da esquerda goiana na década de 70; 3) a repressão continuou mesmo depois do governo do general Figueiredo.

A realização deste trabalho só foi possível graças à documentos e alguns livros com depoimentos de ex-professores, ex-alunos e ex-funcionários da UFG, sendo estes: documentos disponibilizados pelo Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), ferramenta de pesquisa digital desenvolvida pelo Arquivo Nacional; documentos provenientes do Centro de Informação, Documentação e Arquivo da UFG, localizado no Campus Samambaia da UFG; o livro “A Ditadura Militar em Goiás: Arquivos Revelados”, produzido pela Associação dos Anistiados, pela Cidadania e Direitos Humanos do Estado de Goiás (ANIGO); “Memórias Transcritas”, livro organizado por Célia Maria Alves e Vera Cortês; “Cela 14 – Militância, Prisão e Liberdade, livro escrito pelo ex-professor da UFG Horieste Gomes; “A Ditadura Militar em Goiás: depoimentos para a História”, livro escrito por Pinheiro Salles; e por fim, o livro “Universidade Federal de Goiás: Imagens e Memórias (1960-1964)”, produzido pela própria universidade.

CAPÍTULO I – O NASCIMENTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

1.1 O Desenvolvimento do Capitalismo Monopolista

Após perder as eleições presidenciais, Getúlio Vargas, a partir de um Golpe de Estado, assume a presidência da República em novembro de 1930. Seu governo foi responsável, principalmente, por promover mudanças expressas na estrutura de poder no advento do movimento nacionalista, objetivando a integração nacional. (PEREIRA, 1997, p. 113)

“Esse nacionalismo relacionou-se não apenas com uma proposta de desenvolvimento para o Brasil, pois havia o peso de um contexto internacional – emergência dos nacionalismos de direita na Europa e conjuntura de guerra mundial –, que se refletia, de forma intensa, no encaminhamento das questões políticas brasileiras”. (PEREIRA, 1997, p. 114)

Para Francisco de Oliveira (2003, p. 35) a Revolução de 1930 marca o fim de um ciclo e o início de outro na economia brasileira:

“[...] o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial. Ainda que essa predominância não se concretize em termos da participação da indústria na renda interna senão em 1956, quando pela primeira vez a renda do setor industrial superará a da agricultura”.

Florestan Fernandes (2003, p. 252-281), ao descrever as fases do desenvolvimento capitalista no Brasil, afirma que é nesse momento que o capitalismo competitivo se desenvolve, nucleada principalmente no setor urbano-comercial. O intervencionismo econômico do Estado Novo promove um grande surto industrial no Brasil, afetando a produção de bens de produção e leva à penetração do capitalismo no campo. Inaugura-se assim, o novo estilo de associação das oligarquias agrárias com o capital financeiro. O desenvolvimento capitalista articulado, condicionado a partir de fora, através de dinamismos econômicos que constantemente se renovam e se aprofundam, a articulação da economia periférica às economias centrais torna

impossível, enquanto se mantem, a eliminação da dominação imperialista externa. Por isso, enquanto se constitui, se consolida e se expande, tal economia competitiva tende a redefinir e a fortalecer os liames de dependência, tornando impossível o desenvolvimento capitalista autônomo e autossustentado.

No Centro-Oeste, a pecuária extensiva esteve na base da ocupação do espaço agrário e favoreceu a reprodução da estrutura fundiária concentrada e excludente (BORGES, 2008, p. 2). A pecuária, segundo Artiaga, era a primeira fonte geradora de riqueza da economia agrária do Planalto Central e ela foi a base da fortuna particular nos sertões, a ponto de se formar uma verdadeira “aristocracia rural” na região. (ARTIAGA apud BORGES, 2008, p. 2)

“Apesar de o discurso do Governo Vargas defender a formação da pequena propriedade nas áreas de fronteira, o Estado brasileiro constituir-se-ia, no pós-30, no principal fiador da grande propriedade fundiária. Só que agora passaria a favorecer a sua capitalização, abandonando, assim, os privilégios concedidos exclusivamente à agro exportação. O governo não só estabeleceria política e instrumento institucional que orientasse a especialização da produção no campo, como também garantia a reprodução da velha estrutura fundiária nas áreas de fronteira”. (BORGES, 2008, p. 3)

A partir da centralização do poder, associada à necessidade de ampliação das fronteiras econômicas, a necessidade de ocupação de novas terras férteis significou a viabilização de uma política de interiorização, caracterizada pela ocupação de novas áreas com o objetivo de aliviar as tensões sociais, deslocando uma parte da população para o interior do país. Ao mesmo tempo, definiu-se uma política de integração nacional: a “Marcha para Oeste” foi lançada oficialmente em 1938, com a proposta de colonizar as terras da região Centro-Oeste até a Amazônia. Nesse momento, ficou estabelecida uma relação entre ‘movimento das Bandeiras’, idealizada por Cassiano Ricardo, e o ‘Estado Novo’ (PEREIRA, 1997, p. 115). Esse processo teve seu ápice no governo de Juscelino Kubistchek com a construção de Brasília e de toda uma rede de rodovias que colocou a região centro-oeste em contato com os principais centros dinâmicos do país.

A política do populismo adotada por Vargas é uma larga operação da adequação da junção do “arcaico” e do “novo”, cujo epicentro será a fundação de

novas formas de relacionamento entre o capital e o trabalho, a fim de criar as fontes internas da acumulação (OLIVEIRA, 2003, p. 64). O novo governo é formado a partir de uma aliança entre a velha oligarquia rural e os setores industriais emergentes. O aparelho militar, agora reunido em torno de Getúlio Vargas, torna-se o principal instrumento de consolidação do novo pacto entre os dois grandes detentores do poder. (ARNS, 2011, p. 57)

As cidades se tornam sedes da economia industrial e de serviços. O crescimento urbano é, portanto, a contrapartida da desruralização do produto, e nesse sentido, quanto menor a ponderação das atividades agrícolas no produto, tanto maior a taxa de urbanização” (OLIVEIRA, 2003, p. 58). É nesse sentido que em 1933, a nova capital de Goiás começa a ser construída. Porém, alguns comerciantes e o povo em geral, além de alguns políticos influentes, eram contrários à transferência da capital de Vila Boa para Goiânia. Essa oposição surge pelo fato da cidade de Goiás representar o foco de resistência à oposição de Ludovico. Era ali, na velha capital, o reduto da família Caiado. Mudando a Capital, de certa forma, enfraqueceria essa oposição reafirmando o poder de Ludovico, pois Goiânia passaria a ser o símbolo maior do poder político. Esse conflito comprova que por trás do promissor lema do desenvolvimento – embasado na ideia da construção de uma nova capital – pairava um jogo político. Podemos compreender a mudança da Capital como o objetivo maior de Ludovico. A ideia da transferência era uma arma usada como argumento necessário ao progresso e ao desenvolvimento econômico do Estado. (FERNANDES, 2013, p. 82)

A ideia de modernidade como sinônimo de progresso era o manto que cobria a mudança da capital. Com isso, Pedro Ludovico não só estaria concretizando seu ideal de se sustentar no poder como, também, passaria a contar cada vez mais com o apoio dos grupos políticos do Sul e do Sudoeste do Estado, representando seus interesses (FERNANDES, 2003, p. 89). Contrariando alguns, “finalmente, em março de 1937, é assinado o Decreto n.1816, que estabelece a mudança definitiva da capital – definitiva porque o governador e alguns departamentos (secretárias) já funcionavam na nova cidade desde 1935”. (CAMPOS, 2009, p. 13)

“A construção de Goiânia materializa o projeto de inserção de Goiás no projeto nacionalista em curso nos anos [19]30. Ao provar sua capacidade de implementar o progresso e ultrapassar o isolamento e atraso que marcaram

a velha capital e o poder da oligarquia dos Caiado, os setores emergentes do estado (sul e sudoeste modernizantes) credenciavam-se como participantes ativos no plano integrador do nacionalismo autoritário”. (CHAUL, 1995 apud CHAVES, 2011, p. 32)

Contudo, Goiás enfrentava um grave problema de ineficiência do serviço público, que pode ser explicada pelos baixos vencimentos e pela falta de pessoal qualificado e especializado nas Repartições Estaduais. Sobre este problema, Campos (2009, p. 19-20) afirma:

“Isto, de certo, é fruto da própria situação educacional do estado, onde a rede de ensino público primário nem atinge a totalidade das sedes municipais. O ensino secundário, por seu turno, se restringe a apenas dezessete cidades, sendo em sua grande maioria constituído de escolas normais (para formação de professores); o ensino superior se reduz a Faculdade de Direito, que no período passa por uma crise. Não é de se estranhar, então, o elevado número de analfabetos: 81% da população goiana, em 1940, não lê nem escreve”.

A partir de 1945, políticos goianos começam a demonstrar insatisfação com a dependência que os estudantes goianos tinham em relação à chamada “civilização litorânea”, principalmente ao Rio de Janeiro. A Revista *Extensão e Cultura* (2000) informa que nos fins de 1946, o candidato ao governo do Estado de Goiás pela UDN, Jerônimo Coimbra Bueno, passou a divulgar em seus comícios um interesse em criar uma universidade no Brasil Central (CHAVES, 2011, p.53). Orlando Ferreira de Castro reproduz, em entrevista concedida à revista *UFG Afirmativa* (2008, p. 20), parte do discurso de Coimbra Bueno:

“Nós precisamos criar uma universidade em Goiânia porque os moços daqui vão estudar no Rio de Janeiro e terminam ficando por lá. Por isso, as moças desta terra perdem seus namorados e noivos. Logo, toda moça que não quiser ficar para titia deve votar em mim”.

Após ser eleito, em 1948, Coimbra Bueno teve seu projeto que defendia a criação da Universidade do Brasil Central em Goiânia aprovado pela Assembleia Legislativa. Entretanto, esse projeto estruturado pelo Estado e apoiado por segmentos da Igreja não chegou a ser concretizado por falta de recursos financeiros e de apoio político. (CHAVES, 2011, p. 56)

“Pode-se dizer que a pretensão de se criar uma universidade já era apoiada por três correntes: havia uma proposta dos empresários ligados à Associação

Comercial e à Federação do Comércio de Goiás, outra atrelada à visão educacional da Igreja Católica – representada pelo arcebispo dom Emanuel Gomes de Oliveira–, e vinculada ao idealismo do governador do estado, Jerônimo Coimbra Bueno, que sancionou a Lei estadual n.102, de 20 de outubro de 1948, criando a Universidade do Brasil Central”. (UFG, 2009, p. 14)

O sucessor de dom Emanuel, dom Fernando Gomes dos Santos resolveu prosseguir com as ideias de seu predecessor, buscando a ajuda dos jesuítas – reconhecidos por sua prática educacional –, com a intenção de criar, agora, uma universidade católica. Dom Fernando saiu à frente com a criação de mais uma faculdade, a Faculdade Católica de Direito, em abril de 1959. Mediante o Decreto nº 47.042, de 17 de outubro daquele mesmo ano, foi criada a Universidade Católica de Goiás (UCG), mantida pela Arquidiocese de Goiânia, atual PUC de Goiás. (UFG, 2009, p. 14-15)

1.2 O Movimento Pró-Criação da UFG

Em uma entrevista concedida para o livro *Imagens e Memórias (1960-1964)* produzido pela Universidade Federal de Goiás, o professor Orlando Ferreira de Castro conta que em 1948 já havia um clima favorável à criação de uma universidade:

“Clima que se estendeu entre os estudantes e entre a população, tanto que, em outubro de 1948, o Governador Coimbra Bueno conseguiu aprovar na Assembleia Legislativa uma lei criando a Universidade do Brasil Central. Esta Universidade não chegou a ser instalada nem foi bem definida na lei de sua criação. Qual seria sua natureza? Seria pública, do Estado ou seria religiosa? Porque foram os cardeais e os arcebispos que lançaram a ideia de sua criação no Congresso Eucarístico de 1948. Todavia, ela deixou no meio do povo e no meio dos estudantes aquela convicção de que Goiás precisava de uma universidade”. (UFG, 2011, p. 35)

Já em 1957 e 1958, o ex-professor Orlando de Castro da Escola de Engenharia afirma que essa instituição atravessou uma crise muito grande que quase levou ao seu fechamento. Ficou sem aulas quase um semestre com um único professor dando aulas, e para tentar salvar a Escola, ele se candidatou à presidência do Diretório

Acadêmico e foi eleito. “Eu já tinha bastante prática nos tramites de processos no Conselho Nacional de Educação para criar um curso superior porque trabalhamos muito na criação da Escola de Engenharia do Brasil Central”, declara o professor (UFG, 2011, p. 35). Sobre as primeiras ações para mobilizar os estudantes, o professor conta como surgia a Frente Universitária Pró Ensino Federal:

“Como resultado dos muitos entendimentos que tivemos reunimos um grupo de estudantes, no dia 23 de abril de 1959, na sede da União Estadual dos Estudantes, que funcionava em um prédio bonito situado na Avenida Anhanguera, esquina com Rua 9, no Centro. A reunião foi no andar do meio, face voltada para a Rua 9, e bastante demorada. Nela eu fui eleito o presidente porque tive a iniciativa de convocá-la, e criamos uma entidade informal com o nome de Frente Universitária Pró Ensino Federal. Nesta reunião foi falada, pela primeira vez entre os estudantes, a expressão completa Universidade Federal de Goiás”. (UFG, 2011, p. 36)

O primeiro passo para a criação da Universidade Federal de Goiás foi a constituição de um grupo denominado ‘Comissão Pró-criação da Universidade Federal’, integrado pelos diretores das cinco unidades que deveriam constituir a Universidade inicialmente, sendo elas: Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Escola de Engenharia, Faculdade de Farmácia e Odontologia e o Conservatório de Música. A Frente Universitária Pró Ensino Federal foi responsável por desenvolver uma intensa campanha para a criação da universidade federal. Suas comissões visitaram instituições, autoridades e pessoas influentes em busca de apoio para a causa. Com ou sem licença dos professores adentravam as salas de aula e promoviam discussões e debates com os presentes, propagando seus objetivos. Os pontos principais do discurso eram: aluno não paga mensalidade e têm refeições a preços simbólicos, as faculdades podem ter seus diretórios acadêmicos sem interferências das autoridades universitárias, os professores ganham muito bem e têm liberdade de cátedra, além de não correrem o risco de serem dispensados. Porém, o argumento principal era: “A universidade é nossa. Você estando lá dentro se sente como se estivesse em sua casa. É a turma, professores e estudantes, que administram”. (UFG, 2011, p. 36-38, grifos nossos)

Para o professor Orlando de Castro, a Faculdade de Farmácia, a Escola de Engenharia do Brasil Central e a Faculdade de Direito de Goiás, foram as mais atuantes no movimento:

“A turma da Escola de Engenharia do Brasil Central era pequenininha nessa época. Juntadas todas as classes, creio que pouco passávamos de uns quarenta alunos. Mas essa turma lutou com muita bravura porque viam na federalização a única salvação da Escola. [...] Ao mesmo tempo, a Faculdade de Direito de Goiás, que funcionava na Rua 20, eu suponho que tivesse mais de quinhentos alunos. Ante esta superioridade, bem como a natureza de seus estudos, preparação de seus alunos para embate, para as disputas, a turma do Direito tomou conta do movimento. Tanto que eles consideravam, com certa razão, que a Faculdade de Direito é a fundadora da Universidade Federal de Goiás”. (UFG, 2011, p. 38)

1.3 A Universidade Federal de Goiás (1960 – 1964)

A partir do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), as concepções modernizantes/industrializantes do Estado Novo foram retomadas e se extremaram. O seu governo foi marcado pela ideologia desenvolvimentista, ou seja, pela crença de que a aceleração da industrialização poderia ser obtida por intermédio da ação planejadora do Estado sobre a economia, rompendo com o tradicional modelo agroexportador. A criação de instituições universitárias pelo governo federal, teria como objetivo gerar transformações necessárias para a modernização e para as mudanças econômicas.

“A fundação de uma Universidade pública e federal no sertão brasileiro simbolizou uma das maiores tentativas de se racionalizar a região Centro Oeste do Brasil, complementando e ultrapassando os resultados obtidos pelas políticas públicas que viabilizaram a Marcha para o Oeste e a construção de Brasília. O estado havia ganhado “corpo” com estas políticas, porém com as universidades ele ganha “espírito” capaz de colocá-lo num novo patamar econômico e cultural” (CHAVES, 2011, 16).

Por fim, a Lei nº 3.834-C, de 14 de dezembro de 1960, instituiu a criação da Universidade Federal de Goiás. Três movimentos influenciaram diretamente o surgimento da UFG. O primeiro movimento é o de expansão e federalização do ensino superior brasileiro, que propiciaram a criação, em 1960, de sete universidades federais no Brasil: Universidade Federal de Goiás, Universidade de Santa Maria, Universidade de Juiz de Fora, Universidade da Paraíba, Universidade Fluminense,

Universidade do Rio Grande do Norte, Universidade de Santa Catarina. Em 1961, mais três foram criadas: Universidade Federal de Alagoas, Universidade Federal do Espírito Santo e Universidade de Brasília. O segundo movimento foram as relação entre Goiânia e Brasília, o momento político-social que se vivia no Brasil, fruto da modernização vinculada à política desenvolvimentista, marca do programa do Presidente Juscelino Kubistchek: a criação da UFG insere-se na política de expansão do ensino superior na Região Centro-Oeste, quando sob a égide da cultura urbana, do progresso e da modernidade, em três anos, foram criadas três universidades: a Universidade de Goiás (atual PUC), em 1959; a Universidade Federal de Goiás (UFG), em 1960 e a Universidade de Brasília (UnB), em 1961. O terceiro movimento foi o de pré-criação da UFG, descrito anteriormente, formado por alunos e professores, entre outros discentes e docentes de algumas faculdades já existentes em Goiânia – Faculdade de Direito, Faculdade de Farmácia e Odontologia, Faculdade de Medicina, Escola de Engenharia e Conservatório de Música – uniram-se numa luta conjunta em defesa de uma universidade pública e gratuita (UFG, 2010, p. 11-2). Descreveremos a seguir um pouco mais sobre a história dessas cinco faculdades.

O Professor Adegmar José Ferreira contou um pouco sobre a história da Faculdade de Direito (UFG, 2008, p. 35-8). Segundo ele, os registros históricos comprovam que a Faculdade de Direito da UFG é a primeira instituição de ensino superior do Centro-Oeste. Sua criação se deu por meio da Lei nº 186 de 13 de agosto de 1998, promulgada pelo então vice-presidente do estado de Goyaz, Bernardo Antônio de Faria Albernaz. Com essa lei atribui-se aquele instituto a denominação de Academia de Direitos de Goyaz, instalada em fevereiro de 1903 no salão nobre do Liceu Vila Boa, na antiga capital do estado, atualmente Cidade de Goiás. Essa academia, instalada em 24 de fevereiro de 1903, sobreviveu até 1909, quando o governo estadual a fechou provisoriamente. Até 1916, Goiás não dispunha de nenhum estabelecimento de ensino jurídico, uma vez que a academia não mais retomou suas atividades, sendo definitivamente fechada. Contudo, os bons resultados apresentados pela extinta academia ensejaram que um grupo de goianos, tendo à frente o juiz de Direito, Luiz Ramos de Oliveira Couto, promovesse a criação de outro estabelecimento de ensino em 1916, que num primeiro momento, recebeu o nome de Faculdade Livre de Direito. Mais tarde, em 1917, tornou-se Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais. A instalação dessa faculdade ocorreu em julho de 1916,

e perdurou até a colação de grau de sua primeira e única turma, ocorrida em dezembro de 1920. Em 1921, assim que Eugênio Rodrigues Jardim assumiu o governo, cogitou-se, em bases sólidas, a reorganização do ensino jurídico no estado. No mesmo ano, foi criado um instituto, denominado Faculdade de Direito do Estado de Goiaz. Porém, em 1926, ela foi fechada, em razão de difíceis condições financeiras. O presidente do estado, Brasil Ramos Caiado, retirara a subvenção concedida pelo estado à Faculdade de Direito de Goyaz. Em fevereiro de 1937, decidiu-se em sessão de congregação, presidida pelo diretor da faculdade, Albatênio de Godoi, a transferência para a cidade de Goiânia, que se encontrava em fase adiantada de construção. Visando adequar seu quadro de professores à nova realidade imposta pela lei federal por meio do Decreto-Lei nº 5997, de agosto de 1942, autorizou-se a transferência da manutenção da Faculdade de Direito de Goiás a uma fundação, que seria criada para esse fim.

A Faculdade de Farmácia e a de Odontologia nasceram juntas, no dia 12 de outubro de 1945, sendo batizada de Faculdade de Farmácia e Odontologia de Goiaz. A autorização oficial para seu funcionamento saiu dois anos depois, em dezembro de 1947. Na lista dos fundadores da unidade – fruto de esforço conjunto – estão os farmacêuticos Rômulo Rocha e Carlos Augusto Godoy, além dos estudantes Marinho Lino de Araújo e Ramiro Campos Meireles. O apoio de dom Emanuel Gomes de Oliveira, arcebispo de Goiás e reconhecido pedagogo, foi decisiva para a criação desta faculdade. A Sociedade São Vicente de Paula, da qual ele era presidente, cedeu, primeiramente, um pavilhão, depois outro, ambos antes destinados a ampliação dos serviços que a Santa Casa de Misericórdia prestava à população. Durante anos as duas escolas funcionaram nessas dependências. O professor aposentado da UFG, Jamil Issy, foi membro da quarta turma do curso de Farmácia e acompanhou de perto a história da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Goiaz. Já formado, após três anos de aprendizado, o professor integrou o movimento em prol da criação da UFG. Issy recorda que viajou com esse grupo até o Rio de Janeiro, com o objetivo de conquistar o apoio do presidente Juscelino Kubistchek à proposta de implantação de mais uma universidade no estado, uma vez que a Católica já tinha plantado sua semente. Sobre esse episódio, ele conta:

“O grupo, de professores e estudantes, se instalou em frente à garagem do Palácio com o objetivo de interceptar o presidente da República na saída do

prédio. Ao contrário do que se imaginava, ele desceu do carro e nos recebeu, de forma muito solícita. E mais: se posicionou favorável à implantação da UFG”. (UFG, 2008, p.15)

Ao lembrar da participação imprescindível, nesse contexto, do professor Colemar Natal e Silva, Issy afirma: “Ele foi um guerreiro. Além de estar à frente dessa luta pró-UFG, ele se prestou ao papel “office-boy”, indo e vindo com processos para fazê-los andar mais rápido”. (UFG, 2008, p. 15)

Já a Escola de Engenharia do Brasil Central, foi criada no dia 13 de setembro de 1952, pelo Clube de Engenharia de Goiás. Segundo o ex-professor dessa unidade de ensino, Orlando de Castro, a participação dos estudantes na vida da primeira escola foi marcante e decisiva, a ponto de garantir a sua existência até a criação da segunda escola – a da Faculdade de Engenharia da UFG. Ainda segundo Orlando de Castro, o movimento pela sua criação foi liderado por um pequeno grupo de alunos:

“No fim foi formada uma comissão com cinco membros, que posteriormente passou a ser chamada de Comissão dos Cinco, constituída por Júlio Cesário de Souza, Hélio Naves, Braz Ludovico de Almeida, Azulino Ferreira do Amaral e eu. Cada um teve a sua função. O Júlio era desenhista e levantou a planta do Liceu; o Hélio já era professor da Escola Técnica de Goiás, ganhava bem e era o nosso caixa para sustentar as despesas; o Braz ficou encarregado da burocracia estadual e teve pouco trabalho; o Azulino foi para o Rio de Janeiro acompanhar a tramitação do processo no Ministério da Educação e eu fiquei providenciando documentos e recursos e enviar para o Azulino; tive um trabalhão.” (UFG, 2010, p. 83)

A liberação para o funcionamento da Escola de Engenharia do Brasil Central foi assinada oficialmente, pelo Ministério da Educação, no dia 6 de janeiro de 1954. Porém, em 1957 a escola passou por uma crise muito grande e quase fechou. O seu declínio começou com a saída do então diretor da instituição, Oton Nascimento. Com a sua saída, vários outros professores resolveram renunciar ao cargo. O professor Orlando de Castro relembra como foi essa época:

“Eles tinham esse direito, pois não recebiam salários. Lecionavam gratuitamente, por idealismo. [...] Os estudantes se viravam como puderam para garantir as aulas do curso, atuando em dois papéis distintos: ora eram alunos, ora eram professores.” (UFG, 2008, p.23)

Ainda havia outro problema: faltava o reconhecimento da Escola. Sobre o processo de reconhecimento da Escola de Engenharia do Brasil Central, o presidente do Diretório Acadêmico na época, Orlando Ferreira de Castro, conta que foi ao Rio de Janeiro, no Ministério da Educação protocolar o processo:

“Era junho de 1958 e o processo não andava. Eu precisava voltar a Goiânia. Tinha uma Secretária da Educação, a Professora Dona Eunice Monteiro, que era de Goiás. A Dona Eunice foi a grande protetora da criação dos estabelecimentos de ensino superior aqui em Goiânia. Ela ajudou muito a Farmácia, Engenharia e o Conservatório de Música. Ela não é reconhecida pelo seu trabalho. A Dona Eunice era bastante séria, muito rigorosa. Ela não fazia nada fora da lei. Ela me orientou como proceder”. (CASTRO, 2014, p. 31)

Finalmente, no dia 29 de dezembro de 1958, o Presidente da República, Juscelino Kubitschek assinou o Decreto nº 45.138 que reconhecia a Escola de Engenharia do Brasil Central, em Goiás.

Já em 1955, um grupo de talentosas musicistas, formado por Belkiss Sapenziere Carneiro de Mendonça, Maria Lucy Veiga Teixeira, Maria Luiza Póvoa da Cruz e Dalva Pires Machado Bragança, foi convocado pelo então diretor da Escola Goiana de Belas Artes, Luiz Carmo Curado, para uma importante missão: criar o Conservatório Goiano de Música. Essas quatro mulheres toparam e venceram o desafio, incentivadas por uma outra grande musicista, a pianista da música Nanhá do Couto, uma das pioneiras da música em Goiás, avó de Belkiss Spenziere. Um ano depois a ideia ganhou forma e uma nova unidade de ensino superior, de caráter privado, começou a funcionar dentro da Faculdade de Direito, com o reconhecimento oficial do Ministério da Educação. Porém, em uma entrevista concedida para a revista *UFG Afirmativa* (2008, p.18), a professora Maria Lucy conta que apesar da grande demanda, a escola viveu sua primeira fase com grandes dificuldades financeiras e funcionando sempre em espaços cedidos por outras instituições. Ainda segundo a professora, a pequena equipe de professores trabalhou, por um bom tempo, sem remuneração. “Todo o dinheiro que entrava era para comprar equipamentos, materiais de escritório etc. Era, enfim, para manter o conservatório”, afirma a mestre. O tão esperado suporte financeiro que tanto almejavam veio em 1960, quando a instituição passou a fazer parte da Universidade Federal de Goiás. Após ser vinculada à

universidade, a escola cresceu, ganhou novo impulso, novos professores e se transformou no Instituto de Belas Artes da Universidade Federal de Goiás.

Por último, a criação da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Goiás foi motivada por um pedido da mãe do recém-formado médico Francisco Ludovico de Almeida Neto, dona Iracema Caldas de Almeida. Com o incentivo da mãe e o apoio irrestrito do pai, o então governador do estado de Goiás, José Ludovico de Almeida, eleito em 1955, Francisco Ludovico foi em busca da realização desse sonho. Seu pai, o governador José Ludovico, ainda o incumbiu de outra missão: fazer a Faculdade de Medicina iniciar seu funcionamento no mês de inauguração de Brasília. Segundo Ludovico Neto, a primeira reunião da recém-criada Associação Médica de Goiás foi o marco inicial em que se lançou a semente para a criação da Faculdade de Medicina. Nesse encontro foi constituída uma comissão presidida por ele, para pensar e tentar viabilizar esse projeto coletivo. José Ludovico doou a área onde hoje funciona o Hospital das Clínicas e abriu os canais de comunicação com o então presidente Juscelino Kubitschek, com quem tinha uma forte ligação (UFG, 2008, p.10). Sobre o apoio político de seu pai, Francisco comenta em uma entrevista concedida para a revista *UFG Afirmativa* (2008, p.11):

“A interferência do presidente da República foi decisiva e imprescindível. Ele me deu toda a cobertura possível, me nomeando, inclusive, para assistente da Presidência da República para Assuntos do Ensino Superior. Era um cargo fictício, mas serviu para facilitar muitas coisas e abrir muitas portas.”

Porém, mesmo depois de garantir o espaço físico, o projeto de criação da escola esbarrou em uma questão técnica: a insuficiência de professores especializados. A solução encontrada foi buscar alguns profissionais fora do país. Da Itália, veio um professor de Anatomia e da Espanha, o de Histologia. Além de profissionais estrangeiros, o quadro de docentes foi composto por médicos goianos recém-formados. Vencidos todos os obstáculos para a criação da Escola de Medicina da UFG, autorizada pelo Conselho Nacional da Saúde e avaliada pelo presidente Juscelino Kubitschek, por meio do Decreto nº 48.061, de 7 de abril de 1960. A primeira seleção para o curso de Medicina teve 178 inscritos – 33 foram aprovados. (UFG 2008, p.11)

Posteriormente, foram criadas a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (1962), o Instituto de Matemática e Física (1963) e a Escola de Agronomia e

Veterinária (1966). Em 1968, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, em decorrência da reforma universitária e a reestruturação das unidades acadêmicas da UFG, foi desdobrada em quatro unidades distintas – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Instituto de Química e Geociências, Instituto de Ciências Biológicas e Faculdade de Educação.

Uma vez criada a Universidade Federal de Goiás, Colemar Natal e Silva, em solenidade realizada em 7 de março de 1961, apressou-se em inaugurá-la, o que ocorreu no início do governo de Jânio Quadros, que aceitou o convite para proferir a aula inaugural, mas outorgou poderes ao professor Ademar Martins para representá-lo.

Com o objetivo de estruturar a universidade e comemorar o primeiro aniversário da instituição, foi realizada a “Semana de Planejamento da Universidade Federal de Goiás”, na semana de 22 a 29 de janeiro de 1962. Segundo Olival (1992, p. 77), esta semana de conferências contou com a participação de personalidades como Agostinho Silva, Benedito Silva, Darcy Ribeiro, Ernesto de Oliveira Junior, Walnir Chagas, entre outros educadores. (UFG, 2008, p.9)

Ao ser questionado sobre os principais assuntos debatidos na Primeira Semana de Planejamento, Orlando de Ferreira de Castro, afirma:

“Vários assuntos foram intensamente debatidos durante o tempo do professor Colemar Natal e Silva na Reitoria, inclusive na Primeira Semana de Planejamento na UFG. Ele foi pioneiro nisso. Rememorando: Os temas mais debatidos para uma profunda Reforma Universitária foram a eliminação da cátedra e a substituição do sistema anual pelo sistema semestral, a matrícula anual por serie passaria a ser por disciplina e por semestre, a transferência da Universidade para a Cidade Universitária, adoção o tempo integral para os professores”. (UFG, 2010, p. 133)

O evento foi bastante significativo, pois foi divulgada a ideia da criação de um Centro de Estudos Brasileiros na recém-fundada Universidade, ligado diretamente à Reitoria. A proposta foi apresentada pelo professor Agostinho da Silva, filólogo português, que se mudou para o Brasil em 1944. Ele fundou e contribuiu com a fundação do Instituto Oswaldo Cruz; das Universidades da Paraíba e Santa Catarina; do Centro de Estudos Portugueses, na Universidade de Brasília e do Centro de Estudos Africanos e Orientais, na Bahia (BORGES, 2006, p. 150).

“O Centro de Estudos Brasileiros tinha por meta o estudo das realidades brasileira e goiana, reunindo em torno de si a imensa diversidade cultural do país e apreendendo a cultura do Estado. Importa ressaltar que para o professor Agostinho o ideal de criação de um Centro ligado à Universidade Federal de Goiás pautava-se em dois princípios: o primeiro, por se tratar de uma universidade nova, portanto, sem um passado de tradição e com novas perspectivas; segundo, por estar numa região próxima a Brasília, lugar de fácil percepção da diversidade regional brasileira”. (BORGES, 2006, p. 151)

O CEB não possuía sede própria, iniciando suas atividades em salas do Conservatório de Música. Em julho de 1962 o reitor Colemar Natal e Silva, que também era presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, cedeu salas do Instituto para o funcionamento do Centro de Estudos. No início, foi oferecido um curso de extensão cultural, no período noturno, denominado “Estudos Goianos”. O curso tinha duração de dois semestres e o objetivo de implementar o ensino e a pesquisa da realidade goiana. O aluno que terminasse o curso e tivesse concluído o curso secundário teria o direito de ingresso, sem vestibular, no Curso de Estudos Brasileiros (BORGES, 2006, p. 153). Sobre o objetivo principal do CEB, o professor Gilberto Mendonça, que também foi o primeiro diretor do Centro, esclarece:

“O Cento de Estudos Brasileiros foi pensado como uma superestrutura da UFG. O fundamento filosófico que inspirou a sua criação era o de que a universidade, com seus institutos e faculdades, cada uma com o seu currículo especializado, não tinha tempo para estudar a realidade brasileira. Daí a necessidade de um organismo que fosse suprapartidário, que atuasse como um espírito universitário de conscientização da realidade nacional. Professores e alunos desconheciam o sentido maior da nossa história, da geografia brasileira, os problemas antropológicos do homem brasileiro, as suas relações sociais, o lado econômico e cultural do país”. (UFG, 2010, p. 142)

Em uma entrevista concedida à Simone Borges (2006, p. 155), o ex-professor do CEB, Horieste Gomes, conta como era a convivência com as diferentes formas de pensamento e a liberdade de expressão dentro do CEB:

“Havia um corpo docente estruturado, livre do ponto de vista do pensamento, das ideias, livre para produzir, para se expressar, produção escrita, falada, para se manifestar. A gestão do professor Gilberto Mendonça também foi muito importante, era um liberal que apoiava todas as iniciativas. E respeitava as tendências, por isso que dentro do Centro nós tínhamos as tendências,

não se usa mais falar, mas na época, nós tínhamos as de esquerda e de direita, essa bipolarização. Naquela época eu era militante já do Partido Comunista, quando entrei no Centro, ele evidentemente sabia”.

Em março de 1962, iniciou-se o curso de Graduação em Estudos Brasileiros, com duração de quatro anos e com quatro disciplinas por semestre. Para o ingresso nesse curso era necessário que o candidato fosse aprovado em vestibular e apresentasse conclusão do ensino secundário, sendo o exame vestibular direcionado para as áreas de Língua Portuguesa, História e Geografia do Brasil. A partir da Portaria nº 35, de 18 de fevereiro de 1963, estabeleceu-se que nenhum diploma fosse expedido sem que o aluno cumprisse um crédito de disciplina brasileira no Centro de Estudos. Desta forma, o CEB também integrou as várias unidades da Universidade Federal. (BORGES, 2006, p. 156-158)

O ex-diretor do CEB, Gilberto Mendonça Teles, afirma que com as atividades de cursos, conferências, exposições e publicações do CEB, esse Centro ganhou repercussão e logo começou a ser procurado por gente de outras universidades, como o grupo de estudantes de Belo Horizonte. Apresentaram-se como sociólogos e antropólogos e um deles, Juarez Brito, foi recebido pelo reitor Colemar que ficou impressionado com ele, indicando-o para o cargo vago de diretor do Departamento de Pesquisa do CEB. O seu trabalho ficou apenas no planejamento de futuras pesquisas e na proposição de um Curso de Reforma Agrária, que foi aprovado pelo reitor no Departamento Cultural da UFG. Com o tempo, Gilberto descobriu que esses estudantes mineiros formavam um grupo fortemente político da POLOP (Organização Revolucionária Marxista Política Operária). No início de 1964, antes do Golpe Militar, Juarez saiu às pressas de Goiânia, como se soubesse o que estava por vir. Durante a ditadura, ele morreu fuzilado. (UFG, 2010, p. 143-144)

Ex-aluno do CEB, Sergio Paulo Moreyra comenta sobre o clima em 1963:

“Logo no começo do primeiro semestre de 1963 foram realizadas eleições para a Diretoria do Centro Acadêmico Agostinho da Silva (do CEB). A assembleia era pequena e havia cargos precisando de pessoas que se interessassem pela militância. José Carlos de Almeida foi eleito presidente, eu fiquei como vice-presidente e o Izu, secretário. Logo estávamos integrados ao movimento estudantil, tanto do DCE da Federal, presidido pelo Jeferson Bueno como à UEE (União Estadual dos Estudantes), cujo presidente era o Solon Amaral. O Jeferson vinha de uma vertente mais próxima ao Partidão e

o Solon, da JUC. Esse ano, 1963, foi agitadoíssimo. Começamos a participar de seminários, palestras e reuniões de planejamento nas duas entidades, mobilizadas pelas propostas de reformas de base. É preciso lembrar que o presidente João Goulart havia conseguido superar o freio institucional representado pelo parlamentarismo e iniciado a campanha pelas reformas. As tensões eram muito fortes, a agitação cada vez maior. Pela metade do ano fomos para o congresso da UNE, realizado em Santo André. Durante todo o tempo o centro esportivo, onde o congresso era realizado, permaneceu cercado pela Força Pública de São Paulo, por ordem do governador Ademar Barros: cavalaria, infantaria, carros blindados sitiavam o local". (UFG, 2010, p. 158-159)

Dentre os professores que lecionaram no Centro de Estudos Brasileiros estão: Antônio Theodoro da Silva Neiva (Antropologia Cultural), Domingos Félix de Sousa (Sociologia), Amália Hermano (História de Goiás), Lena Castello Branco (História do Brasil). No campo da Artes, a presença da professora Maria Guilhermina e do professor Elder Rocha Lima. Na Língua Portuguesa e na Literatura Brasileira, os professores Gilberto Mendonça Teles, Antônio Geraldo Ramos Jubé. Bernardo Elis lecionava Geografia do Brasil, além de outros profissionais em outras disciplinas. (UFG, 2010, p. 149)

Também em 1962, o reitor Colemar Natal designou à Egídio Turchi a tarefa de criar uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal de Goiás. A Lei nº 3.834/60, que criava a UFG, previa que dentro do prazo de três anos, deveria ser criada e instalada uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Vale lembrar que as universidades brasileiras só poderiam ser criadas se tivessem, além dessa unidade, uma Faculdade de Direito. Sobre essa missão, Turchi conta:

"Encontramos resistências de pessoas de dentro da universidade. Resistência motivada pela verba que as universidades recebiam do governo e que deveria ser dividida entre as faculdades existentes. A criação de mais uma unidade representaria menos recursos para as já implantadas. E muitos não queriam repartir o bolo, que já não era tão grande para ser dividido". (UFG, 2008, p. 26)

No dia 25 de setembro de 1962, o Conselho Universitário se reuniu e anunciou a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, nomeando nessa mesma ocasião o diretor da mais nova unidade acadêmica. A decisão foi tomada por Colemar e amparada pelo artigo 133 do Estatuto da Universidade, que permitia a criação e o

funcionamento de cursos próprios da Faculdade de Filosofia. No dia 14 de novembro de 1962, o Diário Oficial da União publicou o decreto de criação da nova faculdade. Em seguida, reuniram-se no gabinete do reitor para a realização da primeira reunião de docentes da Faculdade de Filosofia os professores Egídio Turchi, Ático Frota Vilas Boas da Mota, Gilberto Mendonça Teles, Celenita Amaral Turchi, Genesy de Castro e Silva, Moema de Castro e Silva Olival, Floracy Amaral Rebouças e Sérgio Dias Guimarães. O professor Egídio Turchi permaneceu na direção da Faculdade de Filosofia até 1966, quando seu mandato foi cassado pelo regime militar. (UFG, 2008, p. 27)

Logo depois da criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, foi criado o Instituto de Matemática e Física da UFG. O Professor Gabriel Roriz, na época professor da Faculdade de Engenharia, foi um dos protagonistas dessa história. Segundo Roriz, a ideia surgiu quando ele percebeu o despreparo de alguns professores da Faculdade de Engenharia para ministrar certas disciplinas. Para contornar essa questão, Gabriel se inspirou na ideia do professor Oliveira Júnior, criador do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), que, na época, veio para Goiânia divulgar e defender a criação de institutos básicos, que previam a seleção de professores especializados em matérias específicas, com tempo integral e dedicação exclusiva. A implantação IMF enfrentou diversas dificuldades, inclusive resistência de alguns professores, pois a maioria trabalhava também em empresas privadas e não gostaram da proposta de dedicação exclusiva. Roriz acabou buscando um caminho alternativo: em vez de dois, seria criado apenas um instituto, que agregasse o curso de física e matemática. E assim foi aprovada, pelo reitor Colemar Natal, a criação do Instituto de Matemática e Física, em novembro de 1963. (UFG, 2009, p. 11-12)

Outro marco do ano de 1962, foi a criação do “Jornal 4º Poder”, produto da Imprensa Universitária da UFG. Esse jornal circulava dentro e fora da instituição, tendo sua primeira edição lançada no dia 17 de dezembro de 1962. Segundo Geraldo Lucas, um antigo assessor de Colemar Natal e Silva, o jornal cobria todas as áreas do saber. Continha notícias políticas, culturais, sociológicas e, claro, universitárias. Geraldo também revelou que o nome do jornal foi ideia do então ministro da Educação, Darcy Ribeiro, inspirado no ‘pensamento acadêmico’, de que os veículos de comunicação exerciam (e exercem) uma forte influência sobre a sociedade, chegando a ocupar o quarto poder. Dentre os colunistas e colaboradores estavam os

professores Bernardo Élis, Sérgio Paulo Moreyra, Zoroastro Artiaga, Antônio Geraldo Ramos Jubé, Horieste Gomes, entre outros. (UFG, 2009, p. 39-40)

Portanto, a gestão do primeiro reitor da UFG, professor Colemar Natal e Silva, estruturou a UFG, criando várias faculdades e institutos. Além disso, podemos notar que a luta para a criação de uma universidade pública e gratuita, contribuiu para que estudantes e professores se mobilizassem, contribuindo para o amadurecimento do movimento estudantil em Goiás.

1.4 O Golpe Militar

Segundo Florestan Fernandes (2003, p. 239-259), depois da década de 1930, a burguesia viu-se sob tripla pressão, que tendia a crescer em volume e a prejudicar a dominação burguesa. De um lado, uma pressão de fora para dentro, nascida das estruturas e dinâmicos do capitalismo monopolista mundial. De outro lado dois tipos distintos de pressão interna: uma procedente do proletariado e das massas populares, que expunha a burguesia à iminência de aceitar um novo pacto social e outra procedente das proporções assumidas pela intervenção direta do Estado na esfera econômica. Essa intervenção nasceu e cresceu da própria “continuidade do sistema”, nas condições de um capitalismo dependente e subdesenvolvido. Todavia, ela atingiu tal peso relativo que atemorizou a iniciativa privada interna e externa. Para reagir a essas três pressões, que afetavam de maneiras muito diversas as bases materiais e a eficácia política do poder burguês, os setores dominantes das classes alta e média se aglutinaram em torno de uma contrarrevolução auto defensiva, através da qual a forma e as funções da dominação burguesa se alteram substancialmente. Esse processo culminou na conquista de uma nova posição, que garantiu, a partir de um golpe, a continuidade de seu status quo ante e condições materiais ou políticas para encetar a penosa fase de modernização tecnológica, de aceleração do crescimento econômico e de aprofundamento da acumulação capitalista. Nada disso foi posto a serviço de uma transição independente e não ocorreu nenhuma ruptura nas relações de dependência: ao contrário, atrás da crise política (a partir de dentro) havia uma crise econômica (de fora pra dentro), que se resolveu através da reorganização do padrão de dominação externa (passagem do capitalismo competitivo para o

capitalismo monopolista: uma nova forma de submissão ao imperialismo). Em nome do “desenvolvimento econômico acelerado”, ampliou-se e aprofundou-se, portanto, a incorporação da economia nacional e das estruturas nacionais de poder à economia capitalista mundial e às estruturas capitalistas internacionais de poder. No entanto, essas condições tornaram a sociedade brasileira potencialmente explosiva, com o recrudescimento inevitável da dominação externa, da desigualdade social e do subdesenvolvimento.

Na década de 1950, segundo Florestan Fernandes, podemos localizar um segundo momento do desenvolvimento do capitalismo monopolista:

“Nela, a economia brasileira se incorpora ao crescimento do capitalismo monopolista no exterior, aparecendo como um de seus polos dinâmicos na periferia. A irrupção do capitalismo monopolista cria pressões extremamente fortes sobre a organização, o funcionamento e o desenvolvimento de economias capitalistas periféricas. Sob o capitalismo monopolista, o imperialismo torna-se um imperialismo total. Opera a partir de dentro e em todas as direções, enquistando-se nas economias, nas culturas e nas sociedades hospedeiras. A norma será: “o que é bom para a economia norte-americana é bom para o Brasil.” (FERNANDES, 2003, p. 320)

Ainda segundo Fernandes (1979, p. 37-38), a noção de periferia envolve um protagonismo europeu-centrismo e um norte americanismo evidentes, pois o “mundo moderno” foi formado ou reconstituído sob influências diretas e indiretas da “expansão do mundo ocidental”. É importante ressaltar que o desenvolvimento do capitalismo monopolista se apoia na periferia, ou seja, na América Latina. Este terreno parecia ideal, pois:

“De um lado, porque aí a revolução anticolonial foi amplamente reprimida e controlada por interesses conservadores particularistas: a Independência, a emergência do Estado nacional e a eclosão do mercado capitalista moderno não destroem as estruturas econômicas, sociais e de poder de origens coloniais, mas se adaptam a elas”. (FERNANDES, 1979, p. 38)

A Segunda Guerra Mundial foi um grande marco para a história mundial. Após seu término, inicia-se uma luta do capitalismo para sobreviver em todos os continentes, pois onde não existem revoluções socialistas vitoriosas, existem fortes movimentos socialistas ascendentes (FERNANDES, 2003, p. 296-297). Reis Filho

(2014, 23-38), faz uma retrospectiva das principais revoluções e movimentos socialistas que impactaram o desenvolvimento pleno do capitalismo:

“A vitória da Revolução Russa e a construção do socialismo soviético evidenciaram a viabilidade de uma alternativa. A Revolução Cubana, em 1959, e os avanços de outras revoluções conferiram novo alento aos movimentos nacional-estatistas latino-americanos. No Brasil, uma onda inédita de movimentos grevistas revelava o descrédito do governo JK entre as camadas populares, cujos salários e rendimentos eram corroídos por uma inflação que andava a galope e contra a qual não havia nenhum dispositivo de controle. Os reajustes, quando obtidos, eram logo superados pelos preços, suscitando protestos e lutas. Completavam o quadro, a vitória da Revolução Argelina, em 1962, a luta revolucionária do Vietnã e o avanço de vários movimentos de libertação nacional que se situavam na encruzilhada do nacionalismo e da construção de ditaduras revolucionárias socialistas ou socializantes”.

Florestan Fernandes explica qual foi a reação das nações hegemônicas diante de tal conjuntura:

“Sem estabilidade política não há cooperação econômica, eis a norma ideal do comportamento econômico “racional”, que se impõe de fora para dentro, exigindo das burguesias e dos governos pró-capitalistas das nações periféricas, que ponham “a casa em ordem”, para que pudessem contar com a viabilidade do “desenvolvimento por associação”. Os governos das nações hegemônicas e as organizações ou alianças ligadas à comunidade internacional de negócios desencadeiam simultaneamente vários tipos de projetos de assistência, uns econômicos, financeiros ou tecnológicos, outros policial-militares, educacionais, sindicais, de saúde pública ou hospitalares etc. A função de tais projetos é diretamente política: acima de seus alvos explícitos, o que eles visam é a súbita elevação do poder de decisão e de controle das burguesias e os governos pró-capitalistas das nações periféricas”. (FERNANDES, 2003, p. 292-293)

A irrupção do capitalismo monopolista se inicia na década de 1950, porém, desde a sua formação e expansão, esse processo de mostrou muito mais selvagem que nas nações hegemônicas e centrais, impedindo qualquer harmonia entre democracia, capitalismo e autodeterminação. “Nessa fase, a economia brasileira já não concorre, apenas, para intensificar o crescimento do capitalismo monopolista no exterior: ela se incorpora a esse crescimento, aparecendo, daí em diante, como um

de seus polos dinâmicos na periferia” (FERNANDES, 2003, p. 299). Os ritmos de desenvolvimento econômicos, tecnológicos e históricos das nações hegemônicas, levou a burguesia brasileira à uma crise estrutural, pois ela não tinha condições para acompanhar tal ritmo.

“Era bastante claro que esses dinamismos e esses ritmos históricos – a partir do momento em que a incorporação alcançasse maiores proporções – deslocariam a burguesia brasileira, deixando-a em uma posição insustentável, com riscos econômicos e políticos evidentes se a dominação burguesa não fosse reajustada, estrutural e funcionalmente, às exigências econômicas das situações emergentes. Isso foi, exatamente, o que se sucedeu. Primeiro, lentamente, do término da Segunda Guerra Mundial ao fim da década de 1950; em seguida, de modo muito rápido, bem no começo e durante a década de 1960. A crise do poder burguês aparece pois, como uma crise de adaptação da dominação burguesa às condições econômicas que se criaram, senão exclusivamente, pelo menos fortemente, graças ao desenvolvimento capitalista induzido de fora e amplamente regulado ou acelerado a partir de fora”. (FERNANDES, 2003, p. 308)

A intervenção das grandes nações corporações e das nações capitalistas hegemônicas na economia brasileira, proporcionou à burguesia brasileira revitalizar suas bases materiais e de seu poder. Ademais, segundo Fernandes (2003, p. 342), quanto mais se aprofunda a transformação capitalista, mais as nações capitalistas centrais e hegemônicas necessitam de “parceiros sólidos” na periferia dependente e subdesenvolvida. Essa necessidade se intensifica após a Segunda Guerra Mundial, cenário de luta pela sobrevivência contra os regimes socialistas. “[...] tais nações passaram a depender das burguesias nacionais das nações capitalistas dependentes e subdesenvolvidas para preservar ou consolidar o capitalismo na periferia” em sua fase monopolista.

O processo de intensa industrialização, fez com que a população trabalhadora pobre fosse para as cidades, gerando uma mudança na configuração estrutural e histórica, permitindo que o proletariado adquirisse um novo peso econômico, social e político dentro da sociedade brasileira. A partir deste momento, as classes operárias tiveram acesso aos efeitos transformativos da modernização econômica, sociocultural e política.

“Esse novo padrão de desenvolvimento capitalista se associa, queira ou não a burguesia, à multiplicação e ao fortalecimento das condições favoráveis aos

movimentos operários e à disseminação do conflito de classes segundo interesses especificadamente operários. Além disso, as alterações produzidas deverão introduzir mudanças profundas nos mecanismos de consciência de classe, de luta de classes e de solidariedade das classes operárias no Brasil”. (FERNANDES, 2005, 325-6)

Concomitante a esse processo, em 1960 Mauro Borges Teixeira é eleito governador do Estado de Goiás pela coligação Partido Social Democrático (PSD) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Para conseguir ser eleito, Mauro Borges contou com grande apoio dos trabalhadores rurais e do movimento estudantil, sob o controle da União Estadual dos Estudantes de Goiás (UEE-GO). Seu governo tinha como ideologia predominante o nacional-desenvolvimentismo, que seria justificada pela busca da modernização de Goiás, agora próxima da capital federal. O nacionalismo seria traduzido na intervenção do Estado na esfera econômica, além de ser um elemento mobilizador, já o desenvolvimentismo seria traduzido na busca do desenvolvimento econômico e do avanço do capitalismo. Segundo Maciel (2014, p. 372), a esquerda goiana apoiou com entusiasmo o I Plano de Desenvolvimento Econômico elaborado por Mauro Borges (apelido de Plano MB), pois:

“Conforme dados apresentados por Fávoro (2013, p. 140), o Plano MB tinha a clara perspectiva de fortalecimento e modernização da economia agrária goiana por meio de investimentos maciços em infraestrutura (energia elétrica, transportes e comunicações), levantamento de recursos naturais e financiamento da agricultura e pecuária, além de educação, saúde e turismo, revelando seus vínculos com os interesses dos grandes proprietários de terras. Apesar disso o Plano MB contou com o apoio entusiástico da esquerda goiana justamente por conter uma perspectiva estatista e nacionalista muito incisiva. A criação de empresas estatais como IQUEGO (Indústria Química de Estado de Goiás), METAGO (Metais de Goiás S.A), DISPETROLGO (Distribuidora de Petróleo do Estado de Goiás), além de institutos de assistência social como o IPASGO (Instituto de Assistência dos Servidos Públicos do Estado de Goiás) e de reforma agrária o IDAGO (Instituto de Desenvolvimento Agrário do Estado de Goiás) entusiasmaram a esquerda goiana, que viu nestas iniciativas um conteúdo francamente progressista”.

Para dom Paulo Arns, o intervalo 1946-1964 representa uma etapa de desenvolvimento econômico e mudanças sociais que gerariam a necessidade de modificações profundas no edifício social brasileiro, fosse num sentido nacionalista e

democrático, fosse no sentido do autoritarismo militar de colaboração fascista. É a partir daí que surge os dois fatores que foram decisivos para que o embrião do Golpe Militar de 1964 tomasse forma. Em 1947, é eleito para presidente o Marechal Eurico Gaspar Dutra. Durante seu governo, é consolidado um alinhamento ideológico entre os militares brasileiros e norte-americanos, que acaba inspirando os rumos da política nacional durante o seu governo: um governo pró-Estados Unidos, rigidamente antipopular e autoritário. Após Dutra, “assume a presidência novamente Getúlio Vargas, que volta ao poder, pelas urnas, sob a bandeira nacionalista. Mas os interesses norte-americanos já tinham cravado em solo brasileiro uma pesada ancora, de remoção difícil” (ARNS, 2011, p. 59). Desta forma,

“O embrião do Golpe de Estado de abril de abril de 1964 começava a tomar corpo. O equilibrismo ambíguo do governo constitucional de Vargas, de 1950 a 1954, terminou por lhe ser fatal, pois nem se amoldava aos interesses dos monopólios estrangeiros, que crescentemente avassalavam a economia brasileira, nem ousava estimular abertamente a participação popular para impor medidas nacionalizantes” (ARNS, 2011, p. 59)

A partir de 1956, segundo Maciel (2004, p. 34), no governo de Juscelino Kubistchek, o padrão de acumulação capitalista dependente-associado amadurece, dando início a sua fase inicial de expansão monopolista. Porém, após 1961, uma crise recessiva marca o colapso do populismo. No final da década de 1950, o ritmo de crescimento diminui, a inflação dispara e se intensifica os desajustes consequentes das fases de transformações aceleradas. Esse desgaste, criou uma atmosfera a favor de mudanças, de reformas. Entra em cena Jânio Quadros do Partido Democrata Cristão (PDC), com sua vassoura, símbolo da campanha eleitoral, que varreria as dificuldades e os problemas.

“Elegeu-se com 5,6 milhões de votos, porém, sua política econômica, na linha da ortodoxia monetarista, desagradava ao setor industrial, acostumado ao crédito fácil, sem segurar a inflação. Ele também não conquistou o apoio das esquerdas, desconfiadas, inclusive porque Jânio não hesitava em mandar reprimir movimentos sociais que se esboçavam. Quanto aos trabalhadores, recebiam promessas de austeridade e as reformas prometidas não se concretizaram, nem mesmo na forma de projetos consistentes. Atacado por diversos lados, cada vez mais isolado, Jânio renunciou em 25 de agosto de 1961, surpreendendo amigos e inimigos. A interpretação racional é a de que esperava ser chamado pelas multidões, retomando o governo com “plenos

poderes”, um procedimento adotado em outras oportunidades de sua vida política, sempre com sucesso. Dessa vez, não funcionou. Seus cálculos, se cálculo houve, falharam. O projeto e golpe, se de fato existiu, foi mal organizado e pior ainda executado”. (REIS FILHO, 2014, p. 28)

Assume a presidência o vice-presidente João Goulart, integrante do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), considerado um herdeiro do nacionalismo e do populismo getulista, desagradando à cúpula política e à alta hierarquia das Forças Armadas. A tentativa de impedir a posse do presidente fracassa, então, opta-se por implantar um novo modelo político para diminuir seus poderes. Através de um plebiscito Goulart derruba o parlamentarismo e, a partir de então, as lutas e movimentos sociais proliferam-se, influenciados principalmente pelas propostas das “Reformas de Base”, levantadas pelo presidente, que prometiam mudanças profundas na política socioeconômica (ARNS, 2011, 57). “Instaurou-se um grande debate na sociedade. Nas cidades e nos campos, nas greves urbanas e nas ocupações de terras, agitavam-se os movimentos sociais, reivindicando, exigindo, radicalizando” (REIS FILHO, 2014, 33-34). Trabalhadores sindicalizados conquistam uma ampla capacidade de mobilização e criam uma central sindical com o nome de Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). “Esse CGT foi recebido pela direita afastada do governo como um espantalho que comprovava a iminência da revolução comunista no Brasil” (ARNS, 2011, p. 61). A luta por modificações nacionalistas, por mudanças na estrutura da educação, pela Reforma Agrária também tem como protagonistas estudantes, artistas e numerosos setores das classes médias. Além disso, no âmbito governamental, é formada uma frente nacionalista em defesa das reformas. Dentre as principais reformas e mudanças na Constituição defendidas pelo governo estava: a reforma da estrutura agrária; estender o direito do voto a parcelas mais amplas da população, incluindo analfabetos e os menos favorecidos economicamente; e a reforma do ensino superior, extinguindo a “cátedra” e assegurando aos professores universitários a plena liberdade docente e a autonomia das universidades. (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 284-286)

As elites tradicionais e os grupos empresariais modernizantes, principalmente, sentiam obscuramente que um processo de redistribuição radical da riqueza e de poder, em cuja direção apontavam as reformas, atingiria suas posições, rebaixando-as. “E nutriam um Grande Medo de que viria um tempo de desordem e de caos, marcado pela subversão dos princípios e dos valores vigentes, inclusive

dos religiosos” (REIS FILHO, 2014: 37). Florestan Fernandes descreve a reação da burguesia diante da ameaça de seu *status quo*:

“[...] Os conflitos com as classes antagônicas, ao serem estigmatizados, e postos “fora da ordem” e sufocados por meios repressivos e violentos, perderam sua conexão com a revolução nacional democrático-burguesa, sendo capitalizados, também por sua vez, pela própria burguesia. Ao “defender a estabilidade da ordem”, portanto, as classes e os estratos de classe burgueses aproveitaram aqueles conflitos para legitimar a transformação da dominação burguesa em uma ditadura de classe preventiva e para privilegiar o seu poder real, nascido dessa mesma dominação de classe, como se ele fosse uma encarnação da ordem “legitimamente estabelecida”.” (FERNANDES, 2004, p. 369)

Fica evidente que o capitalismo monopolista tem como principais características a dissociação pragmática entre desenvolvimento e democracia e uma associação entre o desenvolvimento deste tipo de capitalismo e autocracia. Segundo Florestan Fernandes (1979, p. 7), a democracia típica da sociedade capitalista é uma democracia burguesa, ou seja, uma democracia na qual a representação se faz tendo como base o regime eleitoral, os partidos, o parlamentarismo e o Estado Constitucional.

“A ela é inerente forte desigualdade econômica, social e cultural com uma alta monopolização do poder pela classes possuidoras-dominantes e por suas elites. A liberdade e a igualdade são meramente formais, o que exige, na teoria e na prática, que o elemento autoritário seja intrinsecamente um componente estrutural e dinâmico a preservação, do fortalecimento e da expansão do “sistema democrático capitalista”.”

De acordo com Fernandes (1979, p. 12), do micro ao macro, a sociedade capitalista contém toda uma rede de relações autoritárias, normalmente incorporadas as instituições, estruturas, ideologia e processos sociais, e potencialmente aptas a oscilar em função de alterações do contexto, tendendo a exacerbar-se como uma forma de autodefesa dos interesses econômicos, sociais e políticos das classes possuidoras e dominantes.

No dia 13 de março de 1964, foi realizado em frente à estação ferroviária Central do Brasil, no Rio de Janeiro, um Comício em defesa das Reformas de Base e das liberdades democráticas e sindicais. Esse Comício ficou conhecido como o

Comício da Central, reuniu cerca de 150 mil pessoas, incluindo membros de entidades sindicais e outras organizações de trabalhadores, servidores públicos civis e militares, estudantes etc. No dia seguinte, começou a ser articulada uma Frente Popular, objetivando criar bases para que o novo governo nacionalista-reformista conseguisse aprovar as reformas de base.

“Leonel Brizola foi um dos líderes da reunião. Sua proposta era a de que as esquerdas e o movimento sindical deveriam atuar juntos, nas ruas, organizando comícios, manifestações, passeatas e mesmo greves, quando fosse o caso. As ações de rua, em volume crescente, teriam o efeito de pressionar o Congresso Nacional, não só a aprovar medidas recentemente encaminhadas por Jango, como principalmente forçá-lo a convocar uma Assembleia Nacional Constituinte”. (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 279)

O Comício da Central do Brasil surpreendeu diversos setores conservadores de direita. Esse evento foi suportado por esses grupos, porém, depois foi utilizado como um argumento irrefutável para ganhar apoio de diversos grupos políticos e militares que até então insistiam na manutenção da democracia. Magalhães Pinto, governador de Minas Gerais, vinha assumindo liderança do movimento golpista neste Estado. Depois do comício, a conspiração avançou de maneira acelerada. Ademar de Barros e outras personalidades políticas, empresariais e religiosas de São Paulo também passaram a criticar o governo de Goulart, principalmente nos rádios e televisões (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 283). Os setores conservadores deram uma resposta à Central do Brasil: surgiu o movimento intitulado Marcha da Família com Deus Pela Liberdade. A primeira Marcha foi realizada em São Paulo, no dia 19 de março, dia de São José, o padroeiro da família. Durante a Marcha, foi lido um Manifesto:

“Hoje, na praça pública, no dia da família, esta multidão imensa veio, espontaneamente, responder ao chamado das mulheres brasileiras e afirmar que a consciência cívica do Brasil está despertada. [...] Porque é bom que os inimigos da Pátria saibam que defenderemos intransigentemente o regime democrático, a nossa Constituição, o nosso Congresso e as nossas liberdades. É indispensável, ainda, que saibam que o povo está cansado das mentiras e das promessas de reformas demagógicas. Reformas, sim, nós as faremos, a começar pela reforma da nossa atitude. De hoje em diante os comunistas e seus aliados encontrarão o povo de pé. [...] Com Deus, pela

Liberdade, marcharemos para a salvação da Pátria!”. (O *GLOBO*, 20 de março de 1964, p. 10 apud FERREIRA; GOMES, 2014, p. 304)

Diante de tal manifestação conservadora, no dia 23 de março, diversas organizações de esquerda chegaram a um consenso sobre a necessidade da formação de uma base de apoio político ao presidente. Surgiu então a Frente Popular, formada pela Frente de Mobilização Popular, Frente Parlamentar Nacionalista, Comando Geral dos Trabalhadores, Comando Geral dos Trabalhadores Intelectuais, União Nacional dos Estudantes, União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, Ligas Femininas, Partido Comunista Brasileiro, Partido Trabalhista Brasileiro e parlamentares à esquerda do PSD e até da UDN. A Frente Popular reafirmava um amplo programa de reformas da sociedade brasileira, tocando em diversas pautas “de esquerda”. Aos olhos dos conservadores, o programa da Frente Popular soava como uma afronta as “tradições liberais-democráticas do país”. (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 310-313)

A instabilidade política seria agravada pela rebelião dos marinheiros ocorrida no final de março. Tudo aconteceu quando os subalternos da Marinha de Guerra se preparavam para comemorar o segundo aniversário de fundação da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, a AMFNB. Essa Associação lutava por melhorias para seus membros, como alojamentos para marinheiros que serviam em navios fundeados e soldos equiparados aos dos taifeiros, porém não era reconhecida pela Marinha. Inicialmente, planejaram realizar a comemoração na sede da Petrobrás, junto aos trabalhadores da empresa estatal. O ministro da Marinha Silvio Mota impediu a utilização da Petrobrás como local da festa e também proibiu a realização da comemoração. Na véspera do aniversário da Associação, Silvio Mota emitiu ordem de prisão de 12 dos seus dirigentes. Desobedecendo a ordem do Ministro, os marinheiros resolveram mudar o local da festa para o Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro.

No dia 25 de março, dia da comemoração, o presidente Goulart estava com sua família em São Borja. O jovem cabo José Anselmo dos Santos, presidente da Associação, fez um discurso com nítido e radical tom político:

“Não apenas as reivindicações da AMFNB eram reafirmadas. A união entre soldados, camponeses, estudantes e operários, em nome das reformas de base, comandava as palavras do cabo Anselmo. Assim, o presidente da

AMFNB tornou-se um protagonista dos acontecimentos desse fim de março de 1964 e continuaria nos noticiários da mídia, por anos, como uma figura muito polemica. Isso porque, durante a ditadura militar, aliou-se às forças repressivas e entregou a polícia política diversos companheiros que foram torturados e mortos. Essa atitude seu margem a interpretações de que, na solenidade do dia 25 de março, ele já fosse um “elemento infiltrado”, possivelmente financiado pela CIA. Um traidor, um provocador, cujo objetivo era causar uma grave crise militar na Marinha de Guerra e, assim, prejudicar o governo Jango, que já se encontrava em situação muito difícil”. (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 319)

Diante da crise da Marinha, o grupo brizolista e militantes de extrema esquerda do PCB, como Carlos Marighella, declararam apoio aos marinheiros. O Comando Geral dos Trabalhadores também declarou apoio e ameaçou iniciar uma greve geral no país caso os marinheiros fossem atacados. O presidente também resistiu em punir os marinheiros, pois considerava que os marinheiros tinham razão para tal rebelião. Ordenou ainda que o ministro da Marinha permitisse a reunião da Associação.

Silvio Mota acabou pedindo demissão de seu cargo, porém, o Conselho do Almirantado não quis aceitar sua demissão. Goulart, no entanto, confirmou sua saída e nomeou o almirante Paulo Marcio Rodrigues para o cargo. O novo ministro era presidente do Tribunal Marítimo, “homem de esquerda e de confiança do CGT”. “Para a oficialidade da Marinha e para os militares das Forças Armadas, tal indicação confirmava o “governo das esquerdas” e, pior, a influência do sindicalismo do CGT sobre Goulart” (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 323). A posse da nova diretoria foi realizada no dia 30 de março, no auditório do Automóvel Clube, no centro do Rio de Janeiro. Goulart compareceu ao evento e realizou um discurso, agravando mais a crise que seu governo enfrentava, pois:

“Ao tomar a palavra, segundo testemunhas, Goulart estava irreconhecível. Ele improvisou. Disse não ser comunista, e sim nacionalista. Afirmou que uma minoria de privilegiados e inimigos da democracia provocou a crise que o país vivia. Recorriam aos sentimentos católicos do povo, misturando fé e política. Falou também da aliança entre os “políticos que mais pregavam o ódio neste país” com os “políticos mais corruptos da história brasileira”, referindo-se a Carlos Lacerda e a Ademar de Barros. [...] As palavras de Goulart sobre disciplina militar foram muito mal recebidas nos quartéis. Hierarquia militar exige obediência. Ela não se baseia em uma disciplina “fundada no respeito recíproco entre comandantes e comandados”, como o presidente imagina.

Isso, simplesmente, não era disciplina militar. A presença e o pronunciamento de Jango na solenidade chocaram a oficialidade das Forças Armadas”. (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 330)

Naquela noite de 30 de março, a crise político-militar atingiu seu auge. Organizações de esquerda, tais como a UNE e o CGT, defenderam a imediata greve geral em defesa das liberdades democráticas. Porém, o golpe de Estado já estava em curso.

No dia seguinte, o general Olímpio Mourão Filho, comandante da 4ª Região Militar, liderava um comboio militar direto de Juiz de Fora (MG) para a Guanabara. “Tratava-se da Operação Popeye. O objetivo de Mourão era entrar no Estado da Guanabara e tomar o prédio do Ministério da Guerra, estando convencido de que teria o apoio de vários comandos da região” (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 335). No Rio de Janeiro, o governador Carlos Lacerda ordenou que as polícias estaduais controlassem a cidade. Neste dia, vários sindicatos foram invadidos. Os governadores de Minas Gerais e São Paulo fizeram o mesmo, detendo muitos sindicalistas e estudantes “subversivos”. “Nas três maiores cidades do país, o clima era de violência aberta e evidenciava bem seus alvos, com destaque o movimento sindical”. (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 344)

No dia 1º de abril, o governo de Jango já havia perdido a sua capacidade de exercer autoridade sobre o país. Com a chegada das colunas mineira e paulista, a falta de segurança, obrigou que o presidente deixasse a Guanabara e fosse para o Rio Grande do Sul. Teve início a repressão:

“Homens da Polícia Militar e Civil, mas também grupos paramilitares partidários do governador passaram a cometer violências contra estudantes, sindicalistas e trabalhistas. Grupos lacerdistas incendiaram o prédio da UNE na praia do Flamengo. Estudantes foram espancados. Essa foi uma ação exemplar, pelo alvo e pelo fogo utilizado”. (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 359)

O presidente ainda se encontrava em território nacional e ainda não havia renunciado. Entretanto, o presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, declarou vago o cargo de presidente da República, e obedecendo a linha de sucessão, convocou o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, para assumir o cargo de presidência. Através do Congresso Nacional, o golpe havia se legitimado.

Logo, o governo do Estados Unidos reconheceu o novo governo do Brasil e seu presidente.

Mas por que Goulart não lutou contra o golpe? Segundo Ferreira e Gomes,

“Acompanhando-se suas decisões, é possível dizer que Jango foi se dando conta, rapidamente, da amplitude do golpe militar. Logo verificou que dele participaram o Poder Legislativo e o Poder Judiciário. Na coalizão golpista estavam os governadores dos estados mais importantes do país: Guanabara, São Paulo, Minas Gerias e Rio Grande do Sul. Os governadores de Goiás e Paraná também apoiaram o golpe. Todos eles dispunham de importantes efetivos policiais. A imprensa e os meios de comunicação, a partir de determinado momento, passaram a apoiar e incentivar o golpe. [...] Jango também sabia do apoio do governo dos Estados Unidos à movimentação civil-militar golpista. Sabia que navios de guerra estavam se dirigindo para Santos. Logo, que não era impossível uma intervenção militar no Brasil”. (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 370)

1.5 A Institucionalização da Ditadura Militar Brasileira

O Golpe Militar de 64 gerou sucessivos impasses e crises políticas. Para agravar ainda mais a situação política, o golpe não tinha um ideário de governo, pois ele foi um projeto contra o governo de Goulart e contra os grupos de esquerda, objetivando superar a crise que o poder burguês vivia naquele momento. “Depor Goulart e fazer uma limpeza política no país era o que se queria. Contra os trabalhistas, os comunistas, os sindicalistas, os subversivos em geral” (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 372). Assim, a institucionalização da ditadura militar buscou conciliar o aprofundamento da autocracia burguesa com a transformação capitalista monopolista.

“A institucionalização da ordem política autoritária era, então, um componente fundamental do processo de preservação e aprofundamento da autocracia burguesa, que articulava organicamente os determinantes econômicos-sociais e políticos da dominação burguesa (infraestrutura e superestrutura) num só movimento histórico, e expressava uma estratégia de revolução passiva”. (MACIEL, 2004, p. 29)

O conceito de Revolução Passiva foi originalmente formulado por Antônio Gramsci para a compreensão dos distintos processos da revolução burguesa e da construção da hegemonia burguesa, ao longo dos séculos XIX e XX. Segundo Maciel (2006, p. 274-281, grifos nossos):

“Em suas análises históricas, o conceito de revolução passiva aplica-se tanto a processos de mudança histórica – em que uma dada ordem social pré-capitalista é substituída por outra, de caráter capitalista –, a processos de revolução burguesa em sentido restrito, quanto a processos de manutenção da ordem social capitalista, a revolução burguesa em sentido amplo. Em outras palavras, a revolução passiva expressa uma modalidade de mudança histórica presente no processo de destruição da velha ordem e de criação de uma nova ordem social [...].

O processo de manutenção da ordem social se revela em situações históricas nas quais a mudança ocorrida não é capaz de alterar a qualidade da formação social em questão, porém permite o seu desenvolvimento, pois as características essenciais e determinantes da ordem social permanecem as mesmas. Em linhas gerais, as relações sociais de produção são mantidas e ampliadas, assim como seu processo de reprodução, reproduzindo a posição social das classes fundamentais e antagônicas – burguesia e proletariado. O Estado mantém seu caráter de classe, apesar de as alterações no interior do bloco no poder serem possíveis (alterações na posição da fração ou classe dirigente e entrada de novos aliados) e de novas formas de intervenção perante a sociedade serem necessárias”.

A partir de 1964, o Estado brasileiro sofre um contínuo deslocamento da política para um campo antidemocrático. Segundo Netto (2005, p. 26), tal deslocamento implicou, em relação ao passado recente da formação social brasileira, um movimento simultâneo de continuidade e ruptura. A heteronomia e a exclusão persistem. Porém, as dimensões principais do sistema autocrático que se ergue a partir de 64, expressam um aprofundamento dessas características que persistem. “Tal Estado concretiza o pacto contrarrevolucionário exatamente para assegurar o esquema de acumulação que garante a continuidade de tal padrão, readequando-o as novas condições internas e externas” (NETTO, 2005, p. 26). Este Estado, tem uma funcionalidade econômica e política, pois determina simultaneamente as suas bases sociais de apoio e de recusa. Logo, ele passa a ser essencialmente antinacional e antidemocrático, induzindo a concentração e centralização da economia. Portanto, conclui-se que a transformação

capitalista se completa apenas em benefício de uma reduzida minoria da população privilegiada e dos interesses estrangeiros com as quais ela se articula.

“Esse padrão, denominado por Fernandes “modelo autocrático-burguês de transformação capitalista”, atingiu o auge com a Ditadura Militar, configurando-se como um movimento histórico auto defensivo e contrarrevolucionário do conjunto das frações burguesas, que limitou a ação do Estado ao horizonte dos interesses burgueses e exclui as demandas por sua democratização. Também fortaleceu a solidariedade entre classes dominantes e aparelho estatal, destruiu os mecanismos políticos que obstruíam as potencialidades da dominação burguesa e criou as condições necessárias para o avanço do desenvolvimento capitalista no país em sua fase monopolista, particularmente porque o Estado aparecia não só como estrutura principal, mas como o dínamo do poder burguês”. (MACIEL, 2004, p. 29)

Para solucionar as contradições que abalavam o poder burguês, a institucionalização da ordem autoritária se fazia necessária. É importante ressaltar também que “os movimentos de oposição ao governo militar, particularmente os de caráter contra hegemônico e ligados à luta de classes subalternas, não foram derrotados logo em 1964. Eles foram sendo derrotados ao longo de todo processo de institucionalização da ditadura”. (MACIEL, 2004, p. 37)

Segundo Maciel (2004, p. 38-40), de 1964 a 1968, o Estado agiu a partir de três frentes de ação. A primeira frente de ação caracteriza-se pelo aprofundamento do processo de subordinação do trabalho ao capital, principalmente através da política repressiva desencadeada sobre o movimento dos trabalhadores, particularmente o movimento operário, e pela contenção salarial. A segunda frente de ação representou um aprofundamento do papel intervencionista do Estado numa perspectiva desenvolvimentista a serviço de uma acumulação privada em associação com o capital externo. Por fim, a terceira frente de ação buscou reestruturar financeiramente e ampliar a liquidez da economia brasileira. Essas três frentes de ações tinham um objetivo em comum: superar os limites institucionais, político-sociais e econômicos que geraram a crise do poder burguês. Outra característica elementar desta etapa que vai de 1964 até a edição da nova Constituição em 1967, é a contradição gerada na arena política modelada por uma ordem democrático-liberal, mas em cujo centro havia um governo autoritário. (MACIEL, 2004, p. 37)

A ideia de uma intervenção militar de caráter moderador foi o que determinou a escolha de Castello Branco para ser o primeiro Presidente da República após o golpe militar. “A intervenção militar em 1964 reproduziria o padrão das intervenções anteriores, ou seja, os militares trocariam os grupos civis no poder e restaurariam a ordem política “saneada” de seus elementos desestabilizadores” (MACIEL, 2004, p. 42). Porém, não foi isso que aconteceu. Já no dia 9 de abril de 1964 (oito dias após o golpe), uma Junta autodenominada de Comando Supremo da Revolução, constituída pelos chefes militares das três armas, elaboraram um decreto ditatorial a que deram o nome de Ato Institucional.

“As medidas decorrentes da aplicação do Ato não estariam sujeitas ao escrutínio de qualquer tipo de tribunal. A Junta ampliou e concentrou poderes nas mãos do presidente da República, a ser eleito em 48 horas, pelo Congresso Nacional por maioria simples, atribuindo-se a prerrogativa de cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais e suspender os direitos políticos dos atingidos por dez anos. Outra medida de força foi a revogação, por seis meses, das garantias constitucionais da vitaliciedade e da estabilidade. Uma vez eleito o novo presidente, até 31 de janeiro de 1966, a prerrogativa de efetuar cassações seria transferida para ele. [...] As eleições previstas para outubro de 1965 (presidente, governadores, prefeitos e vereadores) e outubro de 1966 (governadores, Congresso Nacional e assembleias legislativas) ficaram mantidas, assim como o conjunto da Constituição, ressalvadas as mutilações operadas pelo Ato Institucional”. (REIS FILHO, 2014, p. 52)

Rapidamente, dezenas de lideranças políticas sofreram cassações, entre eles: Luiz Carlos Prestes, João Goulart, Miguel Arraes, Leonel Brizola, entre outros. Quarenta deputados federais perderam o seu mandato e dezenas de oficiais das Forças Armadas passaram para a reserva. Também após o AI-1, no dia 11 de abril de 1964, Castello Branco foi eleito Presidente da República pela grande maioria do Congresso para completar o mandato presidencial iniciado por Jânio Quadros. Em julho do mesmo ano, seu mandato foi prorrogado por mais um ano (até março de 1967) a partir de uma emenda constitucional aprovada pelo Congresso. Considerado um militar culto e civilista na tradição dos militares-políticos, o programa do governo de Castello Branco ficou conhecido por sua política internacionalista e por apoiar a política liberalista. Sobre o novo perfil do Governo, Reis Filho (2014, p. 55) afirma:

“O seu internacionalismo pretendia romper com as ambições autonomistas do nacional-estatismo, propondo um alinhamento estratégico com os Estados Unidos. Tratava-se de integrar o Brasil no chamado mundo ocidental, reconhecendo a liderança desempenhada por Tio Sam. Ao mesmo tempo, o seu liberalismo queria promover uma redução drástica do Estado e uma abertura radical aos fluxos do capital internacional, revogando as limitações políticas e econômicas formuladas pelo governo deposto”.

O “Jornal Cinco de Março” publicou no dia 19 de outubro de 1964, uma matéria que fazia o “Balanço final das punições Políticas, Civis e Militares”: o Ato Institucional, através do art. 10º (que suspendia os direitos políticos pelo prazo de dez anos) cassou 116 mandatos, e suspendeu 378 direitos políticos, enquanto seu art. 7º (suspendia por seis meses as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade e estabilidade) viria a punir 2.757 militares, 4.454 servidores federais e 1.697 funcionários estaduais.

Em relação à política de segurança e repressão contra o “inimigo interno”, foi no governo de Castello Branco que a nova concepção de “Defesa Nacional” se desenvolveu. Segundo Arns (2011, p. 77), a Escola Superior de Guerra (ESG) foi “a cabeça” de todo processo de montagem do aparelho repressivo da ditadura militar. A ESG foi fundada em agosto de 1949, sob a jurisdição do Estado-Maior das Forças Armadas. “Nos dez anos que vão de 1954 a 1964, a ESG desenvolveu uma teoria de direita para intervenção no processo político nacional. A partir de 1964, a ESG funcionaria também como formadora de quadros para ocupar funções nos sucessivos governos” (ARNS, 2011, p. 77). Consequentemente, a ESG foi a geradora da ideologia oficial do Regime Militar.

Um dos frutos da ESG, é o Serviço Nacional de Informações (SNI), criado em junho de 1964 pelo coronel Golbery do Couto e Silva. O SNI tinha o objetivo de “superintender e coordenar em todo o território nacional as atividades de informação, em particular as que interessem à Segurança Nacional” (ARNS, 2011, p. 80). A agência central do SNI era sediada em Brasília, e existiam oito agências regionais distribuídas de Norte à Sul do país. Outro instrumento amplamente utilizado pelo regime militar para realizar a “caça às bruxas” foram os Inquéritos Policial-Militares (IPM) que eram comissões especiais responsáveis por investigar as atividades de funcionários civis e militares, de nível municipal, estadual e federal, objetivando a identificação das pessoas que estavam envolvidos em atividades “subversivas”. O que mudou foi que a partir de 1964, ele começou a ser utilizado de modo generalizado

para a realização de investigações de crimes militares e políticos. Estas comissões especiais de inquérito foram criadas em todos os níveis de governo, ou seja, em todos os ministérios, órgãos governamentais, empresas estatais, universidades federais e outras organizações vinculadas ao governo federal. Motta (2014, p. 49) ainda ressalta que,

“Dada essa explosão investigativa, o governo entendeu ser necessário estabelecer outro órgão para tentar colocar ordem no caos, uma espécie de “super-IPM”. Para tanto, foi criada a Comissão Geral de Investigações (CGI), em 27 de abril de 1964 [...]. A CGI teria duração de seis meses, mesmo período estabelecido pelo Ato Institucional para que o Estado procedesse ao expurgo do serviço público. [...] Na prática, ela serviu para reunir os inquéritos provenientes de todas as regiões, tentando ordenar um processo que levou a centenas de demissões país afora, entre servidores civis e militares”.

Fica evidente que após o golpe militar, a ideologia oficial das Forças Armadas passou a ser voltada para a caça do “inimigo interno”. Essa nova concepção doutrinária acarretou mudanças na estrutura do sistema de segurança do Estado. “Uma delas foi a hipertrofia, o gigantismo, a continua proliferação de órgãos e regulamentos de segurança. Outra foi a atribuição de enorme autonomia aos organismos criados”. (ARNS, 2011, p. 79)

A Doutrina de Segurança Nacional se caracterizava pela criação do inimigo interno e externo, e a dialética entre Estado e oposição. Com a utilização da Doutrina de Segurança Nacional, o projeto excludente de desenvolvimento e modernização conservadora, que atendia ao interesse de uma minoria da sociedade, passou a ser aceito pela maioria da população. (GUSSON, 2008, p. 10)

Após a prorrogação do mandato de Castello Branco, as críticas ao governo acirraram-se. Reis Filho (2014, p. 57) explica os principais motivos: a política econômica não apresentou os resultados prometidos, pois a inflação sofria grandes variações e o crédito continuava escasso, provocando descontentamento entre os comerciantes e industriais. Além disso, a ideologia liberal-democrática não conseguiu romper com as tradições controladoras e intervencionistas do Estado brasileiro, sendo mantida e reforçada até mesmo a estrutura corporativa estatal de patrões e trabalhadores. Por último, a repressão desatada colocava em xeque o comprometimento de Castello Branco com os valores democráticos.

“Milhares de cassações, sem falar nas operações desastradas de censura e na truculência dos IPMs, suscitavam comoção e desgaste. Formou-se, assim, uma atmosfera de descontentamento. Não apenas entre os derrotados, mas também em setores expressivos da grande frente que apoiara o golpe. Líderes civis importantes do movimento vitorioso, como Magalhães Pinto e Carlos Lacerda, preocupados com a impopularidade do governo com o qual eram identificados pela opinião pública, inquietavam-se com as eleições que se avizinhava, em 1965 e 1966”. (REIS FILHO, 2014, p. 58)

Posteriormente as eleições de outubro de 1965, o governo federal perdeu as eleições dos governos de Minas Gerais e da Guanabara. A reação de Castello Branco foi a edição do Ato Institucional nº 2, conhecido como AI-2.

“Editado sob sua direta responsabilidades, o AI-2 reinstaurou a dinâmica do estado de exceção, da ditadura: entronização de eleições indiretas para presidente da República, dissolução dos partidos existentes, com a imposição, de cima para baixo, de um sistema bipartidário; milhares de novas cassações (no fim do governo de Castello, mais de 3.500 pessoas haviam sido punidas pelos atos de exceção); deposição de governadores legalmente eleitos; recesso temporário do Congresso Nacional (entre 20 de outubro e 22 de novembro de 1966); decretação de eleições indiretas também para governadores, em sessões públicas e com voto nominal dos parlamentares, o que facilitava o controle e a decretação de medidas repressivas, no caso de eventuais rebeldias”. (REIS FILHO, 2014, p. 61)

Ademais, de acordo com Maciel (2004, p. 48), a extinção dos partidos também foi decisiva na quebra da institucionalidade anterior e na construção da institucionalidade autoritária, pois os partidos nascidos em 1945 possuíam uma forte ligação com o Estado.

“Dessa forma, a extinção dos partidos significou uma intervenção brutal do governo militar sobre a organização autônoma da sociedade civil, atingindo especialmente os segmentos ligados à mobilização popular. [...] Os Atos Complementares nº 4 (novembro de 1965) e institucional nº 3 (fevereiro de 1966) estabeleceram as regras para a criação dos novos partidos, o que praticamente limitou-os a dois: a Arena, governista, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de oposição” (MACIEL, 2004, p. 48)

Em consequência ao bipartidarismo instituído, a esfera de representação política foi subordinada à esfera de representação burocrática. A função do Arena era obter legitimidade, a partir do voto, junto à sociedade, se tornando um instrumento

importante de articulação das classes dominantes com o Estado. Já o MDB, apesar de exercer a função de canalizar o conflito político e as demandas dos setores hegemônicos descontentes e das classes subalternas para a arena política, também era um partido institucional, pois “sua sobrevivência dependia de sua resignação em comportar-se conforme a perspectiva autocrática da ditadura”. (MACIEL, 2004, p. 49-50)

Segundo Dalva Borges Souza, nos anos que antecedem o golpe, é possível identificar três grupamentos militares:

“O primeiro composto de militares legalistas, que pensavam ser necessário conter o movimento sindical, mas dentro dos quadros do regime democrático. Preocupavam-se, fundamentalmente, com o rompimento da hierarquia e da disciplina militares. [...] O segundo grupo, o da Escola Superior de Guerra, é internacionalista, adepto da doutrina econômica liberal e constrói o projeto de derrubada do regime e de instalação de um novo tipo de Estado.[...] Um terceiro grupo, o chamada linha dura, é composto basicamente por oficiais da Escola Superior de Aperfeiçoamento de Oficiais (ESAO) e, como os outros dois, queria desarticular os mecanismos de pressão sindical.” (SOUZA, 2009, p. 87)

Em Goiás, a intervenção militar significou a afirmação da linha dura, que propunha expurgos mais radicais. Esses militares, com o apoio de proprietários de terras que se viam ameaçados pelo Estatuto de Terra de Castello Branco, foram responsáveis pela deposição do Governador Mauro Borges. A UDN goiana encarou o golpe de Estado de 64 como uma oportunidade de ocupar o poder. Porém, o cargo de Governador de Goiás já continuava ocupado por Mauro Borges, que era do PSD.

Emival Caiado pretendia se candidatar à sucessão governamental e Carlos Lacerda pretendia se candidatar à Presidência. Os dois deputados tentaram demover Castello Branco a apoiar o Governador. Olinto Meirelles, conta como a UDN tentou indispor Mauro Borges diante do Presidente antes das eleições (SOUZA, 2009, p. 98-99):

“Antes de ser escolhido presidente o Castello Branco era chefe do Estado Maior do Exército. Já se falava do seu nome para a Presidência da República. Então fomos ao Ministério da Guerra, onde funcionava o Estado Maior do Exército, e ficamos conhecendo o Coronel Danilo, fomos Manoel Mendonça, Ary Valadão, Olimpio Jaime, Thirso Correa Rosa, Emival Caiado e eu levar

uma coleção do Diário de Goiás para provar ao Castello, já quase presidente, que o Mauro não era revolucionário. Ele nos recebeu, eh... friamente. Ele nos disse o seguinte, que considerava muito o Governador de Goiás, que sido aluno dele na Escola Superior de Guerra. Então, nós fizemos ver a ele que nós não estávamos lá só com os argumentos, estávamos com os documentos. Depois de muita conversa, chegou Syzeno Sarmiento, interessou-se pelo problema, e sugeriu ao Castello que mandasse um oficial do Estado Maior para Goiás, a fim de acompanhar a crise de perto. E no momento, ele se virou e disse: Aquele careca ali é o homem ideal para isso. Era o Coronel Danilo, que estava na sala, sentado de costas para nós.”

A UDN denunciou o Governador por favorecimento de parentes em compras de terras devolutas, de envolvimento com a subversão no campo e de veicular propaganda comunista no jornal Diário de Goiás. Em novembro de 1964, o Coronel Danilo Darcy, Comandante do 10º Batalhão de Caçadores, publicou no jornal “O Popular” a seguinte nota:

À Nação

Neste instante em que se desloca do campo jurídico para o campo político o julgamento das conclusões dos IPMs da área de Goiás, transformando tudo numa farsa, em que o Governador será julgado pelos representantes do próprio Governador, não podíamos deixar de alterar a nossa voz para denunciar à nação tal fato e alertar o povo de uma maneira geral que, no Estado mediterrâneo não existe um problema político, mas uma ameaça à Segurança Nacional. É preciso que se compreenda que foi montado um processo subversivo, cujo centro de irradiação se encontra dentro do Palácio do Governo e cuja principal responsável é o próprio Governador. Comunista nos seus métodos de atuação. Comunista na seleção dos seus auxiliares mais íntimos. Comunista no processo de manipulação da opinião pública através de uma propaganda sem respeito as normas da ética e à personalidade humana. Comunista no consenso doutrinário de uma filosofia de Governo. (*O Popular*, 24 de novembro de 1964)

No mesmo dia, chegou em Goiânia o subchefe da Casa Militar da Presidência, Meira Mattos, agora interventor de Goiás. Porém, o Governo Federal, apesar de todas as pressões, estava impossibilitado de cassar o Governador. Meira Mattos dispunha de 60 dias para obter da Assembleia Legislativa a aprovação do afastamento do Governador e a indicação de um nome. No dia 7 de janeiro de 1965, a Assembleia Legislativa declarou vacância do cargo de Governador e determinou o arquivamento

do processo contra Mauro Borges. No mesmo dia foi eleito o Marechal Emílio Ribas Júnior para o Governo do Estado. (SOUZA, 2009, p. 116-121)

Já nas eleições de 65, a cúpula da UDN resistiu à candidatura de Emival Caiado, e se dividiu então entre Emival Caiado, Alfredo Nasser, Benedito Ferreira e Camargo Júnior. Em junho, a UDN faz a sua convenção levando para a escolha os nomes de Emival Caiado e Otávio Lage de Siqueira. “Otávio Lage vence a convenção diante da afirmação de Ribas Júnior sobre o favorito, Emival Caiado, de que “a revolução não iria tirar a oligarquia dos Ludovico do poder para colocar a oligarquia dos Caiado”.” (SOUZA, 2006, p. 122). Em outubro, a eleição prevista ocorreu dentro dos limites da intervenção militar. Otávio Lage vence as eleições para governador de Goiás. Sobre essa eleição, o analista político Carlos Castello Branco, conclui que:

“Com duas intervenções militares, realizou-se em tempo relativamente curto a renovação política de Goiás, onde, assim, foram alcançados por antecipação os objetivos da Aliança Renovadora Nacional.

Com uma intervenção militar, afastou-se do governo o Sr. Mauro Borges.

Com a segunda, entregou-se o poder ao jovem Sr. Otávio Lage, pois há dúvidas entre os peritos da situação goiana de que a eleição de outubro se realizou, ali, em ritmo e em forma de operação militar”. (CASTELLO BRANCO, 1976, p. 407 apud SOUZA, 2009, p. 122)

CAPÍTULO II – DITADURA MILITAR: RESISTÊNCIA E REPRESSÃO

2.1 O Movimento Estudantil em Goiânia (1964-1968)

O Movimento Estudantil desempenhou um papel marcante nas lutas políticas e sociais da sociedade e serviu como o principal porta-voz dos descontentamentos frente ao novo regime. Arns (2011, p. 153), alega que a União Nacional dos Estudantes (UNE), desde a sua criação em 1937, era a entidade de unificação das lutas estudantis em escala nacional, tanto aquelas voltadas para questões específicas do ensino quanto as guiadas por motivações políticas explícitas, atuando em defesa da democracia, em solidariedade às lutas operárias, em favor dos Direitos Humanos, contra as ditaduras. Após a criação da UNE, “foram se criando Uniões Estaduais (UEEs), destinadas a coordenar as entidades de cada Estado, sob a liderança geral da UNE. E, nas faculdades, nasceram Diretórios, Grêmios, Centro Acadêmicos”. A organização do Conselho do UEE era a seguinte: Presidentes dos Diretórios Acadêmicos das Faculdades; Presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE); Presidente do CGE (Confederação Goiana dos Estudantes). Após o golpe militar, a sede da UNE que se localizava na Praia do Flamengo, Rio de Janeiro, foi totalmente destruída por uma organização paramilitar denominada CCC – Comando de Caça aos Comunistas.

Um dos fatores que contribuiu para que o movimento estudantil da esquerda goiana se tornasse organizado mesmo antes do golpe militar, foi a criação conturbada da Universidade Federal de Goiás, pois exigiu a mobilização estudantil em prol da criação de uma instituição de ensino superior pública. Além disso, segundo documentos publicados pela Associação dos Anistiados do Estado de Goiás (ANIGO) em seu livro “A Ditadura Militar em Goiás: Arquivos Revelados”, o movimento estudantil em Goiás deve ser visto a partir de 1959, no governo de José Feliciano Ferreira, do PSD, quando houve uma greve liderada pela União Goiana dos Estudantes Secundaristas (UGES), sob a presidência do estudante Tarzan de Castro:

“No mês de março daquele ano a UGES decretou uma greve geral contra o aumento das anuidades escolares. Esse movimento teve grande apoio dos estudantes secundaristas. Praticamente todas as escolas foram paralisadas.

Na noite do dia 05 de março de 1959, o governo estadual não impediu que as forças policiais do Estado, sob ordens do seu Secretário da Segurança Pública, Tales Reis, reprimissem violentamente aquela manifestação estudantil. [...] A polícia chegou jogando bombas e atirando contra os estudantes, que se dispersaram lutando e fugindo das tropas repressoras". (ANIGO, 2016, p. 559-560)

Esse episódio de brutalidade ficou marcado na história de Goiás. Em homenagem a esse dia e a quantidade de estudantes feridos, os líderes estudantis da UGES, Javier Godinho, Telmo Faria e Batista Custódio, criaram o jornal "Cinco de Março", que

"Apesar da censura, do empastelamento e das transformações que o enfraquecimento da vida democrática do Brasil durante o golpe militar de 1964 causou na imprensa em geral, o Cinco de Março continuou mantendo a sua linha editorial voltada para denúncias de corrupção, má prestação de serviços e descuido com o caráter público inerente ao Executivo e Legislativo". (BORGES; LIMA, 2008, p. 84)

Uma das características da esquerda goiana seria a supremacia do movimento estudantil na formação e atuação da grande maioria dos militantes durante todo o período da ditadura militar. É a partir, principalmente, do Colégio Estadual Lyceu de Goiânia, Colégio Estadual Pedro Gomes, da Universidade Federal de Goiás e Universidade Católica de Goiás que serão organizados comícios relâmpagos, passeatas, panfletagens e greves contra a ditadura (MACIEL, 2014, p. 370). Sobre o Colégio Estadual Pedro Gomes, o estudante João Silva Neto, futuro estudante da Faculdade de Direito da UFG, descreve a importância dessa instituição para o movimento estudantil:

"Foi criada depois de 1964 a primeira base estudantil do Partido Comunista em Goiás, no Colégio Pedro Gomes. Dali saiu um movimento extraordinário de resistência democrática à ditadura baseado na luta estudantil. Criamos ali um poderoso Partido Comunista, com muitos estudantes, no meio da massa estudantil. Dominávamos completamente o grêmio; dominávamos as representações de classe. Criamos um movimento de embate contra a ditadura.

[...] Esse movimento do Pedro Gomes só foi desbaratado com o advento do AI-5. De 1964 a 1968, Pedro Gomes foi um dos poderosos núcleos da

resistência democrática no meio estudantil aqui em Goiânia e era comandado pela nossa base de estudantes”. (ALVES; CORTÊS, 2013, p. 228)

Para Maciel (2014, p. 366), a esquerda goiana reproduz o padrão da esquerda brasileira nas décadas de 60 e 70, destacando-se a presença de algumas das principais organizações de esquerda, tais como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do Brasil (PC do B), Ação Popular (AP), Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (ORM-POLOP) e Ligas Camponesas. De acordo com informações obtidas junto à ANIGO, estima-se em aproximadamente quinhentos (500) o número de punidos ou indiciados por crimes políticos pelo Estado brasileiro no Estado de Goiás, incluindo neste número não só os militantes de esquerda. (MACIEL, 2014, p. 362)

Em decorrência da “marcha para o Oeste”, Goiânia tornou-se o polo da expansão capitalista da região Centro-Oeste. Esse fato faz com que a luta pela reforma agrária se torne uma das principais bandeiras de luta da esquerda goiana,

[...] fazendo com que tais conflitos atraíam a atenção de várias organizações de esquerda, como o PCB, as Ligas Camponesas e mesmo a Igreja Católica através do Movimento de Educação de Base (MEB), que passam a desenvolver trabalho político junto aos camponeses e assim treinando as relações entre o movimento de trabalhadores rurais e os movimentos sociais urbanos.

O vínculo dos militantes urbanos como o movimento dos trabalhadores rurais foi constante, principalmente aquele mediado pelas organizações políticas, e se manifestou de diversas maneiras como a realização de trabalho de organização e formação política, o apoio na criação de estruturas de apoio nas cidades, o trabalho e divulgação e legitimação das lutas camponesas junto à imprensa e à sociedade civil e iniciativas de solidariedade, isto quando não houve o envolvimento direto dos militantes urbanos nestas lutas, como evidenciaram os relatos sobre a experiência de Trombas e Formoso, as reportagens do Diário do Oeste de 1962 sobre o apoio dos militantes da UGES aos camponeses nos conflitos de Porangatu, Jussara e Diorama”. (MACIEL, 2014, p. 369-370)

Em 1962, a UGES sob a presidência do estudante Joaquim Ferreira Coimbra, decretou uma greve geral contra o aumento das tarifas de ônibus. A manifestação

ocorreu na Praça dos Bandeirantes e em todo o centro de Goiânia. O Jornal “O Popular” do dia 14 de setembro relatou a repressão policial sofrida pelos estudantes:

“[...] a despeito do avanço da polícia, grande número de estudantes permaneceu firme sobre o caminhão (que servia de palanque) e em volta dele, realizando o comício. Em dado instante, com o fim de tentar a paralisação da polícia os estudantes começaram a entoar o Hino Nacional, mas o avanço continuou. Nesse instante a polícia começou a usar bombas de efeito moral com o que logrou dispersar instantaneamente a multidão. Foram lançadas aproximadamente 30 bombas de alta capacidade explosiva, resultante no ferimento de várias pessoas. Das quais foram atendidas pelos hospitais, para leves curativos, um deles, entretanto, sofreu completa fratura no braço direito. Trata-se do jovem Luiz Antônio Menezes de 16 anos de idade, que está internado no Hospital Rassi. Esse jovem recebeu em cheio o efeito explosivo de uma bomba, caindo ao solo desacordado” (ANIGO, 2016, p. 562).

Um pouco antes do golpe militar, o DCE da UFG sob a direção de Jefferson Bueno, estudante da Faculdade de Engenharia da UFG, adquiriu em janeiro de 1964 um Jeep. Ele assinou o ofício nº 133/64, que entre outros assuntos, diz: “Arrecadação de Cr\$ 550.000, que somados com mais Cr\$ 1000.000, do DCE da UFG foi comprado um “Jeep” para agitação das forças populares” (ANIGO, 2016, p. 581).

A partir dos fatos apresentados, notamos que mesmo antes do golpe militar a repressão policial contra as manifestações e comícios já era cruenta, porém, o movimento estudantil resistia e se tornava cada vez mais organizado. Entretanto, após o golpe, o governo militar aprimorou a repressão, exterminando politicamente lideranças dos movimentos sindical e estudantil.

Logo após golpe,

“[...] todos os estudantes que compunham a diretoria da União Goiana dos Estudantes Secundários foram perseguidos, o que levou ao abandono da sua sede e, até uma semana após o golpe, alguns estudantes ainda permaneceram na entidade. Como consequência, a UGES foi extinta e a sua sede entregue para a Confederação Goiana dos Estudantes (CGE). Mais tarde, por meio de documento expedido pelo governo de Goiás, o seu patrimônio foi legalizado em nome dessa nova agremiação estudantil”. (ANIGO, 2016, p. 563)

Em agosto de 64, o Coronel do 10º Batalhão de Caçadores, Danilo Darcy de Sá da Cunha Mello, assumiu o posto de encarregado da Sub-Comissão de Investigações, dirigida pelo general Castro de Silva. Ele assumiu os Inquéritos Policiais Militares (IPMs), estimulando a sociedade a fazer denúncias. É municiado principalmente por Irapuã Costa e Júnior, professor da Faculdade de Engenharia na época. Logo a prática de torturas no quartel do 10º BC começa a ser denunciada (SOUZA, 2009, p. 109-110):

“São apontados por Mauro Borges como responsáveis pelas torturas, além do Coronel Danilo, o Tenente Marcus Antônio de Britto Fleury, genro do Prefeito udenista de Goiânia, Hélio de Britto, Capitão Aníbal Coutinho, Capitão Albuquerque e o Sargento Thompson. O Tenente Marcus Antônio Fleury ficará conhecido, na década de 70, como agente do Serviço Nacional de Informações em Goiás, sendo apontado como responsável pelo “desaparecimento” do estudante Marcos Antônio Batista”.

A Lei Suplicy de Lacerda - nº 4.464, de 9 de novembro de 1964 – intensifica a repressão do governo contra o movimento estudantil. Ela foi elaborada pelo ministro de educação do governo Castello Branco, Flávio Suplicy de Lacerda. Segundo Castro (2017, p. 194-202, grifos nossos), essa lei:

“[...] afetou diretamente a organização do movimento estudantil e cerceou a autonomia das entidades estudantis e da União Nacional dos Estudantes (UNE), que passara à legalidade desde as primeiras horas do golpe de 01 de abril de 1964. [...] A lei nº 4.464, resultou da fixação dos governos militares em interferir na autonomia universitária e dispersar os estudantes, retirando dele as agremiações de representação, que faziam, por sua vez, a conexão dos discentes com os reitores e com os governos – estadual e federal”

Ainda segundo Castro (2017, p. 204-205), o principal objetivo da Lei Suplicy de Lacerda era fazer com que o Ministério da Educação obtivesse o controle do movimento estudantil, transformando-o em apêndices deste ministério. Ademais, também visava o esvaziamento e a extinção da UNE. Para isso, destruía a autonomia e representatividade do movimento estudantil, interferia e modificava suas entidades

em todos os escalões, e vetava a liberação de verbas. Desta maneira, a UNE seria substituída pelo Diretório Nacional dos Estudantes (DNE); e as uniões estaduais, pelos diretórios estaduais (DEEs). A Lei Suplicy repassava ao Conselho Federal de Educação ou ao Ministério da Educação a possibilidade de convocação do DNE, ferindo o direito de autonomia e os princípios de funcionamento de uma entidade de representação.

Entretanto, no Informe 18/65, de 03 de julho de 1965, produzido pelo DOPS-GO e difundido para o SNI, denuncia que dentro da UFG a lei Suplicy de Lacerda,

“[...] é completamente descumprida, haja visto o manifesto dado à publicidade, de pleno conhecimento, aliás, da Reitoria, em data de 15 de maio do corrente, assinado por todos presidentes de Diretórios Acadêmicos das unidades que compõem aquela Universidade, protestando contra o envio de tropas à República Dominicana.

Sem dúvida, percebe-se que a lei 4.464, vem encontrando sérias resistências, por parte dos estudantes da Universidade Federal, no tocante a sua aplicação, sendo que estes procuram combatê-la, imprimindo ao movimento um caráter de rebeldia e de reprodução do Governo”. (ARQUIVO NAIOCNAL, SIAN, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.65096421, 1965)

Apesar da intensa repressão contra o movimento estudantil, um ano após o golpe militar, estudantes do Colégio Lyceu de Goiânia e de outros colégios públicos da capital, mesmo sendo obrigados a desfilar no evento de comemoração ao 1º aniversário da “Revolução de 64”, boicotaram o evento. No mesmo ano “o trote de alunos dos cursos de filosofia, história e ciências sociais das Universidades Católica e Federal, também foi utilizado para fazer uma caminhada pelo centro de Goiânia levando cartazes com críticas ao governo” (ANIGO, 2016, p. 564). O movimento estudantil continuava lutando energeticamente contra o regime autoritário.

Hecival Alves de Castro, estudante da Faculdade de Direito da UFG na época, relata como era a movimentação estudantil em 1965, 1966:

“Havia a ditadura, mas havia um espaço de movimentação. A UNE funcionava. Ganhamos várias vezes a eleição dos centros acadêmicos, fui eleito presidente do DCE com chapa única. Veja bem, em plena ditadura a direita estudantil não teve condições de lançar candidatura para os grêmios estudantis, nem para o DCE. Dominávamos completamente o movimento estudantil em Goiás. Então, ainda havia um espaço em que você podia

respirar e atuar. Tanto que esses grêmios atuaram. A esquerda tinha todo o controle do movimento estudantil no estado de Goiás”. (ALVES; CORTÊS, 2013, p. 153)

Em setembro de 1965, foi instaurado um IPM que visava “apurar atividades subversivas na União Nacional dos Estudantes, União Brasileira de Estudantes Secundaristas na área de Goiás e Distrito Federal” (ANIGO, 2016, p. 572). Foram indiciadas vinte e oito (28) pessoas, sendo que seis (6) pessoas indiciadas eram estudantes da UFG: Adélio Moreira Costa, da Faculdade de Medicina; Carlos Alberto Santa Cruz, Joaquim Olinto de Jesus Meirelles e Mauricio Samuel Zaccariotti, da Faculdade de Direito; Jefferson Bueno da Faculdade de Engenharia e João Batista Rosa, da Escola de Belas Artes. Todos os estudantes citados foram acusados de cometerem crimes previstos pela Lei de Segurança Nacional 1802/53, com base nos artigos 9º, 10º, 11º, 12º e/ou 14º. Esses artigos da LSN classificam como crimes:

Art. 9º Reorganizar ou tentar reorganizar, de fato ou de direito, pondo logo em funcionamento efetivo, ainda que sob falso nome ou forma simulada, partido político ou associação dissolvidos por força de disposição legal ou fazê-lo funcionar nas mesmas condições quando legalmente suspenso.

Pena: - reclusão de 2 a 5 anos; reduzida da metade, quando se tratar da segunda parte do artigo.

Art. 10. Filiar-se ou ajudar com serviços ou donativos, ostensiva ou clandestinamente, mas sempre de maneira inequívoca, a qualquer das entidades reconstituídas ou em funcionamento na forma do artigo anterior.

Pena: - reclusão de 1 a 4 anos.

Art. 11. Fazer publicamente propaganda:

- a) de processos violentos para a subversão da ordem política ou social;
- b) de ódio de raça, de religião ou de classe;
- c) de guerra.

Pena: reclusão de 1 a 3 anos.

Art. 12. Incitar diretamente e de ânimo deliberado as classes sociais à luta pela violência.

Pena: - reclusão de 6 meses a 2 anos.

Art. 14. Provocar animosidades entre as classes armadas ou contra elas, ou delas contra as classes ou instituições civis.

Pena: - reclusas de 1 a 3 anos.

Ainda no mesmo ano, em novembro, foi instaurado um IPM “para apurar as atividades subversivas desenvolvidas no meio estudantil na política partidária e na imprensa, cujo encarregado foi o Coronel Eurides Curvo”. No relatório do IPM, o “movimento político-estudantil da segunda quinzena do mês de setembro” tem grande destaque. Segundo este documento, o Conselho Diretor da UEE convocou no dia 17 de setembro uma “passeata composta de estudantes desta Capital em solidariedade e em sinal de protesto contra os acontecimentos estudantis de outras Capitais, tais como Guanabara, São Paulo e Belo Horizonte, bem assim, a se levantar contra o regime atual” (ANIGO, 2016, p. 596). No dia seguinte, durante a apresentação de um conjunto orfeônico no DCE, foi lido um manifesto pelo estudante de engenharia Ney Gebram Pereira, presidente do DCE da UFG. No evento estavam presentes o reitor da UFG, Jerônimo Geraldo de Queiroz, e outras autoridades. Alguns dias depois, vários estudantes se concentraram na Faculdade de Direito da UFG a fim de se prepararem para uma passeata:

“Os estudantes integrantes da passeata, seguiram em direção à Catedral Metropolitana de Goiânia, onde fizeram uma ligeira concentração, tendo, ali, feito uso da palavra Pedro Wilson Guimarães apresentando o Vice-Presidente da UNE, estudante Rabêlo, que, por sua vez, fez ligeira explanação sobre a finalidade de sua vinda a esta Capital a fim de participar dos acontecimentos estudantis.

[...] Os estudantes, já dispersados, seguiram rumo ao Colégio Estadual de Goiânia Lyceu onde tornaram a se reunir para prosseguir com a passeata em direção ao centro da Capital. Porém, ao se aproximarem do cruzamento das ruas 21, 3 e Av. Araguaia, foram, pela polícia novamente dispersados o que os levaram a se reunir outra vez, na Faculdade de Direito da UFG onde, minutos depois foram cercados naquele estabelecimento pela polícia. Com este último desate obrigou o Diretor daquela Faculdade, Dr. Paulo Torminn

Borges, a se dialogar com o Comandante da Polícia Militar do Estado, Cel. Odim Barroso de Albuquerque, a fim de conseguir uma solução pacífica para aquele acontecimento. Destaca-se, porém, que os estudantes, reunidos naquela Faculdade, se prepararam contra os policiais, fazendo barricadas de carteiras e cadeiras, bem assim munindo-se de pedras e paus. [...] Finalmente, o Cel. Comandante da PM-GO cedeu ao diálogo e permitiu que os alunos se retirassem, um a um, sem tumulto. Não houve prisões, a não ser de dois estudantes quando se iniciava a passeata”. (ANIGO, 2016. P. 598- 9)

Uma semana depois, foi realizada uma assembleia na porta da Faculdade de Filosofia da UFG. Durante a assembleia, apareceu um Oficial do Exército e seu carro foi apedrejado pelos estudantes mais exaltados. Foi deliberado nesta assembleia que haveria uma concentração na porta da Catedral Metropolitana no dia seguinte e uma greve por setenta e duas horas em sinal de protesto às prisões de estudantes goianos.

Neste IPM, das quarenta (40) pessoas citadas, identificamos que doze (12) pessoas possuíam vínculo com a UFG. Da Faculdade de Filosofia, pertenciam os estudantes: Alda Maria Borges, Gileno Cirqueira Soares, José Pereira Peixoto Filho e Júnio Andrade de Carvalho. Da Faculdade de Direito, são citados Oscar Dias de Souza e Pedro Wilson Guimarães, presidente do CA XI de Maio em 1966. O Diretor da Faculdade de Direito, Paulo Torminn também é citado. Ele não é o único diretor citado, Egídio Turchi, diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras também é mencionado. Da Faculdade de Engenharia são citados dois alunos: Francisco Ferreira dos Santos e Ney Gebram Pereira, presidente do DCE em 1966. Por último, o professor Samir Helou, da Faculdade de Pedagogia. Ao final do IPM, o encarregado concluiu que os fatos apurados constituíam crimes cujo julgamento competia a Justiça Militar. (ANIGO, 2016, p. 608)

A partir dos documentos analisados é possível concluir que desde antes do golpe, o movimento estudantil em Goiânia representava um perigo para a ordem autocrática burguesa, já que este atuava de forma organizada e consistente, realidade que mudará a partir de 1968, devido a intensificação da face autoritária da ditadura.

De acordo com Motta (2014, p. 49-50), os IPMs eram um instrumento utilizado pelos militares para radicalizar medidas repressivas e tentar criar fatos consumados. Entretanto, eles deveriam se limitar a fazer investigações e remeter suas conclusões ao Judiciário, a quem caberia julgar e estabelecer as penalidades para os

condenados. Calcula-se que apenas em 1964 foram estabelecidos aproximadamente 760 IPMs espalhados pelo Brasil. Entretanto,

“Dadas as limitações da atribuição dos IPMs, bem como a disposição do governo e do Poder Judiciário, de modo geral as suas atividades não produziram consequências legais, ou seja, condenações. Muitos dos inquéritos enviados à Justiça foram considerados inconsistentes para fundamentar punições legais. [...] No fim de 1964, a maioria foi encerrada, e os resultados, enviados ao Poder Judiciário, não obstante alguns continuassem funcionando em 1965, enquanto novos processos seriam abertos nos anos seguintes, principalmente após 1968”.

2.2 A Repressão Política dentro da UFG: o Primeiro Ciclo

Em 1964, a Universidade Federal de Goiás ainda era uma instituição em construção, recém-nascida. Existiam poucos institutos dentro desta universidade e a construção da Cidade Universitária (campus 2) não passava de um projeto. Após a instauração do regime militar, logo iniciou-se os primeiros “expurgos de subversivos” dentro da UFG, a partir da instalação de vários inquéritos.

Para Motta (2014), na visão dos vitoriosos de 1964, as universidades haviam se tornado ninhos de proselitismo das propostas revolucionárias e de recrutamento de quadros para a esquerda. O afastamento de dirigentes universitários foi um momento marcante da Operação Limpeza dentro dessas instituições de ensino.

“A expressão “Operação Limpeza” foi utilizada por agentes do Estado e seus apoiadores para expressar a determinação de afastar do cenário público os adversários recém-derrotados – comunistas, socialistas, trabalhistas e nacionalistas de esquerda, entre outros. A metáfora limpeza implicava também punição para os corruptos, mas inicialmente, o alvo efetivo eram os inimigos políticos”. (MOTTA, 2014, p. 25)

Vários professores, alunos e funcionários da UFG tiveram seus nomes presentes em diferentes IPM's. No entanto, segundo Motta (2014, p. 48), nas universidades as comissões de sindicância tiveram impacto importante também, pois levaram efetivamente a demissões. Essas comissões de sindicância foram criadas em

decorrência das disposições do Ato Institucional, editado em 9 de abril, principalmente do artigo 7º, que decretava suspensas por seis meses as garantias constitucionais de vitaliciedade e estabilidade, o que permitia a demissão ou aposentadoria de servidores públicos que “tenham atentado contra a segurança do país, o regime democrático e a probidade da administração pública” (MOTTA, 2014, p. 51).

Usando com base o Ato Institucional, o ministro da Educação, Flávio Suplicy de Lacerda, baixou a Portaria nº 259 no dia 19 de abril de 1964 (quatro dias após tomar posse do cargo), “determinando às universidades a “instauração de inquéritos administrativos”. Os reitores foram informados por telegrama ou pelo Aviso nº 705, que reproduzia os termos da portaria” (MOTTA, 2014, p. 51). O texto do documento dizia:

No firme propósito de prestar relevante serviço à causa nacional e à salvaguarda do regime, tenho a honra de sugerir a Vossa Magnificência as seguintes medidas:

- a) instauração de inquéritos administrativos que se façam necessários para imediata apuração de responsabilidades;
- b) severa vigilância sobre quaisquer atividades que possam comprometer a causa da paz social e a reintegração da ordem jurídica, democrática.

Muito agradeceria que os inquéritos, com parecer conclusivo, me sejam remetidos no prazo de trinta dias.

O Centro de Estudos Brasileiros começou a ser ameaçado a partir do final de abril de 64, ou seja, poucos dias após o golpe. No dia 20 de abril a reitoria enviou para o CEB o Ofício-circular nº 214/64, que pedia à Diretoria do estabelecimento indicasse para a Comissão de Expurgo o nome de professores e funcionários que poderiam estar vinculados a movimentos subversivos e, portanto, deveriam ser afastados de suas funções. Quatro dias depois, no dia 24 de abril, o CEB recebeu um ofício que continha uma cópia da Portaria 61/64, proveniente da Divisão Pessoal da UFG. Esta Portaria possuía uma lista de nomes que, segundo nota do Comando da Polícia Militar, deveriam ser afastados imediatamente de seus cargos. Um dos nomes desta lista era o da professora Amália Hermano Teixeira, da cadeira de “História Política, Econômica e Social do Brasil”. Diante desta situação, o diretor do CEB, Gilberto Mendonça Teles, convoca professores e representantes estudantis para uma reunião, a fim de discutir o conteúdo desses dois documentos recebidos e articular uma resposta para ambos.

Na reunião estavam presentes os professores Bernardo Élis, Amália Hermano Teixeira, Antônio Theodoro da Silva Neiva, Domingos Félix de Sousa, Joaquim de Assis Costa, Waldir Luís Costa, Pe. José Pereira, Ruy Ferreira Bretas, Antônio Jubé, César Ribeiro de Andrade, Modesto Gomes e Vicenzo Falconi. Para representar os estudantes estavam: José Carlos de Almeida, Marilena Maldonado e Sérgio Paulo Moreyra. Na Ata da reunião do CEB do dia 24 de abril de 64, constam as seguintes declarações:

[...] o Diretor, Prof. Gilberto Mendonça Teles, expôs os motivos por que foi levado a convocar esta reunião em face do atual momento brasileiro, era preciso que os professores e alunos se mantivessem coesos, unidos sempre em torno daquele ideal comum de amor às coisas brasileiras, no respeito às nossas instituições e na luta pela preservação do regime democrático.

[...] O objetivo da circular pretende a Reitoria que o CEB, para a comissão encarregada de expurgo dos elementos comunistas dos quadros da administração, na área da Universidade, relacione os elementos-professores e funcionários compromissados com o crede vermelho. Ora, não é possível que o Centro entre nesse assunto por mera presunção, ou simplesmente por ouvir dizer, uma vez que a contratação de uns e de outros se faz mediante do próprio, em que só a Reitoria e não o Centro é parte legítima. [...] a congregação nem a diretoria se julgam aptos a afirmar se há elementos comunistas em seus quadros, uma vez que não dispõem de elementos para qualificar ideologicamente cada um de seus professores e funcionários".
(CEB, 1964)

No dia 27 de abril de 1964, o Prof. Saleh Jorge Daher, Presidente da Comissão de Inquérito da UFG e professor da Faculdade de Engenharia, enviou para o Reitor Colemar Natal e Silva, a Portaria nº 48/64. Esse documento contém alguns nomes de professores e funcionários que foram indicados pelo DOPS-GO, pois estariam "comprometidos pela prática de atividades subversivas".

Nesse documento constam nomes de três professores do CEB, sendo eles: Amália Hermano Teixeira, Elder Rocha Lima e Maximiano da Mata Teixeira. Outros cinco nomes citados são de funcionários da reitoria: Antônio Pimentel, chefe da Seção de Extensão Cultural, do Departamento de Educação e Cultura da UFG; Cley de Barros Loyola, Diretor de Cultura da UFG; Francisco Chagas de Carvalho; David Eugênio de Azeredo Andrade, Oficial de Administração da UFG e Elbio de Brito

Guimarães, redator da "Revista Universitária". Da Faculdade de Engenharia, pertenciam os professores: Elder Rocha Lima, Marcelo da Cunha Morais, Rodolfo José da Costa e Silva, Paulo Emílio Fogaça Neto, Erton Carvalho, Urildo de Alcântara Campos. Por último, os professores da Faculdade de Odontologia, Célio Bizotto e Francisco Pilomia de Souza, além de Wagner Batista, secretário da Escola de Agronomia e Veterinária.

Figura 1: Foto da Portaria nº 43/64

Goiânia, 27 de abril de 1964

Magnífico Reitor :

Com o presente, estamos passando às mãos de Vossa Magnificência as listas enviadas a esta Comissão pelos Senhores Cel. José ^{Marcelo} ~~Marcelo~~, Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de Goiás, e Bel. Jurendyr Rodovalho, titular da Delegacia de Ordem Política e Social da Secretaria de Estado da Segurança Pública de Goiás, nas quais estão relacionados os elementos do Quadro de Pessoal desta Universidade que, segundo informam as autoridades supra mencionadas, são comprometidos pela prática de atividades subversivas.

Os servidores constantes das listas em anexo são os seguintes:

Amália Hermano Teixeira
Antonio Firentel
Cley de Barros Loyola
Elder Rocha Lima
Francisco Chaves de Carvalho
Wagner Batista da Costa
Celio Bizotto
Francisco Pilomia de Souza
Marcelo da Cunha Morais
Rodolfo José da Costa e Silva
Paulo Emílio Fogaça Neto
Erton Carvalho
Urildo de Alcântara Campos
David Eugênio de Azeredo Andrade
Maximiano da Mata Teixeira
Elbio de Brito Guimarães

Ao ensejo, apresentamos a Vossa Magnificência protestos de elevada estima e apreço.

a) Prof. Saleh Jorge Bahar
Presidente da Comissão de Inquérito

(Portaria nº 43/64)

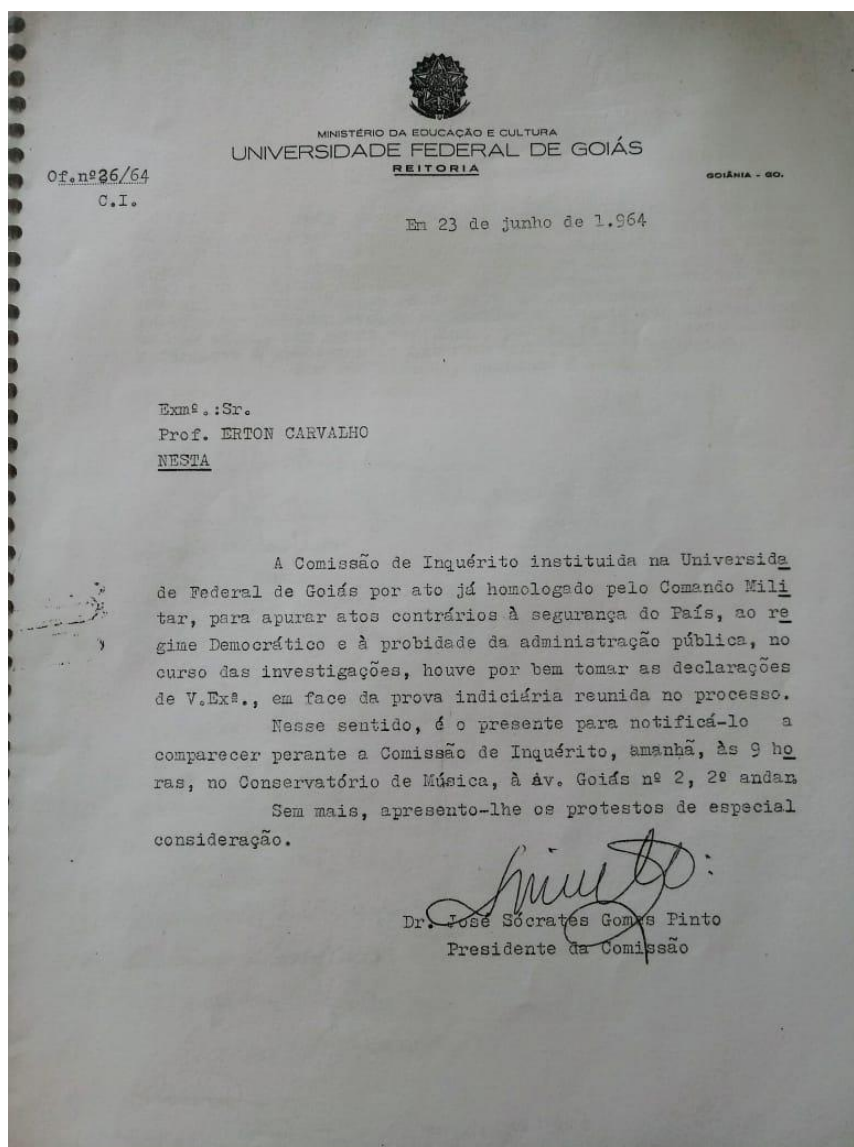
Exmo. Sr.
Prof. Coleman Natal e Silva
Magnífico Reitor da Universidade Federal de Goiás
Nesta Capital

Fonte: Arquivo pessoal do Prof. Orlando de Castro.

No mesmo dia, o Reitor Colemar acata a ordem do DOPS e afasta várias pessoas indicadas de suas funções da UFG, sendo eles os professores Elder Rocha Lima, Célio Bizzotto, Erton Carvalho e Urildo de Alcântara Campos. Além dos professores, também foram afastados alguns funcionários da reitoria: Antônio Pimentel, Francisco Chagas de Carvalho e David Eugênio de Azevedo Andrade. Meses depois dos afastamentos, a Divisão de Pessoal formalizaria a demissão desses professores e funcionários.

Para apurar as denúncias contra os professores e funcionários, a Comissão de Inquérito instituída na UFG intimava os investigados a comparecerem perante esta Comissão, que funcionava no Conservatório de Música:

Figura 2: Intimação da Comissão de Inquérito da UFG



Fonte: Arquivo pessoal do Prof. Orlando de Castro

No mês seguinte, em julho de 1964, o advogado do professor Erton Carvalho encaminhou para o Presidente da Comissão Federal de Inquérito sua defesa. Nesse documento, ele relata que:

“Houve uma dissensão interna na Escola de Engenharia a propósito da criação e estruturação do Instituto de Matemática e Física; cuja concretização feriria interesses econômicos financeiros de vários professores, notadamente dos Senhores Jayme Cohen, Saleh Daher e Irapuan Costa Junior, que perderiam em decorrência dessa criação cargos acumulados.

[...] Ora, nos autos não há absolutamente nenhuma circunstância conhecida e provada da qual, por dedução, se possa concluir ou interferir que o peticionário esteja incurso na prática e qualquer dos fatos a respeito dos quais essa Comissão procede investigações”.

A “subversão” e “corrupção” dentro da UFG também foram denunciadas a partir do Informe nº 594, expedido pelo Gabinete do Ministro da Guerra em 6 de julho de 64 e difundido para vários órgãos de informação:

-Faz-se necessária uma intervenção militar imediata na Universidade de Goiás, onde o quadro se apresenta assim:

A) -Subversão

1. Até agora foi somente investigada a Escola de Engenharia onde ficou mais que evidente a ação subversiva de um grupo de professores e alunos que conseguiram envolver inteligentemente o Diretor da Escola, que se prestou ao papel de acobertá-los, mesmo após a Revolução. Embora o Reitor determinasse o afastamento de vários professores e, posteriormente, do próprio Diretor, este até agora não cumpriu ordem do Reitor e se mantém intransigente.

A situação permanece a mesma de antes da Revolução. A Escola ainda está sofrendo investigações e não foram ouvidos todos os professores acusados embora seja evidente o quadro acima retratado.

2. Outras unidades da Universidade foram seriamente afetadas pela subversão, mas até agora não puderam sofrer investigações porque o pessoal da Comissão é muito pouco numeroso e não terminou sequer a Escola de Engenharia. O Centro de Estudos Brasileiros, organização nos moldes do ISEB, onde quase todos os professores são comunistas, as Faculdades de Direito, Filosofia e Odontologia estavam muito infiltradas. Urgem providencias imediatas no sentido de evitar a destruição de provas, combinação de depoimentos etc.

3. Reitor está também muito implicado em subversão, embora seja tido na conta de um mero oportunista. Entre outros fatos podem-se citar, sem maiores investigações: o fato de manter na Universidade um jornal editando publicações comunistas, como: “Um dia na vida de Brasilino”, “8 ou 80”, “Cartilha para alfabetizados” e inúmeras outras; o fato de ter o Reitor patrocinado um curso de marxismo ministrado por Jacob Gorender, da executiva do PC, tendo o próprio Reitor comparecido às aulas inicial e de encerramento; o de haver igualmente criado e dado sequência a um “Curso de realidade brasileira”, no qual professores comunistas da Universidade ministravam ideias subversivas em diversas cidades do Estado [...].

B) -Corrupção

A corrupção na Universidade atinge a cifras de centenas de milhões e vai, talvez, a mais de um bilhão de cruzeiros.

1. A comissão de inquérito designada pelo MEC e presidida pelo Professor Guilherme A. Canedo Magalhaes, passou somente três dias nesta cidade e nada apurou em profundidade:

2. Há cerca de um mês o Reitor nomeou uma Comissão de Inquérito presidida pelo Dr. José Sócrates Gomes Pinto o qual não tem autoridade moral para examinar os atos do Reitor, pois tem uma amante que foi colocada na Universidade como funcionária por este. Outro componente da Comissão nomeada pelo Reitor é o Dr. Saleh Daher, altamente comprometido em corrupção em inquérito instaurado no DERGO, sobre o qual pesam acusações de estar também comprometido dentro da Universidade. O representante do Exército na referida Comissão é o Major Humberto Crispim Borges, primo do Dr. Ary Demóstenes e irmão dos Drs. José Crispim e Galeno Crispim, consultores jurídicos do Estado, sendo todos amigos íntimos do Governador e da própria família do Reitor.

O “Jornal 4º Poder”, idealizado por Colemar Natal e Silva, também foi alvo da repressão e acabou sendo fechado. Para o ex-assessor de imprensa do Prof. Colemar, o jornal foi fechado “em decorrência de uma incompatibilidade comportamental. A Revolução de 1964 trouxe uma mudança transcendental no comportamento” (UFG, 2009, p. 39). O prof. Orlando de Castro completa dizendo que o jornal foi fechado “Porque divulgava ideias consideradas a favor do comunismo e falava sobre reforma agrária e universitária”. (UFG, 2009, p. 40)

A partir das informações contidas nos documentos apresentados, podemos concluir que logo após o golpe militar, começou a funcionar dentro da UFG uma

Comissão de Inquérito, responsável por mapear os “elementos subversivos” vinculados àquela instituição a fim de afastá-los de seus cargos. O primeiro Presidente desta Comissão foi o professor Saleh Jorge Daher, da Faculdade de Engenharia, e o segundo, como indica o Ofício 26/64, foi o Dr. José Sócrates Gomes Pinto, na época Procurador Geral de Justiça de Goiás. Os primeiros alvos foram a Faculdade de Engenharia, a Reitoria, o Centro de Estudos Brasileiro e a Faculdade de Filosofia.

Em agosto de 64, o Coronel Danilo Darcy assumiu o posto de encarregado da Sub-Comissão de Investigações, dirigida pelo general Castro de Silva. Ele assume os Inquéritos Policiais Militares (IPMs), estimulando a sociedade a fazer denúncias. É denunciado principalmente por Irapuan Costa Júnior (SOUZA, 2009, p. 109). A Faculdade de Engenharia foi alvo de um IPM (processo nº 53/64), conduzido pelo Coronel Danilo. Neste IPM, são indiciados alunos e professores da Faculdade de Engenharia. No relatório final deste IPM, que possui vários volumes, constam as seguintes informações:

Examinando-se atentamente os presentes autos de Investigações Sumária, mandado proceder na Faculdade de Engenharia da UFG verificamos que: Muito mais do que se pensava e se tinha conhecimento, a Faculdade de Engenharia foi envolvida pelos tentáculos, custeados e esparramados em todo o território nacional pelo governo deposto, ao ponto de ver-se transformada em ninho de comunização e subversão, na mesma dança em que se lançou toda a Universidade Federal de Goiás não sendo temerário afirmar-se que corria parêntese com tudo aquilo / que pública e notório e extensivamente praticado, no mesmo sentido, na administração do governo Estadual do Sr. Mauro Borges Teixeira. Tendo isto é verdade que em Goiás, notoriamente, a opinião pública não tem nenhuma dúvida de que RODOLFO JOSÉ DA COSTA E SILVA, GABRIEL RORIZ, ELDER ROCHA LIMA, PAULO EMÍLIO FOGAÇA NETO, JEFFERSON BUENO, MARCELO DA CUNHA MORAIS, JOSÉ VAZ, MAURO CAMPOS NETO, LUIZ ALBERTO CORDEIRO, JOÃO RODOLFO RIBEIRO GONÇALVES, ANTÔNIO BARRETO, URILDO DE ALCÂNTARA CAMPOS, ERTON CARVALHO E JOÃO CEZAR PIEROBON, são todos elementos notoriamente comunista e subversivos, vinculados ao esquerdismo criminoso do presidente deposto e do GOVERNADOR DO ESTADO DE GOIÁS.

Dois meses após a conclusão desse IPM, no dia 9 de outubro de 1964, o Presidente Castello Branco ordena a exoneração dos professores interinos Rodolfo

José da Costa e Silva, Marcelo da Cunha Morais e Elder Rocha Lima. Dois funcionários da reitoria também são demitidos: o Diretor de Cultura da UFG, Cley de Barros Loyola e o Chefe de Seção de Extensão Cultural do Departamento e Cultura, Antônio Pimentel. É importante destacar que esse também era o penúltimo dia para os expurgos, segundo o Art. 7º do Ato Institucional.

No dia 6 de outubro de 1964, foi publicado no Diário Oficial União a demissão de Amália Hermano e Bernardo Élis do cargo de Instrutores de Ensino Superior, além da exoneração de Gilberto Mendonça Teles do cargo de Diretor do CEB. Bernardo Élis, além de demitido do cargo de Instrutor de Ensino Superior, também foi aposentado do cargo de Professor de Ensino Técnico, da Escola Técnica de Goiânia (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 06 de outubro de 1964, p. 196).

No mesmo mês, Colemar Natal e Silva foi afastado de seu cargo. Quem assumiu sua cadeira foi o Professor José Martinez D' Alvarez, sendo substituído rapidamente pelo Professor Jerônimo Geraldo de Queiroz, que permaneceu no cargo de 1964 – 68. Queiroz era irmão do Professor Martins Filho, um dos cabeças do Conselho Federal de Educação. “A solenidade de transmissão do cargo, presidida pelo Reitor em exercício, Emanuel Augusto Perillo, se deu sob o clima dos protestos dos estudantes “excluídos” ...”. (DIAS; DIAS, 1990, p. 60)

Em 1964 havia cerca de 25 universidades públicas, contando com as estaduais. Além do reitor da UFG, cinco reitores foram afastados de seus cargos diretamente pelo governo militar: Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Rural do Rio de Janeiro (URRJ), Universidade do Rio Grande do Sul (URGS), Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). (MOTTA, 2014, p. 38)

O Diretor da Faculdade de Engenharia, Gabriel Roriz, foi o principal alvo de seus colegas “professores dedo-duro”. Entre os depoentes que denunciaram a “subversão” dentro da Faculdade de Engenharia, estão os professores: Paulo de Bastos Perillo, Irapuan Costa Júnior, Said Rassi, Eurico Calixto de Godoi e Alcenor Cupertino de Barros. Após a coleta de depoimentos desses professores, o IPM concluiu que:

“Gabriel Roriz, consta ser membro do grupo subversivo liderado pelo Prof. Rodolfo da Costa, ali destacado a serviço de Moscou. Como Diretor da Faculdade favoreceu o quando pode a infiltração comunista naquele estabelecimento superior, já que também cultuava o marxismo, a respeito do que é textualmente claro a testemunha Said Rassi em suas declarações, tendo como colaborador o testemunho de Eurico Calixto de Godoi que

também é incisivo em suas declarações. Segundo as provas e a notoriedade dos fatos, é o prof. Gabriel Roriz agente esquerdista que, intelectualmente preparado, usava a Faculdade de Engenharia para semear suas ideias antinacionais e de comprometimento dos princípios democráticos de nossas instituições. É de fato COMUNISTA. É responsável por todas as agitações havidas naquele setor, inclusive o de ter permitido que se obstasse a volta do prof. Otto Nascimento àquela escola como professor, apenas por ser anticomunista. Permitiu que se ali várias conferências e reuniões de caráter extremamente subversivos, das quais também participou proferindo palestra. Suas relações com todos os elementos esquerdistas desta capital também provam sua ideologia”.

Gabriel Roriz ganhou um aliado para sua defesa, o Diretor do Instituto de Matemática e Física, Willie Alfredo Mauer. No ofício nº 174/64, enviado para o reitor pró-tempore José Martins D’Alvarez, Willie argumenta:

“O Reitor Colemar Natal e Silva, no afã de redimir-se da suspeição de esquerdizante que sobre ele pesava, graças às suas estreitas ligações com elementos da área governamental e estudantil, altamente comprometidos com o passado, apresentou-se em improvisar uma comissão de expurgo de composição duvidosa e de propósitos mais do que suspeitos. Integravam-na, de início, o prof. Saleh Jorge Daher, na qualidade de presidente, e os instrutores Jayme Cohen e Irapuan Costa Júnior. [...] A verdade é que se procurou dar o mínimo de publicidade a tão esdruxula comissão. [...] Essa comissão inexpressiva, embora muito significativa, limitou-se a encaminhar à DOPS a lista dos nomes dos professores e funcionários da Universidade, a fim de que fossem assinalados os nomes dos inculpadados ou inculpáveis. Os efeitos de tão eficiente processo de expurgo não se fizeram esperar. Com fundamento nessas informações colhidas, vários professores da Escola de Engenharia foram sumariamente afastados por portaria do Reitor, sob acusação de atividades subversivas [...]. O esquerdismo só deixa se ser legalmente tolerável quando descamba em atividades subversivas comprovadas. No que tange aos professores indiciados, não me consta que se tenha aduzido nenhum ato concreto de atividades subversivas. A não ser que se toma como tal a luta contra os conservadores oportunistas que pretendem manter a Universidade no velho regime feudatário. [...] Quanto a confiança que inspiram as fichas do DOPS, nada melhor do que ouvir a opinião insuspeita do ilustre presidente da Comissão Especial de Inquérito que atuou em Goiás. Diz o General Castro e Silva, em seu Relatório “que

tarefa de grande importância foi executada pelo diretor do DOPS de Goiás, Jurandir Rodovalho consistindo na destruição do fichário de todos os comunistas e falsificação de novas fichas, onde elementos completamente inocentes passaram a figurar como comunista-militantes”.

No mesmo documento, consta que Gabriel Roriz se recusou a acatar a portaria de afastamento dos professores da Faculdade de Engenharia acusados de subversão. No final do documento, Mauer acusa os professores que denunciaram Roriz e outros professores da Faculdade de Engenharia de serem oportunistas, pois após os expurgos, eles subiram de cargo:

“Os oportunistas de ontem e de sempre, já deram início à partilha dos despojos: o instrutor Irapuan Costa Júnior foi contemplado com a regência da cadeira de Concreto Armado, de que era titular o prof. Marcelo da Cunha Moraes; aos instrutor Jaime M. Cohen foi ofertada a assistência da cadeira de Resistencia dos Materiais; quanto ao prof. Saleh Daher encontra, já agora, livre acesso à cadeira de Economia Política e Finanças, que figurava no rol de suas aspirações”.

Sobre esse acontecimento, o professor Gabriel Roriz concedeu uma entrevista para a revista *UFG Afirmativa* (2009, p. 11) declarando que,

“Enquanto diretor do IMF, fui perseguido e demitido da Escola de Engenharia. Meu vice-diretor, Marcelo da Cunha Moraes, foi preso sumariamente, considerado comunista. Por meio de ofício, contrapus essa decisão do reitor, argumentando que só o presidente da República poderia me demitir, pois ele quem me admitiu na escola. Assim, continuei no cargo de diretor. Mas acabei me afastando da direção antes do término do mandato, que era de três anos, devido a grandes pressões internas”.

No CEB, os livros também foram alvos dos militares. Gilberto Mendonça conta que um dia o capitão Coutinho chegou no Centro quando ele não estava lá e disse para a bibliotecária que ia levar os livros “subversivos”. Sua esposa, Maria Rosária, era bibliotecária e respondeu que só deixaria com uma ordem de apreensão. Após a sua chegada no CEB, o capitão viu então que a bibliotecária era esposa do professor, pediu desculpas e foi embora. “Dias depois trouxe um documento assinado pelo senhor coronel Danilo Darcy. Só a partir daí ele levou bons livros que eu havia

conseguido por intermédio de doações das principais editoras brasileiras”. (UFG, 2010, p. 146)

No final do ano, no dia 3 de dezembro, o CEB foi fechado arbitrariamente com base no Ato Institucional nº 1. Sérgio Paulo Moreyra, aluno do CEB na época, em uma entrevista concedida para Borges (2006, p. ,162), conclui que “o Regime Militar queria impedir que as pessoas pensassem e discutissem. Assim, criou mecanismos como o atestado de ideologia, pois para o novo regime o próprio ato de pensar já era considerado como subversivo, por isso o CEB foi fechado”. Moreyra relembra todos os acontecimentos antes e após o fechamento do CEB:

“No Centro de Estudos, foram demitidos a professora Amália Hermano Teixeira (como também foi demitido seu marido, desembargador Maximiliano da Mata Teixeira, professor da Faculdade de Direito, figura notável de Goiânia, Bernardo Élis Fleury de Campos Curado, Elder Rocha Lima (demitido também da escola de Engenharia) e Horieste Gomes. Todos os quatro foram readmitidos depois do tsunami, depois da queda da ditadura, anistiados. A professora Amália havia sido servidora estadual desde os anos 1930, no primeiro período de governo do doutor Pedro, tendo sido uma das responsáveis por um projeto de educação rural e pela Revista de Educação. Tinha tempo de serviço e com a anistia, aposentou-se; Bernardo Élis precisava completar o tempo e foi lotado no Departamento de História (onde fui seu chefe) e algum tempo depois também se aposentou; Elder Rocha Lima foi lotado no ETA, elaborou belos projetos para edifícios da UFG, além de estudos de composição de pintura e decoração dos prédios; pintou também alguns painéis, como o do saguão central da Biblioteca Central; Horieste Gomes retornou ao Departamento de Geografia, onde brilhou por muitos anos até deixar a Universidade” (UFG, 2010, p. 161)

Em outra entrevista (UFG, 2010, p. 150), o ex-professor do CEB Horieste Gomes comenta sobre outro fato que teria corroborado para que os militares encarassem o Centro como uma ameaça:

“O CEB promovia falas, palestras e conferências, proferidas por pessoas reconhecidas que vinham fazer suas exposições. No próprio espaço do Centro, nós tivemos um curso de filosofia marxista (eu era aluno desse curso) que, infelizmente, não terminou. Estava sendo ministrado por um historiador, tido como comunista, o Jacob Gorender, quando veio a notícia do golpe militar, e ele teve que ser deslocado, imediatamente, e escondido na casa de

um simpatizante do PCB, em Goiânia. Depois, seguiu-se a onda de repressão de toda natureza que vai atingir toda a UFG por mais de uma década: prisões, demissões de alunos, funcionários e professores; aposentadorias impostas; fechamento de unidades e cursos; do jornal “4º Poder”, dos órgãos de representação estudantil; implantação de censura ideologia; surgimento dos “olheiros” da ditadura; demissão do reitor etc. Do CEB, tivemos a prisão, pelo Exército, do professor Ático Vilas Boas, também diretor do Departamento de Educação e Cultura (DEC) da UFG, que permaneceu preso por mais de um mês; o afastamento de professores por aposentadorias impostas, como foi o caso de Bernardo Élis, da Amália Hermano, do Gilberto Mendonça Teles”.

Segundo o professor Sérgio Paulo Moreyra, no final de 1964 o professor Ático Vilas Boas estava ameaçado de ser novamente preso pelo Exército,

“O aviso veio do professor Cid Albernaz, dizendo que a prisão era iminente e que ele tinha receio de que o professor não resistisse a uma segunda experiência de encarceramento. Na primeira ele havia sido mantido mais de um mês no cubículo de uma latrina de um metro quadrado, tendo de dormir sentado sobre o vaso.

Havia sido irresponsavelmente denunciado por um professor ressentido. Sua casa havia sido invadida por uma patrulha, sem o cumprimento de nenhum requisito do ritual jurídico; seu acervo de pesquisa havia sido destruído e milhares de fichas relacionadas com a tese de doutorado em preparo, despejadas em um saco; a grosseria e a ignorância desarticularam anos de trabalho”. (UFG, 2008, p. 33)

Em um depoimento da professora Lena Castello Branco concedido à Simone Borges (2006, p. 163), Lena afirmou que no vestibular realizado em 1964 no CEB, foram infiltrados alguns agentes de espionagem lá, a fim de constatar o que estava sendo ensinado e estudado lá. Ao verificarmos, a lista dos ex-alunos, constatamos que está presente o nome de Dorlivier Napoleão, futuro chefe da Assessoria de Segurança e Informação que passará a existir na UFG a partir de 1970. Explanaremos mais sobre esse órgão de repressão política no próximo capítulo.

O CEB traduzia o desejo de inovação de uma época. Após ser fechado, sua memória foi apagada. Mesmo após ser brutalmente fechado, ele continuaria gerando frutos para a UFG, mesmo sem ser mencionado. O CEB foi a gênese do curso de História e Geografia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFG, pois com o

fechamento do Centro, a criação do curso de História e Geografia foi antecipada para receber os alunos egressos do CEB (BORGES, 2006, p. 174). Lena Castello Branco reforça que,

“A Faculdade de Filosofia havia sido criada na Federal em o curso de História e Geografia, partindo do princípio de que na Católica já havia o curso de História e Geografia, para evitar a duplicação de meios para fins idênticos, que no caso, é a formação de professores dessa área. Mas, com a intervenção que houve na Reitoria, com a saída do Doutor Colemar, foi decidido que o Centro de Estudos Brasileiros seria fechado e pensou-se em aproveitar de alguma forma aqueles professores que não tivessem comprometerimentos maiores”. (BORGES, 2006, p. 170)

O curso de História e Geografia iniciou suas atividades em 1965, no Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, na Rua 82, Centro, e a professora Lena Castello Branco foi escolhida chefe de Departamento.

A repressão exercida pelos militares também impossibilitou o Diretor da Faculdade de Filosofia, professor Egídio Turchi, de convidar o professor Paulo Freire para ministrar uma semana de estudos sobre o sistema de alfabetização desenvolvido por ele. Sobre esse acontecimento, Turchi relembra:

“Cartazes nos corredores e nas salas de aulas, frases exemplares nos quadros negros, muitas faixas pelas ruas cheiravam mais a uma franca subversão do que a uma semana de estudos. Na sede da Faculdade, na Rua 20, choveram as inscrições para o evento – estudantes, professores e curiosos de todo tipo. E a Semana de Estudos do Método de Paulo Freire não aconteceu. Foi cancelada pela turbulência da censura e, por isso, está até hoje gravada na memória como uma lembrança incomoda”. (UFG, 2010, p. 206)

Turchi também conta que logo após o golpe, havia permitido que o professor da Faculdade de Filosofia, Ruy Rodrigues da Silva, continuasse regularmente suas aulas após ter seus direitos políticos cassados pelo Ato Institucional nº 1. Apesar de possuir uma extensa ficha junto aos órgãos de informações, Egídio Turchi continuou como professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras até se aposentar em 1991. (UFG, 2010, p. 207)

A Faculdade de Filosofia continuou sendo alvo de um investigações no ano seguinte. Em um Informe do DOPS (Informe 18/65 de 03 de junho de 1965), afirma que nesta faculdade os universitários estavam em constante comunicação com os secundaristas. Prova disto seria os movimentos de caráter cultural, que eram realizados simultaneamente e com o mesmo aspecto: “Exemplo: A Faculdade de Filosofia criou o Centro de Estudos Sociais e Políticos. A Confederação Goiana dos Estudantes, fundou um curso de oratória, ambas as fundações com o mesmo objetivo: estudar e analisar a conjuntura política atual”. Outro documento do DOPS (Informações nº 0311/75), acusa o Diretor da Faculdade de Filosofia, Egídio Turchi, de permitir o registro de uma chapa nitidamente de esquerda, para concorrer às eleições do Diretório Acadêmico de Filosofia. Turchi teria convidado um estudante para participar de uma reunião da Faculdade, e ao fazer uso da palavra, o convidado “fez com veemência ataques a Revolução e ao Reitor da UFG [...]. Por ocasião da reunião do Conselho Universitário (17 de novembro de 1965), o professor Egídio Turchi se posicionou contra a aplicação de punições de elementos de esquerda”. (ARQUIVO NACIONAL, SIAN, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.RRR.83005822, 1975)

Já na segunda quinzena de setembro de 1966, um IPM referente as pessoas ligadas à imprensa, aos meios políticos e estudantis, continham as seguintes informações sobre a Faculdade de Filosofia:

“Neste estabelecimento de ensino houve, também, a distribuição de manifestos subversivos, tendo o seu Diretor, Egídio Turchi, se emitido nas providencias junto a seu Superior. É público e notório, que este Diretor chegou a convidar os Professores Aloisio Sayol de Sá Peixoto e Bernardo Élis, afastados de seus cargos pelo Ato Institucional nº 1, para lecionarem naquela Faculdade. Que nessa Faculdade existe a aluna Alda Maria Borges, que foi indiciada em IPM após a Revolução de 31 de março de 1964, a qual leciona na mesma Faculdade. Igualmente o atual secretário deste estabelecimento, Sérgio Dias Guimarães, que, também, foi indiciado em IPM em 1964. Este adquiriu BONUS para auxiliar o Congresso da UNE que se realizou em Belo Horizonte, em julho do corrente ano, tendo tomado conhecimento de que diversos alunos usavam o mimeógrafo de sua secretaria para confeccionar manifestos subversivos, não tendo tomado nenhuma providência. Da mesma forma o aluno José Pereira Peixoto Filho, que também estuda e leciona na dita Faculdade, foi um líder atuante do movimento estudantil de setembro último. Leciona naquele estabelecimento

o Padre Pereira (José Pereira de Maria) reconhecido ativista em pregações ideológicas”. (ANIGO, 2016, p. 603)

Até mesmo o reitor Jerônimo Geraldo de Queiroz, indicado pelo regime militar, seria alvo de investigações. No Informe 11/65, de 13 de maio de 1965, o Reitor é acusado de estar

“[...] completamente envolvido pelos elementos de esquerda. Após a sua nomeação houve, através da imprensa e nos meios estudantis, sórdida campanha contra à sua pessoa, taxando-o de “DEDO DUTO”. Ultimamente, tal campanha desapareceu, demonstrando assim, que os elementos de esquerda estão satisfeitos com a sua atuação.

Como fatos mais notáveis, podemos apontar a continuação do ex-Reitor, Colemar Natal e Silva, elemento subversivo e comunizante, como professor. E ainda, de outros professores reconhecidamente comunistas. Tem sido negada a entrada de professores anticomunistas na Universidade”. (ARQUIVO NACIONAL, SIAN, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.65096294,1965)

O Reitor também foi acusado de alterar a banca de um concurso na Faculdade de Belas Artes em maio de 1965. Conforme o Informe 11/65, de 13 de maio de 1965, a banca examinadora foi totalmente alterada e passaria a ser composta por professores “comunistas”, dentre eles os professores Domingos Felix de Souza e Elder Rocha Lima, ambos indiciados no IPM conduzido pelo Coronel Danilo Darcy. Em setembro, o candidato a professor Aloisio Sayol teve sua entrada no Instituto de Belas Artes barrada, pois o concurso não foi homologado. Porém, esse acontecimento teria “insuflado as massas, forçando assim o seu retorno ao Magistério Universitário”. (ARQUIVO NACIONAL, SIAN, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.65096294,1965)

Em 1967, Jerônimo Geraldo de Queiroz foi reeleito Reitor da UFG, porém, sua segunda gestão teria pouco tempo de duração, pois

“[...] uma série de denúncias de irregularidades na UFG deu causa à realização de sindicância pela Polícia Federal de Goiás, ficando caracterizada a existência de atos de corrupção na administração do estabelecimento, o que ocasionou o afastamento daquele Reitor, que, com base no AI-5, foi aposentado no cargo de professor catedrático da Faculdade de Direito”. (ARQUIVO NACIONAL, SIAN, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.70030924, 1970)

Em 1968, uma avalanche mundial de manifestações estudantis tomou conta do cenário político. No Brasil não foi diferente. Passeatas seguidas de combates com forças militares caracterizaram a cena política de 1968 e o governo militar logo reagiu a esses ataques, iniciando a segunda onda de expurgos nas universidades.

2.3 Rumo à Reforma Universitária

Antônio Gramsci, ao formular sua teoria ampliada sobre o Estado, apoia-se na descoberta dos “aparelhos privados de hegemonia”. Neste sentido, o conceito de Estado em sentido amplo comporta duas esferas principais:

“[...] a sociedade política (que Gramsci também chama de “Estado em sentido restrito” ou de “Estado-coerção”), que é formada pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência, e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle das burocracias executiva e policial-militar; e a sociedade civil, formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolas, as Igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa) etc.”. (COUTINHO, 1992, p. 76)

Segundo Coutinho (1992, p. 77) a sociedade civil e políticas servem para conservar e promover uma determinada base econômica, de acordo com os interesses de uma classe social fundamental. Porém, o modo de encaminhar essa conservação varia nos dois casos. A partir da sociedade civil, as classes buscam exercer sua hegemonia, ou seja, buscam ganhar aliados para suas posições mediante a direção política e o consenso. Já no âmbito da sociedade política, as classes exercem sempre uma ditadura, ou, precisamente, uma dominação mediante a coerção. Coutinho também enfatiza que,

“Essas duas esferas se distinguem por uma materialidade (social-institucional) própria. Enquanto a sociedade política tem seus portadores materiais nos aparelhos repressivos do Estado (controlados pelas

burocracias executiva e policial-militar), os portadores materiais da sociedade civil são o que Gramsci chama de “aparelhos privados de hegemonia”, ou seja, organismos sociais coletivos voluntários e relativamente autônomos em face a sociedade política”.

A partir da direção política e do consenso é que a classe dominante poderá estabelecer sua hegemonia sob as outras classes dominadas. A cultura pode assumir uma importância imprescindível enquanto instrumento de luta política. É nesse contexto de luta pela hegemonia que devemos situar todas as intervenções impostas pelo governo militar à educação: a Intervenção de Atcon, o Relatório Meira Mattos, os Acordos MEC-Usaid e o Projeto Rondon.

Os Estados Unidos tinham uma relação próxima com os governos militares e por isso influenciaram diretamente nas reformas educacionais que ocorreram no Brasil durante o Regime Militar. Desde os anos 1920, a Fundação Rockefeller vinha atuando, fazendo a chamada filantropia científica. “A Rockefeller estabeleceu parceria com a Faculdade de Medicina e depois com a USP, oferecendo recursos para a construção de prédios e instalação de laboratórios”. (MOTTA, 2014, p. 110)

Contudo, a partir de 1960, a presença da Usaid impulsionou uma série de protestos, pois implicava o envolvimento oficial do governo de outro país na educação do Brasil, o que gerava desconfiança. “Nesse caso, os objetivos políticos por vezes sobrepujaram os interesses econômicos, embora ambos estivessem imbricados” (MOTTA, 2014, p. 111). Escolas e faculdades eram lugares de intenso embates ideológicos, locais influentes na moldagem dos valores das pessoas, inclusive valores políticos. Por isso, a educação se tornou um campo de batalha contra a influência ideológica e cultural da esquerda.

Motta (2014, p.111) afirma que os Estados Unidos passaram a ter grande interesse no Brasil no contexto da Segunda Guerra Mundial, em decorrência de considerações estratégicas para vencer o conflito bélico contra a Alemanha na região Atlântico Sul. Depois da Segunda Guerra, o interesse diminuiu, porém, com a inclusão da Guerra Fria, alguns programas são lançados com o objetivo de evitar a expansão do comunismo. Nos meses imediatamente posteriores ao golpe de 64, vários convênios, acordos e contratos foram estabelecidos entre Brasil e Estados Unidos.

A Guerra Fria, a Revolução Cubana e a aliança entre Fidel Castro e a URSS, fez com que os Estados Unidos dessem mais atenção política e econômica para a América Latina. A partir de 1961, durante o governo de John Kennedy, foi lançado um programa chamado Aliança para o Progresso, que tinha o objetivo de “injetar recursos financeiros e técnicos na América Latina a fim de estimular o desenvolvimento e esvaziar o apelo revolucionário” (MOTTA, 2016, p. 112). Para coordenar o projeto, foi criado no mesmo ano a United States Agency for International Development (Usaid), que firmava acordos junto ao governo federal e ao MEC.

De acordo com Fávero (1991, p. 30), a intervenção da Usaid na América Latina se processa de modo integrado em três linhas de atuação durante os anos 60: assistência técnica; assistência financeira, traduzida em recursos para financiamento de projetos e compra de equipamentos nos EUA, além da assistência militar.

Entre 1964 e 1968, o documento básico da política econômica do governo previa em seus cálculos o ingresso de recursos internacionais para financiar a educação. Foram assinados setes convênios na área da educação entre o MEC e a Usaid. Uma comissão de dez especialistas, cinco nomeados pelo MEC e outros cinco americanos, programou as mudanças que seriam realizadas. (MOTTA, 2016, p. 119-120)

Márcio Alves (2008) afirma que foram feitos nove acordos entre a Usaid e o MEC, já para Rodrigo Motta (2014) foram sete acordos. Contudo, dois acordos eram referentes ao Ensino Superior. Segundo Motta (2014, p. 120),

“Os projetos relacionados às universidades chamaram maior atenção, entre eles o convênio para planejamento e reestruturação do sistema, que, por buscar propor novo modelo universitário para o país, foi encarado como insidioso plano de controlar, privatizar e desnacionalizar o ensino superior. [...] Sobretudo porque os Estados Unidos não queriam apenas ajudar na modernização, eles desejavam também influenciar na política brasileira, disseminar os seus valores e dar o tom da reforma universitária”.

O MEC não divulgou a assinatura dos acordos com a Usaid, pois “o tema era delicado e politicamente inflamável” (MOTTA, 2014, 126). Porém, em 1966,

“A denúncia dos acordos tornou-se tema de protestos de rua, contribuindo para a maré montante do antiamericanismo. [...] Os protestos contra o MEC-Usaid foram crescendo a partir de 1967, quando se tornaram tema central da

UNE e de diversos eventos, como um seminário nacional sobre infiltração imperialista na educação. O repertório dos protestos incluía passeatas, comícios e pichações, muitas vezes culminando em ato de forte simbolismo, a queima da bandeira dos Estados Unidos”.

Concomitante ao Convênio MEC-Usaid, em 1965, a convite da Diretoria do Ensino Superior (DES) do Ministério da Educação e Cultura, o consultor americano Rudolph Atcon realizou um estudo sobre a reformulação estrutural da universidade no país. Para realizar essa tarefa, o consultor visitou doze universidades, procurando identificar nelas o que poderia ser útil para a aceleração do processo de transformação do ensino superior, foram elas: UFPA, UFC, UFRN, UFPB, UFPE, UFBA, UFMG, UFSC, UFRJ, UFSM, UFRS e PUC/RS. (FÁVERO, 1991, p. 19)

Durante o regime militar, a educação além de vincular-se à segurança nacional e ser um fator de integração nacional, também era um fator que influenciava no desenvolvimento do modelo econômico adotado. Atcon então sugere

“A implantação de nova estrutura administrativa universitária baseada no modelo empresarial, cujas principais finalidades deveriam ser o rendimento e a eficiência. [...]

O modelo tem como características básicas o divórcio entre os que “pensam” e os que “fazem” a universidade, isto é, entre os que formulam sua política essencial e financeira e os que a executam: reitor, conselho universitária e conselho de curadores, de um lado; conselhos de chefes de unidades administrativas e as próprias unidades administrativas, de outro”. (FÁVERO, 1991, p. 25)

Desta maneira, Atcon pretendia concentrar os poderes de decisão e força de comando nas mãos do administrador. Em seu relatório final, o consultor americano indica vinte recomendações. Fávero (1991, p. 30) analisou duas de caráter mais geral e abrangente: a implantação de centros de estudos gerais nas universidades e a criação de um conselho de reitores.

A proposta de integrar os campos básicos de conhecimentos através de Centros Universitários de Estudos Gerais foi concebida por Atcon principalmente devido à crítica do consultor aos Institutos Centrais, pois para ele a palavra instituto se identificaria com a pesquisa, porém,

“Numa reforma integral da universidade, existem prioridades que não podem ser ignoradas e entre as primeiras não se encontra a pesquisa; muito menos quando a pseudopromoção da ciência obedece a interesses e egoísmos pessoais deste ou daquele professor.

[...] o objetivo da reforma tem de ser a melhoria integral da universidade e não só uma ou outra de suas atribuições ou atividades. Antes da reforma científica vem a reforma estrutural, a integração dos currículos, o aumento dos números em todos os sentidos, a melhoria da qualidade e uma real economia com os recursos sempre limitados dos quais a Nação dispõe para o seu ensino superior” (ATCON apud FÁVERO, 1991, p.31)

Fávero (1991, p. 32) afirma que Atcon defende a extinção da cátedra, das faculdades e das escolas, além de se opor à identificação de cada uma delas com seu prédio, sua administração independente, seu corpo docente, seu equipamento e seus estudantes. Para ele,

“o centro de estudos seria composto pela totalidade dos conhecimentos básicos, administrativamente distribuídos entre departamentos em vez de institutos [...], cujos integrantes funcionam com os mesmos propósitos, porém interligados numa unidade maior que os regula e integra para impedir ao máximo a geração de novos feudos universitários, autônomos entre si e isolados das demais unidades universitárias”.

Atcon também recomenda a criação do Crub (Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras), que permitiria “a organização séria e científica do planejamento universitário e a promoção de todos aqueles projetos que possibilitariam a reformulação estrutural do ensino superior” (ATCON apud FÁVERO, 1991, p. 34). Em abril de 1966 a recomendação foi adotada e o Crub passou a assumir as funções de coordenar e executar os acordos no ensino superior.

De acordo com Motta (2014, p. 78),

“Na mesma época em que começava a funcionar o Crub, o governo federal editou os primeiros textos legais com fundamentos da futura reforma universitária, o Decreto-Lei nº 53 (18 de novembro de 1966) e sua complementação, o Decreto-Lei nº 252 (28 de fevereiro de 1967). [...] Vale chamar atenção para o fato de serem decretos, ou seja, medidas elaboradas por funcionários do Estado, sem debate na sociedade ou no Congresso”.

Entre os principais pontos estabelecidos pelo Decreto nº 53, os mais importantes eram o que determinava a unidade entre ensino e pesquisa, e o que

estabelecia o princípio de proibir “a duplicação de meios para fins idênticos”, “o que implicava uma reorganização das cátedras entre as diferentes unidades universitárias, que poderiam ser institutos, escolas ou faculdades (posteriormente, algumas instituições optaram por chamar suas unidades de “centro”. (MOTTA, 2014, p. 79). As universidades teriam 180 dias para se reestruturar, fazendo as adaptações necessárias. Outro ponto que nos chama a atenção é o Artigo nº 10, que afirmava que o governo privilegiaria na distribuição orçamentaria as instituições que se adaptassem melhor à lei.

Entretanto,

“O enxuto texto do Decreto nº 53 não parecia suficiente para definir todas as mudanças necessárias. Por isso, três meses depois, saiu o Decreto nº 252. [...] A principal e decisiva novidade do decreto era a definição dos departamentos como subunidades básicas das universidades, a sua menor fração. Aos departamentos caberia a elaboração dos planos de trabalho, com a atribuição de encargos de ensino e pesquisa aos docentes. Refletindo as ambiguidades da época, o decreto continuava a considerar o catedrático um dos cargos docentes – ou seja, faltou coragem para extinguir o cargo, por medo das reações contrárias. Mas, como a lei atribuía aos departamentos as antigas funções e prerrogativas dos catedráticos, a extinção da cátedra estava nas entrelinhas, faltando apenas explicitá-la”. (MOTTA, 2014, p. 80)

Em setembro de 1967, devido a intensa mobilização do movimento estudantil contra as medidas arbitrárias e repressivas adotadas pelo Estado, o presidente Costa e Silva instituiu uma Comissão Especial que teria como objetivo propor medidas para conter os “problemas” causados por esse movimento de resistência. O Coronel Meira Mattos, interventor de Goiás quando Mauro Borges foi deposto em 64, foi o responsável por presidir tal Comissão.

Após 89 dias de trabalho, a parte fundamental do estudo estava concluída. O relatório possuía três partes:

“A primeira, denominada “história”, refere-se à criação, instalação, normas de funcionamento, período em que foram realizados os trabalhos e estudos desenvolvidos; a segunda parte concentra-se na análise dos “pontos críticos do sistema educacional que interferem direta ou indiretamente nas aspirações da juventude estudantil”; e a terceira contém as conclusões”. (FÁVERO, 1991, p. 40)

Na primeira parte são tratadas questões polêmicas, dentre elas a cobrança de anuidades escolares nos estabelecimentos federais de ensino superior, no ato da matrícula. O valor deveria ser entre 1 e 1/3 de um salário mínimo. Outros dois projetos de decretos também são apresentados: um deles concede ao Presidente da República a autoridade de poder nomear e demitir reitores e diretores. O outro investe os reitores e diretores de inteira responsabilidade disciplinar todo o corpo docente e discente. Esses dois últimos projetos serão aprovados em 79, através da lei das fundações universitárias. Ademais, são propostas as seguintes medidas de emergência para enfrentar os “problemas”:

“1°) vinculação mais estreita entre o MEC e as universidades, e para tal o reitor seria escolhido pelo Presidente da República; 2°) cronograma de liberação dos recursos orçamentários destinados às universidades; 3°) revisão no sistema de remuneração do magistério; 4°) aceleração da implantação da reforma universitária a fim de abrir “maiores possibilidades quantitativas e qualitativas aos postulantes de diplomas de curso superior”; 5°) fiscalização das “atividades estudantis, tendo-se presente a inexistência de uma liderança estudantil democrática, autêntica e combativa, consciente de suas responsabilidades para com o país”. (FÁVERO, 1991, p. 48-9)

No último item exposto, fica evidente a preocupação do regime militar de construir uma alternativa ideológica para confrontar o movimento estudantil de esquerda. Como exemplo, é citada a Operação Rondon, que após ser institucionalizada, passará a se chamar Projeto Rondon.

CAPÍTULO III – O CONTROLE POLÍTICO E IDEOLÓGICO

3.1 A Reforma Universitária

Florestan Fernandes em seu livro “A Universidade Brasileira: Reforma ou Revolução”, publicado em 1979, esclarece como a conjuntura histórica levou grupos variados – da extrema-esquerda ao radicalismo democrático – a defender a realização de uma Reforma Universitária no Brasil, mesmo que sobre perspectivas diferentes.

Fernandes (1979, p. 29) afirma que pairavam três ameaças sobre o processo de formação e construção da Universidade Brasileira. A primeira era a pretensão de submetê-la a uma tutela exterior cega e inflexível, a segunda correspondia a identificação do radicalismo intelectual como um perigo para sociedade, por último, a terceira caracterizava-se pelo isolamento dos jovens universitários do fluxo de reconstrução da sociedade. Detalharemos a seguir estas três ameaças identificadas.

Para compreender o que seria a tutela exterior mencionada pelo sociólogo, devemos primeiramente entender a lógica de funcionamento e a estrutura da instituição de ensino superior que antecedeu à universidade, denominada “escola superior”. Para Fernandes (1979, p. 76), este tipo de instituição era,

“Formada para produzir profissionais liberais, operando dinamicamente apenas ao nível do saber relacionado com a qualificação técnica desses profissionais e interagindo com a sociedade somente através dos interesses das elites culturais, ela se converteu em caudatária das profissões liberais e de suas ramificações pelos diferentes papéis intelectuais, organizados socialmente”.

A “Escola Superior” exprimia os interesses sociais e os valores culturais, que faziam parte da concepção do mundo das classes sociais dominantes e dirigentes. Essas condições prevaleceram até a década de 30, quando houve uma mudança considerável na situação histórico-social do Brasil. A partir da década de 40, com o crescente aumento do corpo docente e discente, além da diferenciação do ensino e da introdução da pesquisa científica, o padrão de escola superior entrará em crise. Fernandes (1979, p. 30-1) descreve esse processo e suas consequências:

“A diferenciação recente da sociedade, com suas repercussões na organização do poder econômico, social e político, fez com que essa homogeneidade fosse condenada e desaparecesse aos poucos. Não só setores extensos dos corpos docente e discente passaram a ser recrutados em várias camadas sociais: a própria ideia de universidade impôs um ideal de autonomia, que implicava nova tomada de posição diante das tendências à democratização vigentes na sociedade inclusiva. Em consequência, as categorias sociais que emergiam na cena história como forças renovadoras – especialmente as classes médias – ampararam-se nessas tendências para aumentar sua participação efetiva na estrutura de poder e para destruir as antigas formas de acomodação das “escolas superiores” aos interesses sociais e aos valores culturais das velhas elites”.

A emergência de novos padrões de ensino superior estava diretamente relacionada com as necessidades do “Brasil moderno”. Porém, ao contrário do pensavam, as novas classes emergentes não defendiam o ideal de uma universidade livre. De acordo com Fernandes (1979, p. 32), o que queriam era reestabelecer a antiga homogeneidade que existia na relação entre as “escolas superiores”, os interesses e valores de certos segmentos da sociedade. “No fundo, tentam introduzir em nosso meio uma nova e perniciosa modalidade de controle – o controle ideológico – pelo qual esperam assegurar-se uma drástica e ilimitada tutela sobre a composição, a estrutura e o funcionamento da universidade brasileira”.

A segunda ameaça diz a respeito da supressão do radicalismo intelectual. Florestan (1979, p. 32-3) afirma que, inevitavelmente, os novos padrões de produção e de avaliação do saber acabariam gestando “novos padrões de organização da personalidade do sábio”, já que “não é possível possuir ciência e tecnologia moderna com nenhuma – ou pouca – inovação nas relações humanas e na organização de poder na sociedade”. A autonomia intelectual era tida como um “radicalismo intelectual”, porém, sem ela,

“[...] o técnico não terá domínio eficaz das relações entre meios e fins se não tiver o mínimo de autonomia intelectual e moral que seja requerido pelos critérios funcionais com que opere. Do mesmo modo, não haverá conhecimento científico onde os critérios da descoberta, verificação e comunicação da verdade, impostos pela ciência, sejam substituídos por falsos sucedâneos”.

A autonomia intelectual era encarada como um ameaça ao status quo de indivíduos interessados em manter a estabilidade da ordem, porém, o trabalho eficaz desenvolvido por um técnico ou cientista são capazes de vincular-se intelectualmente apenas com uma civilização dinâmica. Estabelece-se aí uma contradição, pois uma universidade não é capaz de existir sem a ciência e uma tecnologia científica.

Por último, a terceira ameaça se refere à relação entre o jovem e o fluxo da reconstrução social. Fernandes (1979, p. 35) afirma que antes, para o jovem “vencer e afirmar-se, ele precisava assimilar-se aos modelos de personalidade dos velhos” e aprimorar sua capacidade de comportar-se organicamente de acordo com eles. Entretanto, após a consolidação de uma nova ordem social em consequência à expansão do capitalismo competitivo no Brasil, uma nova realidade é fomentada:

“[...] o padrão de êxito tende a deslocar-se para a outra esfera, na qual conta menos a experiência acumulada que a chamada capacidade para a experiência nova. Isso se refletiu na área do ensino (particularmente do ensino superior), suscitando no jovem anseios novos: de um lado, de autoafirmação, de outro, de domínio das técnicas sociais que asseguram eficácia à capacidade de lidar com a “experiência nova”.”

Todavia, essa nova tendência foi tratada com desconfiança e taxada como “subversiva”. Porém, é inevitável que com a renovação da sociedade, não surja um novo tipo de jovem, fruto da nova realidade histórica. Caberia então à universidade canalizar socialmente esse “radicalismo” para que ele não se tornasse um problema social. Florestan (1979, p. 37) afirma:

“É preciso não se temer o jovem; ele não é um perigo social nem é um perigo em si mesmo. Contudo, ele poderá tornar-se muito perigoso, se receber uma educação frustrada e alienada socialmente, ignorante dos dilemas que pesam sobre o País e sobre a própria juventude. [...] As experiências totalitárias demonstram que a juventude pode ser manipulada – sob uma condição: de que se identifique com meios e fins alheios ao estilo democrático da vida. Se quisermos superar esse risco e, ao mesmo tempo, conceber uma oportunidade histórica à juventude brasileira, precisamos descobrir recursos novos que aumentem a qualidade de sua consciência da situação, o amadurecimento de suas técnicas políticas e o aperfeiçoamento de seus alvos sociais”.

De 1930 a 1960, o ensino superior brasileiro sofreu uma intensa quantitativa, como mostram os números: 81% dos estabelecimentos de ensino superior foram

criados nesse período. Em trinta anos, a matrícula aumentou quase seis vezes: em 1935 eram 27.705 matriculados, já em 1965 esse número aumentou para 155.781. Contudo, entre 20 países latino-americanos, o Brasil ocupava o 14º lugar, quando analisada a proporção da população em idade escolar e o número de matriculados no ensino superior em 1960. Podemos explicar tal colocação a partir da formação social, econômica e cultural do Brasil, pois

“Herdamos da colonização portuguesa, da sociedade senhorial e escravagista, e da oligarquia da I República, níveis ínfimos de aspiração educacional, a propensão a bloquear a democratização do ensino e a concepção de que o ensino superior constitui um privilégio das elites das “classes possuidoras”.” (FERNANDES, 1979, p. 72)

A Reforma Universitária era uma medida urgente e necessária para resolver os diversos problemas que o ensino superior enfrentava. Medidas quantitativas e qualitativas deveriam ser tomadas para adaptar o sistema de ensino superior à nova realidade histórico-social brasileira. No Brasil várias intervenções norte-americanas foram realizadas no campo educacional. A principal motivação para estas intervenções era clara: criar condições para um arranco econômico e cultural, sob o desenvolvimento dependente. Os Estados Unidos influenciaram a reforma do ensino superior brasileiro estimulando, sobretudo, a desintegração do padrão brasileiro de escola superior (ou de universidade conglomerada), além de incentivar a formação e consolidação de novos padrões de ensino superior adaptados aos requisitos educacionais de uma sociedade competitiva e de massas (FERNANDES, 1979, p. 116).

Entre 1940 e 1950, a pauta da Reforma Universitária passou a fazer parte das reivindicações do movimento estudantil.

“A presença maciça dos estudantes marcou uma alteração substancial nos objetivos e formas de atuação das correntes anteriores. Elas punham a questão em termos de uma crítica abstrata da situação existente e de reivindicações ideais, defendidas apenas no plano das ideias. [...] Os estudantes começaram propondo-se a reforma universitária como uma tarefa puramente interna e imanente à reconstrução espontânea da universidade brasileira. Todavia, a resistência crônica da maioria do corpo docente, a inércia cultural da própria instituição e a apatia política da sociedade brasileira diante da questão, mesmo através de Governos tidos como “populistas” e

“pró-esquerdistas”, conduziram os estudantes a radicalizarem suas exigências e a reformulá-las politicamente”.

Em Goiás, até 1930, o ensino superior se limitava a três cursos públicos que funcionavam na antiga capital de Goiás: Direito, Farmácia e Odontologia. Em 1945, surge em Goiânia a Faculdade de Farmácia e Odontologia, de iniciativa privada. Em 1951, é fundada a Faculdade de Ciências Econômicas, instituição pública mantida pela Federação do Comércio do Estado. Em 1952, o Conservatório de Música, público e mantido pelo Estado. Em 1953, a Escola Goiana de Belas Artes e Arquitetura, privada e mantida pela Igreja Católica. Em 1954, a Escola de Engenharia, pública e mantida pelo Estado. Em 1957, são criadas a Escola de Serviço Social, particular, além da Faculdade de Livre Belas Artes, publica e mantida pelo Estado. Em 1959, cria-se a Universidade de Goiaz, que depois passará a chamar-se Universidade Católica de Goiás, mantida pela Igreja Católica. Por fim, no final de 1960 é criada a Universidade Federal de Goiás. (RODRIGUES, 2013, p. 89-90)

A primeira instituição de ensino superior responsável por romper com o “padrão arcaico” e promover uma reforma de sua estrutura foi o ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica), fundado no início de 1950. Esta instituição promoveu uma série de inovações acadêmicas em sua estrutura, tais como: o fim do sistema de cátedras e a seleção de docentes por exame de currículos, contratados pela legislação trabalhista (CLT), além da estruturação a partir de departamentos como unidade básica do ensino superior. (RODRIGUES, 2013, p. 73)

Mais radical que o ITA, a Universidade de Brasília (UnB), criada em 1962, seguiu o modelo de organização em departamentos reunidos em institutos e faculdades. Os currículos dos cursos de graduação também foram inovados: “Os estudantes, para integralização curricular, passariam a contabilizar créditos conferidos pelas disciplinas de diversos departamentos, institutos centrais e faculdade”. (RODRIGUES, 2013, p. 75)

Na UFG, a Reforma Universitária entraria em pauta a partir do início de sua estruturação. Já na “Primeira Semana de Planejamento”, realizada em março de 1961, Darcy Ribeiro foi convidado para ser um dos conferencistas e realizou um discurso sobre os novos moldes da Universidade de Brasília. O primeiro reitor da UFG e um de seus fundadores, Colemar Natal e Silva, também promoveu uma conferência com o

tema “A Nova Universidade e o imperativo da Reforma Universitária Brasileira” (NATAL E SILVA, 1992, p. 29).

Segundo o Prof. Orlando de Castro, durante a “Primeira Semana de Planejamento”,

“Os temas mais debatidos para uma profunda Reforma Universitária foram a eliminação da cátedra e a substituição dos poderes do professor catedrático pelos departamentos, a instituição dos institutos básicos, a substituição do sistema anual pelo sistema semestral, a matrícula anual por série passaria a ser por disciplina e por semestre, a transferência da Universidade para a Cidade Universitária, adoção do tempo integral para professores”. (UFG, 2010, p. 133)

Ao ser questionado se o plano de reestruturação aprovado em 1968 era muito diferente do discutido em 1961, o Prof. Orlando de Castro relembra que,

“O Governo Revolucionário atacou o problema da Universidade em três campos distintos e para cada campo tomou uma providência adequada. [...] Um dos setores mais atacados foi o problema estudantil. Os estudantes eram muito politizados, metiam-se em tudo, conseguiram representação de um terço nos órgãos colegiados da universidade, adentravam nas congregações, faziam muita greve, reivindicavam muito, proclamavam-se nacionalistas ou revolucionários. [...] Outro setor atacado pelo Governo foi a reforma administrativa da universidade, com a criação dos conselhos, das pró-reitorias, a centralização patrimonial, das verbas e das decisões da Reitoria. As unidades perderam suas autonomias e seus diretores perderam seus poderes, tornando-se dependentes dos órgãos burocráticos da Reitoria. [...] O terceiro setor reformulado pelo Governo foi o sistema acadêmico da universidade brasileira. Daí resultam várias leis como a Lei nº 5540 e o famoso Decreto-Lei nº 53, em que a turma daqui se baseou para criar o Instituto de Artes e fechar o Conservatório de Música e a Faculdade de Artes, mesmo com o protesto total dos professores e dos alunos de ambas unidades. Quem executou este trabalho foi o EAPES, Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior, prevista nos acordos MEC-USAID, formado por oito membros, quatro estadunidenses e quatro brasileiros que, ocupadíssimos pouco compareciam às reuniões. Resultado, a famosa Reforma Universitária Brasileira de 1968 foi feita quase totalmente por americanos”. (UFG, 2010, p. 134)

Um dos principais protagonistas da Reforma Universitária, foram os professores catedráticos. Eles se colocaram no centro da oposição contra qualquer

transformação que levasse ao fim as escolas superiores. Segundo Fernandes (1979, p. 81), os ideais de vida e de trabalho intelectual dos catedráticos, estavam “postos numa obsoleta e improdutiva agência educacional”, pois ele não seria um universitário propriamente dito, mas sim “um profissional liberal disfarçado de professor”. Fernandes afirma que,

“Além e acima da “universidade”, está o escritório de advocacia, o seu consultório ou a sua clínica, o seu consultório de engenheiro etc., entidades que determinam os tipos de saber que valoriza e com os quais se identifica. No máximo, só pode ser universitário pela metade”.

Um dos documentos cedidos pelo Prof. Orlando de Castro para a realização desta pesquisa, é o Ofício 174/64 de 16 de setembro de 1964. Este documento, escrito pelo Professor e Diretor do Instituto de Matemática e Física, Willie Alfredo Maurier, e direcionado para o então Reitor Pró-Tempore José Martins Alvarez, confirma a afirmação de Florestan Fernandes a respeito dos motivos pelos quais os catedráticos se opunham à reforma. Neste Ofício, Willie afirma que para um grupo de professores oportunistas da UFG,

“A criação de institutos centralizadores, confiados a especialistas em regime de tempo integral, vinha privá-los das “proventosas” acumulações que a criação da Faculdade de Filosofia lhe propiciara. Encabeçavam o grupo o Prof. Saleh Jorge Daher que acumulava as cadeiras de Geometria Descritiva da Escola de Engenharia e de Fundamentos da Matemática Elementar (que jamais cursara), da Faculdade de Filosofia; o instrutor Irapuan Costa Junior que acumulava as cadeiras de Física I e Cálculo Numérico da Escola de Engenharia e de Física I da Faculdade de Filosofia, e o instrutor Jaime Marcos Cohen que acumulava as cadeiras de Cálculo I e II da Escola de Engenharia e Análise Matemática (que jamais cursara) da Faculdade de Filosofia”.

A partir do Decreto nº 62.937 de 2 de janeiro de 1968, foi criado um Grupo de Trabalho para promover a Reforma Universitária. “O objetivo do grupo era promover uma conciliação entre a universidade existente e o ensino de massa, de objetivos prático e imediatos” (RODRIGUES, 2013, p. 83). A partir da Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968, é que a Reforma Universitária, gradativamente, irá influenciar na organização de todas as instituições de ensino superior.

“Com essa reforma universitária o ensino superior perde cada vez mais a lógica acadêmica e cede espaço à produtividade e à profissionalização. A efetivação dessa lógica de seu, principalmente, pelas seguintes medidas:

eliminação do sistema de cátedras, implantação da estrutura departamental, adoção dos vestibulares únicos, unificados por região e classificatório, divisão dos currículos em primeiro ciclo (com disciplinas comuns a vários cursos) e parte profissional, criação de cursos de curta duração, adoção do regime de matrícula por disciplinas e do sistema de créditos.

[...] A reforma inverteu o sentido e a finalidade da universidade pública, que em seu início visava criar elites intelectuais e dirigentes para se limitar à formação técnico-profissionalizante de nível superior, da forma supostamente mais adequadas às necessidades do desenvolvimento econômico, comercial e industrial do país”. (RODRIGUES, 2013, p. 85-6)

Em resumo, a luta por uma Reforma Universitária foi uma tentativa de superar “às estruturas arcaicas do ensino superior”. Os estudantes lutaram para reconstruir internamente a universidade (em suas partes, no seu todo e em seu rendimento), a fim de “adaptar a estrutura, o funcionamento e o crescimento da universidade brasileira ao papel histórico que ela deve ter como fonte de negação e de superação da dependência cultural e do subdesenvolvimento educacional” (FERNANDES, 1979, p. 165). Entretanto, a reforma “foi definida por uma política educacional que fragmentava internamente o ensino superior, segregava as universidades em campus, desmobilizava o movimento estudantil e incentivava a iniciativa privada de ensino” (BORGES, 2006, p. 187). A professora Lena Castello Branco conta quais foram os efeitos imediatos da Reforma Universitária na UFG:

[...] Foi criado o Instituto de Química e Geociência para o curso de Geografia. A Faculdade de Filosofia deixou de existir, até porque na Federal ela nunca teve o papel de teve na Católica, de ser um núcleo gerador e aglutinador da Universidade. Criaram-se os Institutos e, assim, houve sucessivamente essa separação entre Institutos básicos e Faculdades profissionais”. (BORGES, 2006, p. 191)

Também foi criada a Faculdade de Educação, a partir do desmembramento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Porém, essa separação “contribuiu para o isolamento dos pedagogos e de outros profissionais da educação em relação aos professore de outras áreas”. (BORGES, 2006, p. 186)

O Relatório (Informação n° 446) intitulado “Diagnóstico da Realidade Educacional em Goiás”, produzido pelo SNI em agosto de 1972, faz um levantamento da real situação educacional deste Estado. Segundo consta neste documento, o

Estado de Goiás pretendia habilitar-se para receber uma ajuda do Governo Federal (calculadamente Cr\$ 56.000.000,00) proveniente do Acordo MEC-USAID. Então, o Secretário da Educação e Cultura de Goiás, deputado Hélio Mauro Umbelino Lobo, encaminhou ao MEC “um diagnóstico da situação educacional naquele Estado, feito por uma equipe especialmente contratada para o levantamento” (ARQUIVO NACIONAL, SIAN, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.RRR.83005010, 1972). Foi constatado que:

[...]

2 – Destacam-se, no referido levantamento, como aspectos importantes da realidade goiana, sob prisma socio-educacional, os seguintes:

a – 92% da população economicamente ativa no setor primário, naquele Estado, constituem-se de ANALFABETOS ou SEMI-ANALFABETIZADOS e 62% têm curso primário completo;

b – 98,8% da mão-de-obra empregada no setor primário tem instrução abaixo do curso primário;

c – a economia goiana continua dependente do setor primário, com absorção de mão-de-obra de 56,24% da população economicamente ativa;

d – 95% da renda é gerada pela agricultura, comércio e serviços, e a mão-de-obra aplicada é de 82%, sendo que a atividade do setor primário é a mais baixa dos três.

[...]

4 – De outro lado, são vistas como deficiências fundamentais do Poder Público (mais precisamente a Secretaria de Educação), no tocante ao problema educacional no Estado, as seguintes:

a – a estrutura da Secretaria de Educação e Cultura não chegou ainda a ser implantada integralmente, tanto pela carência de recursos humanos e financeiros, quanto pela pouca disponibilidade de espaço físico;

b – número insuficiente de verdadeiros técnicos para orientação pedagógica e educacional e para atender a todas as Delegacias e Superintendências;

c - falta de um sistema eficiente de controle quando as situações de pessoal, material e patrimonial, num órgão de Estado que, a propósito, conta cerca de 21.000 servidores, ou seja, 70% do total de todo o pessoal do Estado de Goiás;

d – falta de entrosamento maior e mais perfeito entre órgãos de cúpula (Conselho Estadual de Educação, por exemplo) e a própria Secretaria no exame de assuntos educacionais;

e – a situação atual do sistema de ensino, diante do crescimento populacional, torna o índice de seletividade (repetência e evasão) casa vez mais acentuado e o próprio sistema casa vez menos produtivo;

f – não ampliação da rede escolar para atender à demanda de matrículas na faixa de obrigatoriedade legal;

g – diminuição do nível de ensino através da queda de qualidade;

h – falta de amadurecimento político da elite dirigente do ensino e da cultura em Goiás, que vê na implantação da nova estrutura um entrave à consecução de seus objetivos pessoais e eleitoreiros, sendo que, até o momento, o sistema educacional e cultural do Estado condiciona-se totalmente ao processo político.

A partir da leitura desse relatório, conclui-se que o problema educacional em Goiás era mais delicado ainda, pois era grande o número de pessoas analfabetas e semianalfabetos, índice que cresceu em quase todo o Estado de Goiás após 1968:

Tabela 1: Diagnóstico da Realidade Educacional em Goiás

(1 e 2) RELAÇÃO DE HABITANTES/km² - POR SUPERINTENDÊNCIA
(3) INDICAÇÃO DE ANALFABETOS DE 7 A + DE 50 ANOS. - Continua -

SUPERINTENDÊNCIA	ANO 67 (1)	ANO 70 (2)	ANO 70 (3)
	Índice %	Índice %	Analfabetos
1ª - Goiânia	69,46	63,40	122.019
3ª - Inhumas	32,21	33,60	15.558
22ª - Itaberaí	17,79	22,03	17.724
2ª - Campinas	16,35	16,73	41.485
11ª - Ceres	13,13	13,31	26.509
10ª - Jaraguá	13,00	16,56	19.247
21ª - Itumbiara	10,45	10,06	29.165
8ª - Morrinhos	10,04	10,88	20.078
23ª - Goianésia	8,93	10,12	22.545
5ª - São Luiz de Montes Belos	8,70	10,67	17.723
4ª - Anápolis	7,36	8,65	47.800
24ª - Silvânia	6,92	7,25	10.517
26ª - Quirinópolis	6,46	7,48	21.431
35ª - Goiandira	6,37	6,28	6.249
6ª - Piracanjuba	6,33	6,95	11.847
7ª - Pires do Rio	6,07	6,43	17.784
32ª - Iporá	5,65	6,94	12.708
9ª - Goiás	5,43	6,02	42.409
13ª - Rio Verde	5,39	6,61	24.532
14ª - Catalão	5,18	5,72	12.125
20ª - Tocantinópolis	4,68	6,36	24.830
25ª - Palmeiras de Goiás	4,18	5,66	18.223
16ª - Uruaçu	3,32	5,01	22.784
33ª - Luziânia	3,07	3,47	13.620
37ª - Posse	2,96	3,45	10.197
31ª - Rubiataba	2,73	2,79	15.105
17ª - Arraias	2,61	2,97	16.942
29ª - Araguaína	2,00	3,34	25.780
12ª - Jataí	1,67	2,07	23.064
30ª - Colapônia	1,84	2,43	12.486
15ª - Formosa	1,65	1,68	15.755

-7-

- continuação -

SUPERINTENDÊNCIA	ANO 67 (1)	ANO 70 (2)	ANO 70 (3)
	Índice %	Índice %	Analfabetos
19ª - Pedro Afonso	1,62	1,77	18.592
34ª - Porangatu	1,58	2,49	19.341
18ª - Porto Nacional	1,24	1,41	18.045
27ª - Miracema	1,23	1,46	19.926
35ª - Dianópolis	1,10	1,17	10.329
28ª - Gurupi	0,82	1,13	19.423

Fonte: Arquivo Nacional.

3.2 O Projeto Rondon na UFG

Segundo Motta (2014, p. 88), o objetivo principal do Projeto Rondon era:

“[...] desmobilizar o radicalismo dos estudantes, atraindo alguns líderes para os valores do regime militar. A intenção era oferecer ao Estado uma alternativa além da repressão aos estudantes: um projeto que atraísse os jovens, apelando para o idealismo e o patriotismo, em benefício das metas nacionalistas dos militares.

[...] Para reduzir o potencial de recrutamento de quadros de esquerda entre os jovens, era útil criar mecanismos de integração e participação, dando oportunidade aos estudantes de canalizar sua energia em projetos consentâneos com os valores do regime.” (MOTTA, 2016, p. 88)

O Projeto Rondon foi colocado em prática a partir de 1967, porém, somente em junho de 1968 por meio do Decreto nº 62.927, de 28 de junho de 1968, que se estabeleceu um Grupo de Trabalho (GT) denominado de “Grupo de Trabalho Projeto Rondon”, subordinado ao Ministério do Interior. Segundo Motta (2014, p. 89)

“A diferença da Operação Rondon em relação aos projetos anteriores é que ela foi criada sob tutela militar – embora isso fosse escamoteado – e tinha objetivos políticos como motivação principal. Além disso, alcançou uma repercussão muito mais ampla e seus congêneres, graças aos investimentos federais, ao apoio das universidades e de empresas privadas. A hegemonia militar sobre o projeto aparece até no nome, uma homenagem ao marechal do Exército Cândido Mariano Rondon, figura mítica nas Forças Armadas pelo trabalho de instalação de linhas telegráficas e exploração do Centro-Oeste brasileiro, no início do século XX”.

Na UFG, em decorrência da Reforma Universitária de 1968 (Lei nº 5.540/68), uma série de reformulações foram promovidas, o que acabou por distanciá-la dos seus propósitos iniciais. A partir de então,

“[...] ciente de sua obrigação de fazer valer as determinações da Lei nº 5.540/68 que determinava a indissociabilidade ensino-pesquisa e extensão, a UFG passou a atender a orientação do MEC e do Ministério do Interior através de ações ligadas ao Projeto Rondon e ao Crutac (Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária). Esses projetos constituíam-se como recursos ideológicos dos governos durante o regime militar instalado no Brasil desde 1964.” (MENDONÇA, 2010, p. 275)

Em 1972, a UFG constituiu sua área de atuação no Projeto Rondon a partir de estágios no campus avançado de Picos, localizado no Estado do Piauí. Segundo depoimento do ex-reitor da UFG, José Cruciano Araújo,

“As atividades prestadas pela UFG, em Picos, abrangiam desde serviços médicos até cursos de atualização e capacitação de profissionais. [...] Foram inúmeras as dificuldades que professores e alunos enfrentaram na região de Picos, principalmente em reação ao contato com os habitantes locais. Em 1972, o Estado do Piauí era totalmente carente em termos de infraestrutura”.
(UFG, 2000, p. 34)

Localizamos quatro documentos que indicam algumas características do Projeto Rondon dentro da UFG. O primeiro deles de 19 de abril de 1972, de origem do SNI (Informação nº 239), indica que (ARQUIVO NACIONAL, SIAN, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.RRR.83006130, 1972):

Foi constituído, conforme publicação da UFGO para atuar junto à Coordenação Estadual do Projeto Rondon um “Grupo de Tarefas”, formado por professores daquela Universidade, dele participando os seguintes membros:

- a) Domingos Juliano – Faculdade de Direito
- b) Jaques Pereira – Faculdade de Artes
- c) Heli Ferreira Coelho – Faculdade de Farmácia
- d) José Pereira de Maria – Instituto de Ciências Humanas e Letras
- e) Juarez Milano – Instituto de Matemática e Física
- f) Nazera de Fátima Elias – Faculdade de Educação
- g) Ildeu Matias do Nascimento – Escola de Agronomia e Veterinária
- h) Juracy dos Santos Freire – Faculdade de Medicina
- i) Vitória Helena Maia Alves – Conservatório de Música
- j) Joaquim Lucas Goiano de Araújo – Instituto de Química e Geociências
- k) Ubiratan de Souza Marques – Escola de Engenharia
- l) Gerson Guimarães – Faculdade de Odontologia

Alguns dos professores indicados possuíam ficha nos órgãos de informações, por isso, no final do documento o SNI explicita a sua preocupação:

“Causou preocupação a setores de segurança da aera a presença no aludido “Grupo”, que deverá inclusive atuar em “Campos Avançado” em Picos (PI) de elementos com antecedentes subversivos como o padre José Pereira de

Maria, Ildeu Matias do Nascimento e Ubiratan de Souza Marques, além da esquerdista e anti-revolucionária Nazira de Fátima Elias.”

No mês seguinte, no dia 16 de maio, o Ministério do Exército enviou um documento para a o SNI e para o DSI/MEC, constando as informações dos “elementos subversivos” citados acima (ARQUIVO NACIONAL, SIAN, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.72046031,1972):

- 1) Há infiltração de elementos esquerdistas no Projeto Rondon – em Goiás.
- 2) Os elementos abaixo nomeados, pertencentes ao “Grupo de Tarefas” – órgão que atua junto à Coordenação Estadual – possuem registros nos OI da área:
 - Ildeu Matias do Nascimento (Escola de Agronomia e Veterinária); foi signatário do Manifesto dos Professores (Jornal Cinco de Março de 04 de novembro de 1968) que se constituiu numa violenta contestação à Revolução de março de 1964.
 - Ubiratan Souza Marques. É comunista favorável à legalização do PCB, conforme ficou apurado em IPM, e consta de parecer do Promotor da Comarca da Capital de Goiás, omitido em 1969. Em 1965 a Auditoria da 4 RM aceitou denúncia – contra o mesmo oferecida pelo representante do Ministério Público, como incurso nas sanções do Art. 2, Art. 24 e 25 da Lei nº 1802, de 1953 (LSN).
 - José Pereira de Maria. Agitador no meio sindical e estudantil.

O terceiro documento encontrado por nós, trata da nomeação o Professor Ático Frota Vilas Boas para substituir o padre José Pereira Maria como integrante do “Grupos de Tarefas”. O documento mencionado é de agosto 1972, proveniente do Gabinete do Ministro do Exército. Nele, a professora Lena Castello Branco, diretora do Instituto de Ciências Humanas e Letras, é denunciada por infiltrar no Projeto Rondon professores que seriam “notoriamente subversivos”. É recomendado à Coordenação Regional do Projeto Rondon que afaste a professora de sua função. (ARQUIVO NACIONAL, SIAN, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.72049225,1972)

O último documento encontrado por nós que trata deste assunto é de dezembro de 1972, proveniente do SNI, e apresenta o professor que teria sido indicado para o Reitor Farnese Dias Maciel pela professora Lena Castello Branco: Ático Frota Vilas Boas Mota, indiciado no IPM instaurado em 1964, preso preventivamente em março

de 1965 por cometer crime previsto na Lei de Segurança Nacional e em 1968 foi acusado de participar do grupo de estudantes e professores que na Faculdade de Filosofia fizeram o “terrorismo cultural” (falaremos mais deste movimento adiante), além de ser um dos signatários do “Manifesto os Professores Universitários” (ARQUIVO NACIONAL, SIAN, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.72048783, 1972). O professor não foi aceito para participar no Projeto Rondon e o Reitor Farnese Dias enviou para o Diretor do SNI/MEC um Ofício (nº 01819) no dia 04 de setembro de 1972, acusando a Prof. Lena de indicar o Prof. Ático Frota e não preencher a ficha de qualificação do referido professor com o objetivo de “estabelecer polêmica e tumulto em assunto de tão alta seriedade”. (ARQUIVO NACIONAL, SIAN, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.73053980, 1972)

Segundo a revista *Veja*, calcula-se em 30 mil o número de universitários envolvidos nas atividades do projeto em 1972. O Projeto Rondon continuou ativo até 1989, porém, apesar da bem-sucedida mobilização de estudantes, ele não conseguiu impedir as manifestações de jovens contrários ao regime autoritário. (MOTTA, 2014, p. 95)

3.3 O Novo Ciclo Repressivo

Em Goiânia, durante todo o ano de 1967, várias manifestações foram organizadas pelos grêmios estudantis dos colégios Lyceu de Goiânia, Pedro Gomes, Instituto de Educação de Goiás e Escola Técnica Federal de Goiás. A CGE foi tomada de volta das mãos da direita e Juarez Ferraz de Maia passou a ser o presidente. Segundo depoimento de Juarez, com a “Nova CGE” inicia-se um processo de rearticulação real do movimento estudantil, na capital e no interior (DIAS; DIAS, 1990, p. 168):

“Participamos do Congresso de rearticulação da Ubes, em Belo Horizonte-MG, dissolvido pelo CCC. Saímos correndo da capital mineira, e quando pisamos no solo goiano, eu e mais 4 companheiros, estávamos já na mira de repressão.

Fui preso em Itaberaí, por um delegado do Dops, que, ao chegarmos novamente a Goiânia, me entregou à Polícia Federal. Fui interrogado e

torturado (psicológica e fisicamente), pelo delegado José Xavier do Bomfim, famoso por truculência no trato com os presos políticos. Da polícia fui para o 10° BC, onde fiquei 3 meses”.

Logo no início do ano, entrou em vigor a nova Constituição Brasileira de 1967. Ela legalizou a institucionalidade autoritária, aumentando controle do Poder Executivo sobre os outros dois poderes, Legislativo e Judiciário. Junto a ela, a Lei de Segurança Nacional (LSN) e a posse do general Costa e Silva, a autocracia burguesa se reorganizou e estabeleceu uma ordem política verdadeiramente autoritária. Esse endurecimento do governo militar foi uma resposta diante do crescimento da oposição popular que fortaleceu a luta antiditatorial (MACIEL, 2004, p. 53-54).

No final de 1967, tem início uma greve que durou mais de quarenta dias na Faculdade de Engenharia da UFG, motivada pelo afastamento arbitrário do estudante Bolívar Gonçalves Siqueira após a exposição dos nomes dos professores que concorreriam ao cargo de diretor. Tudo começou após Bolívar criticar a composição da Lista Tríplice que seria enviada para o Presidente da República escolher o novo diretor da Faculdade de Engenharia. Os alunos apoiavam o prof. Gerson Duarte Guimarães, que não participava da lista elaborada pelo diretor da Faculdade de Engenharia e candidato à reeleição, prof. Paulo de Bastos Perillo. Bolívar foi suspenso por quinze dias além de perder seu cargo de Presidente do Diretório Acadêmico daquela faculdade. Com o apoio dos alunos do Instituto de Matemática e Física da UFG, tem início um movimento grevista que termina apenas após a ordem do Reitor Jerônimo Geraldo de Queiroz de substituir o diretor prof. Paulo Perillo pelo vice-diretor prof. Mário Evaristo de Oliveira, que após reunir dois alunos representantes do corpo discente junto à Congregação de Professores daquela faculdade, discute as reivindicações dos estudantes e promete que o Reitor iria estudar e solucionar os problemas apontados da melhor maneira possível. Os estudantes criticavam a administração do diretor Paulo Perillo e pediam para que mais aparelhos de laboratórios fossem comprados. (ARQUIVO NACIONAL, SIAN, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.RRR.82003102,1977)

No ano seguinte, em 1968, o movimento estudantil atinge o seu ápice. A UNE e a UBES, atuando clandestinamente, acentuaram os movimentos de rua, “fazendo crescer nível de conscientização política da classe média brasileira” (ANIGO, 2016, p. 565). Neste ano, várias manifestações e incontáveis comícios relâmpagos foram

organizadas pelos grêmios estudantis dos colégios Lyceu de Goiânia, Escola Técnica Federal de Goiás, Pedro Gomes e Instituto de Educação de Goiás.

Durante uma manifestação realizada no dia 28 de março de 1968 em frente ao Restaurante Central dos Estudantes, conhecido também como Calabouço por ter abrigado escravos durante o Império, a Polícia Militar invadiu o restaurante e matou com um “tiro a queima roupa” o estudante secundarista Edson Luís de Lima Souto. Além do secundarista, o estudante Benedito Frazão Dutra também morreu após ficar vários dias em coma. “A manifestação tinha o objetivo de protestar contra a má qualidade da comida servida no Restaurante Calabouço” (*O Popular*, 29 de março de 1968). Este trágico acontecimento gerou uma série de protestos organizados pelo movimento estudantil em todo Brasil.

Foto 1: Enterro do estudante Edson Luís.



Fonte: Arquivo Nacional

Em Goiânia,

“Logo após terem tomado conhecimento dos episódios do Rio de Janeiro, foi convocada no DCE/UFG uma reunião para a noite do dia 29 de março, a qual compareceram os Presidentes da Diretórios Acadêmicos e dos Grêmios IE, do Liceu e outros quando então foi constituída a Comissão Central dos Estudantes, que se encarregaria da coordenação das manifestações a serem realizadas em Goiânia”. (ANIGO, 2016, p. 615)

No dia 31, às esperas de mais um aniversário do Golpe Militar, os estudantes confeccionaram faixas e cartazes, além de produzir um manifesto que foi distribuído na missa comemorativa “aniversário da Revolução”. No mesmo dia, o governador Otávio Lage distribuiu uma nota oficial e uma cópia do Decreto nº 60, de 31 de março de 1964, que suspendia as atividades escolares nos dias 1, 2 e 3 de abril, em Goiânia e Anápolis. “O governador dirige, pois, um apelo aos jovens estudantes de Goiás e às suas famílias, para que não emprestem seu apoio a uma subversão da ordem, nem concorram para uma situação que pode tornar-se lamentável” (O Popular, 31 de março de 1968).

Apesar do apelo do governador e das medidas tomadas para evitar manifestações, o tiro saiu pela culatra. Logo após a missa de “ação de graças pela Revolução”, no dia 1 de abril, os estudantes já se encontravam reunidos na praça do Bandeirante. “O aglomerado de estudantes não ultrapassava no início a casa dos 300 e a maioria era de secundaristas. Isto para uma população estudantil de cerca de 2.000 universitários e 10.000 secundaristas (só nos colégios secundaristas” (ANIGO, 2016, p. 618). O Bispo Auxiliar tentou dispersá-los, porém os estudantes “não queriam ceder alegando que a passeata havia sido permitida e que a palavra empenhada pelas autoridades estava sendo quebrada”. A polícia federal e a polícia militar agiram realizando algumas prisões. “Nota-se que em tudo isto não havia um líder estudantil a quem se pudesse imputar a direção geral do movimento, mas percebia-se a ação de um grupo diretor” (ANIGO, 2016, p. 617). A polícia acabou entrando em ação e os manifestantes se refugiaram nas casas e escritórios comerciais, bancos e hotéis das imediações.

O 1º Tenente da PM Hélio Batista Vaz Sobrinho ou 3º Sargento PM Oscar de Souza Oliveira dispararam o fuzil de um soldado para cima. “Vários subordinados o imitaram tendo (algum) descarregado nesta oportunidade o seu revólver. Um dos projeteis de revólver acabou atingindo acidentalmente o lavador de carros Carlos Cândido da Silva [...]. Removido para o Hospital Santa Luiza faleceu às 19:00 horas do mesmo dia” (ANIGO, 2016, p. 619).

No dia seguinte pela manhã, os estudantes se reuniram da Faculdade de Direito e se dirigiram para a catedral. Policiais à paisana estavam infiltrados entre os estudantes, e após a descoberta de um deles, eles foram aprisionados na catedral. Ao saber da situação, o Comandante da PM determinou que fosse feito o resgate dos agentes, em consequência, a polícia cercou a catedral.

“O Arcebispo exaltou-se interpelando as autoridades e altercando com o oficial da PM que comandava a operação, decidindo-se a oferecer a igreja como abrigo dos estudantes, mantendo-se ao seu lado.

Para agravar ainda mais a situação dois policiais a paisana tentaram aprisionar o estudante Telmo de Faria na porta da catedral; este desvencilhou-se e correu para dentro da igreja. Na confusão um deles, o 3º Sargento Ildebrando Joaquim de Souza disparou sua arma contra ele, ferindo-o três vezes e mais a estudante Maria Lúcia Jayme”. (ANIGO, 2016, p. 620)

Após essa série de acontecimentos,

“O impacto na opinião pública foi de tal ordem que o governador do Estado, mesmo dispondo de força material em valor suficiente para controlar a situação, solicitou a intervenção federal (emprego do 10º BC), o que, na ocasião, dadas as características de que se revestiam os acontecimentos, poderia levar a um agravamento da situação transportando as dissensões entre autoridades e igreja do campo estadual e local para o nacional”. (ANIGO, 2016, p. 620)

Para apurar detalhadamente todos esses fatos, foi instaurado um IPM pela Polícia Militar. Neste documento, alguns manifestantes são enquadrados como “transgressores do Decreto-Lei nº 228 de 28 de fevereiro de 1967 por terem empregado ou representado oficialmente as entidades estudantis que dirigem, em desacordo com as finalidade e atribuições para que foram criadas” (ANIGO, 2016, p. 624). Entre os estudantes mencionados no documento, quatro são estudante da UFG:

- 1) Carlos de Gaulle Evangelista, presidente do DCE/UFG por ter permitido o uso da sede do DCE para reunião estudantil programada onde se realizou conferencia de caráter político partidário; por ter permitido a utilização da sede para assembleia que se destinavam ao incitamento de ausências coletivas às aulas (passeatas e greves) e para confecção de faixas e cartazes ofensivos ao governo constituído;
- 2) Maria Olga Gusmão, presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Artes da UFG por ter permitido e dirigido reunião de assembleia geral de incitamento à ausência coletiva às aulas;

- 3) Isa Maria de Oliveira, presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia da UFG por ter permitido e dirigido reunião de assembleia geral de incitamento à ausência coletiva às aulas;
- 4) Dirceu Borges Ramos, presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito da UFG por ter participado das reuniões do DCE/UFG apoiando as medidas de incitamento a realização de manifestações que implicavam na ausência coletiva às aulas além de participar de reunião do grêmio do Colégio Estadual de Goiânia insuflando os secundaristas às ordens das autoridades e de seus diretores.

Os estudantes citados acima não foram indiciados por nenhum crime, mas a punição ficaria a rigor das autoridades de ensino.

Em agosto do mesmo ano, no dia 19, os estudantes foram às ruas para manifestar contra às prisões de estudantes, dentre elas a do vice-presidente da Ubes, Euler Ivo Vieira. Os Acordos MEC-Usaid também levou os estudantes às ruas neste mês para lutar contra o imperialismo. “A manifestação durou até as 23 horas, quando finalmente foi dispersada pelos policiais, após várias prisões, segundo a imprensa, em torno de cinquenta, mas alguns participantes falam em até 150 estudantes detidos”. No final de mês, o secretário da Educação do Estado de Goiás, Jarmund Nasser, “baixou uma portaria determinando o fechamento dos grêmios estudantis e autorizando os diretores das escolas a expulsarem os alunos que se recusassem a acatar a resolução”. Os estudantes do Colégio Pedro Gomes não aceitaram a imposição feita pelo secretário de educação, por isso decidiram abrir “na marra” as portas do Grêmio Literário Wander Borges. 24 estudantes foram expulsos da instituição. (DIAS; DIAS, 1990, p. 69)

Em setembro, alguns estudantes que eram membros do DCE/UFG e estudantes do Grêmio Felix de Bulhões, organizaram um protesto para o dia 7 de setembro, quando aconteceria um desfile na Av. Goiás em comemoração ao Dia da Independência do Brasil. Segundo um relatório (Informação nº 201/68) produzido pela Polícia Federal sobre os acontecimentos da festividade,

[...] Durante as festividades, conforme já estava previsto, grupos de estudantes colocaram em ação seus planos de agitação, promovendo uma série de comícios relâmpagos, culminando com a tentativa de perturbação da passeata, quando as alunas do Instituto de Educação de Goiás (IEG), desfilaram pela Av. Goiás, proximidade da TV-Rádio Clube.

Nesse momento, um grupo de estudantes infiltrados em meio à massa, interrompeu a parada aos gritos de “abaixo a ditadura”, ao ritmo da fanfarra. [...]

O número de prisões efetuadas no dia 7, atingiu a casa de 36 elementos, de cuja triagem ocorreu o enquadramento de dois, ou sejam Vadil Rodrigues, estudante do 4º ano da Faculdade de Farmácia e Bioquímica da UFG, e Alanir Cardoso, líder esquerdista, agitador, 2º Secretário da Ubes, incursos no Art. 33 item II, combinado com o Art. 38 item IV, da Lei de Segurança Nacional.” (ARQUIVO NACIONAL, SIAN, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.RRR.82001715, 1968)

No dia seguinte, de acordo com o mesmo relatório, outras seis prisões foram realizadas, sendo que quatro pessoas foram também enquadradas na Lei de Segurança Nacional, nos mesmos dispositivos dos presos no dia anterior, sendo eles: Eliane Canêdo Guimarães dos Santos, aluna do IEG, Elina Xavier, estudante do 2º ano da Faculdade de Serviços Sociais da UFG, Wellington Cortês, estudante e Presidente da União Nacional dos Estudantes (UEE) e José Rodrigues da Costa, estudante e funcionário do Banco do Estado de Goiás.

Em outubro, foi a vez dos professores universitários e de ensino médio protestarem contra o regime autoritário. Ana Lúcia da Silva, professora da Faculdade de História da UFG na época, forneceu para nós uma cópia deste manifesto. Este foi redigido pelos professores Horieste Gomes, Olavo de Castro e Sergio Paulo Moreyra. No dia 4 de novembro ele foi publicado no “Jornal 5 de março” contendo 355 assinaturas. O manifesto conclamava todos os professores a se unirem pela defesa da liberdade de ensino, era um convite público para todos os professores manifestarem sua indignação diante das violações às liberdades democráticas. O texto do documento apresentava algumas das graves perspectivas que causaram apreensões nos professores:

- Preocupados com a gravidade crescente da situação econômico-financeira a qual afeta diretamente a estrutura político-social do país;
- Conscientes de sua responsabilidade de orientar a formação da juventude, preparando-a para assumir com dignidade, coragem e eficiência, a elevada tarefa de construção nacional;
- Cuidadosos na defesa da autonomia e de liberdade do ensino, seriamente ameaçadas por forças alheias ao sistema educacional;

- Ciosos da garantia que devem ter como educadores, responsável pela integridade moral, intelectual e física da juventude;
- Indignados ante o desrespeito constante aos Direitos Humanos, consagrados universalmente;
- Apreensivos com o desenvolvimento do clima de restrição às liberdades de pensamento, reunião e expressão, garantidas até pela Constituição Nacional, e diante dos frequentes atos terroristas que se tem verificado.

Todas as pessoas que assinaram o manifesto ganharam fichas junto aos órgãos de informação. De acordo com o pedido de Informação 315/70 do SNI, dentre os mencionados na relação das pessoas que assinaram o manifesto, alguns “elementos” já possuíam outros registros nos órgãos de informação de Goiás. Neste documento identificamos alguns nomes de professores e alunos que eram ou foram vinculados à UFG: Anatole Ramos, Secretário Geral do Centro Acadêmico da Faculdade de Filosofia; Ático Frota Villas Boas Mota, professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; Bernardo Elis Fleury de Campos Curado, ex-professor da Faculdade de Filosofia e do Centro de Estudos Brasileiros; Carlos Rodrigues Brandão, professor da Faculdade de Educação; Elter Dias Maciel, professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; Fernando Luiz Kratz, sub-reitor da UFG; Gabriel Roriz, professor do Instituto de Matemática e Física; Horieste Gomes, professor do Instituto de Química e Geociências e do Instituto de Ciências Humanas e Letras; José Carlos de Almeida, funcionário da Faculdade de Engenharia; Pe. José Pereira de Maria, professor do Instituto de Ciências Humanas e Letras; Maria Alice de Lima Soares Menezes, professora do Instituto de Ciências Humanas e Letras; Sérgio Paulo Moreyra, professor do Instituto de Ciências Humanas e Letras; Sílvia Alessandri Monteiro de Castro, professora da Faculdade de Educação; Vanderlan Antônio de Araújo, presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Medicina. (ARQUIVO NACIONAL, SIAN, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.RRR.81001085,1970)

Alguns professores que assinaram o “Manifesto dos Professores” também foram responsáveis por promover o movimento denominado pelos militares como “Terrorismo Cultural” na Faculdade de Filosofia da UFG. Este movimento consistia em pressionar os professores que apoiavam o regime militar a se demitirem. Na UFG, em 1968, sabemos que este movimento levou três professores a renunciarem seus cargos, sendo eles: José de Jesus Filho, Juiz Federal em Goiás; Joaquim de Assis Costa e Getúlio Tangeno de Lima (BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_RRR_82001996,

ARQUIVO NACIONAL, SIAN, 1968). Na Informação nº 197/68 difundida pelo Departamento da Polícia Federal de Goiás no dia 1 de setembro de 68, consta a seguinte observação:

“A leitura de uma matéria publicada em “O Globo” de 03/09/68, pag. 12 e que tem o título “Terror Cultural na Filosofia”, onde são abordados aspectos de infiltração das forças de extrema esquerda, no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais do Rio de Janeiro, pela semelhança do que ocorre em Goiás nos deu inclusive, ao início da leitura, uma impressão de que a matéria era sobre a Faculdade de Filosofia de Goiás (UFG) e as seguida, a impressão e que se desenvolve em plano nacional de infiltração, nas Faculdade de Filosofia, cm as mesmas características, o que merece ser analisado no plano global”. (ARQUIVO NACIONAL, SIAN, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.71041460, 1971)

Neste mesmo documento mencionado anteriormente também consta a informação de que a prof. Lena Castello Branco também teria sido afastada do Conselho Departamental da Faculdade de Filosofia. Já em outro documento, Informação nº 73719/71 de 1 de setembro de 1971, produzido pela Agência Central do SNI e enviado para a Divisão de Segurança e Informação do MEC (DSI/MEC), acusa a prof. Lena de renunciar o cargo de Regente da Cadeira de História da Antiguidade e da Idade Média, do Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, por discordar da orientação da Chefia e do própria departamento “que, prestigiando e apoiando movimento ilegais de greve, não propiciam a área que lhe é afeta, condições mínimas de trabalho e produtividade”. Concluindo acrescenta que “se nega a representar o Colegiado do Conselho Departamental da Faculdade de Filosofia, uma atitude e uma filosofia das quais não participa, e com os quais jamais compactuaria” e informou para o Comandante do 10º BC que estaria pronta para depor sobre o problema”. (ARQUIVO NACIONAL, SIAN, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.71041460, 1971)

Em outro documento de autoria da Agência Central do SNI (Informação nº 427, de 23 de junho de 1972), é informado que o prof. Getúlio Tangeno “demitiu-se do cago que ocupava, sob alegação de quebra de princípio de autoridade e domínio das esquerdas” na Faculdade de Filosofia (ARQUIVVO NACIONAL, SIAN, BR dfanbsb v8.mic, gnc.aaa.72051805, 1972).

Todos os estudantes e professores que participaram do “Terrorismo Cultural”, passaram a ser vigiados pelos órgãos de informação de Goiás. Entre os principais atuantes estavam os professores: Horieste Gomes, Carlos Rodrigues Brandão, Elter Dias Maciel, Sérgio Paulo Moreyra, Sílvia Alessandri e Ático Frota Vilas Boas.

Ainda no mês de outubro, no dia 12 foi realizado o 30º Congresso da UNE em uma propriedade rural localizada em Ibiúna (SP). Durante a realização do Congresso, a polícia cercou a fazenda e prendeu cerca de mil estudantes, a grande maioria dos estudantes foi libertada depois de serem autuados, porém, cerca de cem estudantes teriam permanecido presos e foram soltos somente após completar 60 dias de cárcere, que seria o prazo máximo permitido pela legislação para a duração de prisão preventiva. (Jornal “Correio da Manhã”, 11 de dezembro de 1968)

Figura 3: Habeas Corpus concedido para estudantes presos no 30º Congresso da UNE

1.º Caderno CORREIO I

STF DÁ LIBERDADE A 46 PRESOS DE IBIÚNA

4.
II
P

BRASÍLIA (Sucursal) — Quase todos os estudantes presos em Ibiúna pela Força Pública de São Paulo e agentes do DOPS, quando da realização do XXX Congresso da UNE, serão postos em liberdade, ainda hoje, por decisão do Supremo Tribunal Federal.

Acusados de tentarem a rearticulação de entidade estudantil extinta por lei, o que — no dizer das autoridades — equivale à subversão da ordem política, os estudantes foram inesperadamente cercados e presos numa fazenda daquêle município, onde instalaram os trabalhos do Congresso que iria fixar a posição a classe "em face do momento político nacional e de reivindicações suscitadas pelo Governo".

A prisão dos jovens, quase mil, entre os quais centenas de moças, foi no dia 12 de outubro. Grande parte foi libertada depois de ser autuada, e pouco menos de cem estudantes continuaram presos. Ontem, essa prisão, considerada de duvidosa legalidade, completou o 60.º dia, que é o máximo permitido pela legislação para a duração de prisão preventiva. O excesso do prazo constituiu o motivo da unânime decisão da segunda turma do Supremo Tribunal Federal.

OS 46

O processo de *habeas corpus*, julgado ontem pelo

STF favoreceu 46 jovens. Mas, aína hoje, a medida será estendida a 36 outros estudantes, por estarem na mesma situação dos que foram beneficiados pela decisão de ontem.

Além desse processo, de que é relator o ministro Adalício Nogueira, também o pedido de *habeas corpus* impetrado em favor de Vladimir Palmeira, José Dirceu e Luis Travassos, principais dirigentes do movimento estudantil brasileiro, será decidido nas próximas horas. Como relator, votará o ministro Eloy da Rocha.

A segunda turma do STF, que aplicou a orientação fixada pelo Tribunal Pleno, é constituída dos srs. Adauto Cardoso, Allomar Baleeiro, Themístocles Cavalcanti, Adalício Nogueira e Evandro Lins.

SEM INFORMAÇÕES

O *habeas corpus* foi deferido mesmo sem as informações requeridas ao Superior Tribunal Militar, que até ontem não as havia encaminhado. São os seguintes os estudantes cuja ordem de soltura foi ordenada pelo Supremo Tribunal Federal: Benedito Pires Trindade, Omar Laino, Marco Aurélio Ribeiro, Francisco Antônio Marques da Cunha, Walter Cover, Helenira Nazareth, Franklin de Souza

Martins, Ivo Malerba, Sérgio de Melo Schneider, Reinaldo Morano Filho, José Wilson Lessa Sabag, Ladislau Ungar Glausiusz, Benedito Fernandes Duarte, Fernando Marinho Falcão, Rubens Schmidt Werner, Milton Dotta, Carlos Alberto Afonso, Juan Nakabayashi, Romualdo Homobono Paes Andrade, Jurandir Antônio, José Antônio Adura Miranda, Percival Menon Maricato, Luís Carlos de Freitas, Américo Antônio Flôres Nicolatti, Azael Rangel Camargo, Walter Stevanato Vuolo, César Ronaldo Pereira Gomes, Henrique de Carvalho Matos, Primo Alfredo Brandmiller, César Epitácio Maia, José Vieira Loguercio, Luís Carlos Prado, Carlos Bernardo Vainer, José da Silva Vaz, Sebastião Carlos Velasco Cruz, Ivan Mota Dias, Marco Aurélio Borba, Valdo Silva, Jorge Baptista Filho, José Carlos da Mata Machado, Danilo Carata, João Baptista dos Mares Guia, Marília Pires Fernandes, Gilberta Aarão Reis, Maria Augusta Ribeiro Carneiro e Maria Helena Malta Resende.

Também o argentino Juan Carlos Sender, presente ao Congresso, foi beneficiado pelo *habeas corpus*. Franklin Martins é filho do senador Mário Martins e José Carlos, do deputado federal mineiro Edgar da Matta Machado.

BEI
Jus
de
qua
trar
par
revi

J
Car
cha
ran
forz
ra :
invi
par
voll
tem
enc
levi
o i
dos
pré
um
tem

A
con
ção
esti

Fonte: Jornal "Correio da Manhã", 11/12/1968.

Dentre os estudantes presos neste congresso, dez eram alunos da Universidade Federal de Goiás. São eles: Ademar Alvarenga Prado, Gilvan Neiva

Fonseca e Vanderlan Antônio de Araújo, estudantes da Faculdade de Medicina; Artur Carvalho Neto, aluno do Instituto de Matemática e Física; Carlos Alberto Guimarães, aluno do Curso de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; Gileno Cerqueira Soares Palmeira e Milton Divino Muniz, alunos da Faculdade de Filosofia; Márcia Vera Vasconcelos, aluna da Faculdade de Serviços Sociais; Túlio Ostílio Vieira, aluno da Faculdade de Agronomia; Vadil Rodrigues, aluno da Faculdade de Farmácia e Bioquímica; Wellington Côrtes, aluno da Faculdade de Belas Artes. (ARQUIVO NACIONAL, SIAN, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.84046670, 1973). Três dias após a prisão dos alunos mencionados, a Agência do SNI de Brasília enviou o Informe nº 548/68 para a Agência Central de Goiânia do SNI, informando que já havia feito ligações com o Departamento de Polícia Federal “visando o estabelecimento de medidas para o retorno dos estudantes radicados nas áreas de Brasília e Goiânia”. O informe termina com a seguinte frase: “Até o momento não precisamos de todos esses rapazes e moças estudantes matriculados em estabelecimentos de ensino nas áreas respectivas”. (ARQUIVO NACIONAL, SIAN, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.72049798, 1968)

O descontentamento diante do governo autoritário ficou evidente quando o MDB organizou um setor mais aguerrido, que procurou representar as ruas no Congresso, em apoio ao movimento estudantil. O discurso do deputado Márcio Moreira Alves – considerado uma ofensa pelos quartéis – deu pretexto para a edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5), “após a recusa dos parlamentares de conceder licença para o governo processar o deputado, que gozava de imunidade parlamentar garantida pela Constituição de 1967” (RIDENTI, 2014, p. 36).

O Ato Institucional nº 5, editado no dia 13 de dezembro de 1968,

“[...] concedia ao presidente da República o poder de decretar o recesso Legislativo em todos os seus níveis (federal, estadual e municipal), de decretar intervenção federal nos governos estaduais e municipais, de cassar mandatos e suspender os direitos políticos de qualquer cidadão por dez anos, além de abolir o direito de habeas corpus para os acusados de crimes contra a segurança nacional. Na esteira do quinto ato institucional, vieram o Ato Complementar nº 68, que fechou o Congresso Nacional, o AI-6, que reduziu o número de ministros do STF de 16 para 11 e transferiu definitivamente os crimes contra a segurança nacional para a justiça militar, os Atos Institucionais de nº 7 e 8, que suspenderam toda e qualquer nova eleição por

tempo indeterminado, o AI-10, que proibiu o exercício de atividades em empresas públicas ou concessionárias de serviços públicos e instituições de ensino e pesquisa por cidadãos punidos por qualquer ato institucional.” (D’Araújo; Soares; Castro apud Maciel, 2004, p. 65)

Motta (2014, p. 149) ao analisar as razões por trás do AI-5, afirma que os grupos de direita ficaram atemorizados sobretudo com a força demonstrada pela esquerda estudantil nas ruas, ocupando faculdades, fazendo passeatas, montando barricadas e atacando os setores universitários conservadores. Acrescenta-se aos fatos, a derrota sofrida pelo governo, “quando em nome da autonomia do Poder Legislativo, parlamentares da Arena preferiram votar contra o governo”, evitando que as imunidades parlamentares do deputado Márcio Moreira Alves fossem suspensas.

Mesmo após a edição do AI-5, os militares que atuavam no comando da repressão ainda temiam a capacidade de mobilização do movimento estudantil. Por isso, decidiu-se criar no âmbito do Conselho de Segurança Nacional, criar um instrumento legal para punir os “subversivos”, “pois os poucos reitores que tentaram expulsar alunos tiveram seus atos anulado pela justiça” (MOTTA, 2014, p. 155). O temor dos militares é expressado em um documento do CSN, de março de 1969, aonde

“[...] a Divisão de Segurança e Informações do MEC (DSI/MEC) advertia os reitores para que estivessem preparados. Após o início das aulas, esperavam-se novas manifestações estudantis motivadas pela falta de vagas para os excedentes, e os gestores das universidades não poderiam deixar de adotar as devidas punições”. (MOTTA, 2014, p. 156)

Estudante da Faculdade de Medicina da UFG em 1970 e militante do Partido Brasileiro Comunista desde 1967, Abrão Marcos da Silva descreve suas primeiras impressões diante do Ato Institucional nº 5:

“Até o AI-5, a expectativa nossa era de que realmente aquilo que estava ali não duraria. Na minha cabeça isso acabaria em dois três anos, em cinco anos acabaria. O AI-5, só tempos depois que nós percebemos - sentimos mais do que percebemos, não foi tanto a percepção intelectual - nós sentimos, por

tudo que estava acontecendo, que aquela coisa tinha se incrustado, ela estava muito mais sólida: as restrições ganharam forças de status, a repressão ganhou essa força. Mas a percepção disso foi tempos depois. O sofrimento que veio foi algum tempo depois. Num primeiro momento, eu sinto que houve certa perplexidade, nós não sabíamos o que esperar. Eu me lembro de que, eu particularmente, fiquei desorientado com isso, e com medo. Nós conseguimos vencer aquele primeiro momento de perplexidade, aquele primeiro sentimento de medo e em seguida voltamos à ação”. (ALVES; CORTÊS, 2013, p. 23)

Nos últimos dias de fevereiro, foi promulgado o Decreto-Lei 477, “após tramitação recorde de um mês nos gabinetes da Esplanada dos Ministérios, bem a tempo de chegar ao conhecimento da comunidade universitária no início das aulas”. O texto foi escrito pelo Ministro da Justiça, Gama e Silva, o Decreto-Lei “foi um dos instrumentos mais draconianos produzidos pelo regime militar e, por isso, gerou inúmeros protestos e críticas, inclusive entre os apoiadores do governo”. (MOTTA, 2014, p. 156)

O Decreto-Lei 477 determinava como infrações o aliciamento ou incitamento à deflagração de movimento que tivesse por finalidade a paralisação de atividade escolar ou a participação nesse movimento; o atentado contra pessoas ou bens tanto em prédio ou instalações, de qualquer natureza, dendê estabelecimentos de ensino, como fora dele; pratica de atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou a participação neles; conduzir ou realizar, confeccionar, imprimir, ter em depósito, distribuir material subversivo de qualquer natureza; sequestrar ou manter em cárcere privado diretor, membro do corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino, agente de autoridade ou aluno; usar a dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou praticar ato contrário à moral ou à ordem pública. Se o corpo docente, funcionário ou empregado do estabelecimento de ensino infringisse alguma dessas infrações, ficaria proibido de ser nomeado, admitido ou contratado por qualquer estabelecimento da mesma natureza pelo prazo de cinco anos. Já no caso de alunos, a pena seria o desligamento e a proibição de se matricular em qualquer outro estabelecimento de ensino pelo prazo de três anos. A nova legislação também estabelecia que “havendo suspeita de crime, o dirigente do estabelecimento de ensino providenciará, desde logo a instauração de Inquérito Policial”. Ademais, o processo sumário deveria ser

realizado por um funcionário ou empregado do estabelecimento de ensino, designado pelo dirigente da instituição e o suspeito deveria ficar afastado até o julgamento do caso. (Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969)

De acordo com o Encaminhamento nº 3148/74, de 18 de julho de 1974, produzido pelo SNI e enviado para o Gabinete do Chefe do SNI, fizemos uma tabela aonde consta o número de pessoas atingidas pelo Decreto-Lei 477 nas Universidades Federais entre 1969 a 1975 (ARQUIVO NACIONAL, SIAN, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.74101500, 1974):

Tabela 2: Aplicação do Decreto-Lei 477 nas Universidades Federais entre 1969 a 1975.

Instituição de Ensino	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975
Universidade Federal de Alagoas	-	-	-	-	-	-	05
Universidade de Brasília	16	-	-	04	-	-	05
Universidade do Ceará	03	-	-	02	-	01	-
Universidade Federal de Goiás	01	-	-	08	-	-	-
Universidade Federal do Espírito Santo	-	-	-	-	07	-	-
Universidade Federal do Rio de Janeiro	71	-	-	-	-	-	-
Universidade Federal de Minas Gerais	16	01	-	02	-	-	-
Universidade Federal da Paraíba	01	-	-	-	-	-	-
Universidade Federal do Paraná	-	-	-	01	-	-	-
Universidade Federal de Pernambuco	29	-	-	-	-	-	-
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	01	-	-	-	-	-	-
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	-	-	05	-	-	-	-

Fonte: Arquivo Nacional (adaptado)

A partir desta tabela, podemos concluir que 179 pessoas ligadas à Universidades Federais foram atingidas pelo decreto draconiano. Entretanto, no

documento usado como base para fazer essa tabela, consta que 245 pessoas foram atingidas pelo decreto, considerando faculdades isoladas, colégios estaduais, escolas federais, fundações de ensino e escolas técnicas.

Na UFG, o primeiro atingido pelo DL 477 foi o estudante do curso de Ciências Sociais do Instituto de Ciências Humanas e Letras, Talwer Carvalho Mendes. Além de estudante, Talwer já havia concluído o curso de bacharelado em Direito na mesma universidade. No dia 17 de junho de 1969, o estudante foi atingido pelo 477 por determinação da Diretora do ICHL, Prof. Lena Castello Branco, após conduzir material subversivo no recinto daquela faculdade (ARQUIVO NACIONAL, SIAN, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.74101500, 1971). Em sua residência também foram apreendidos outros documentos e uma sindicância foi aberta pelo 10º BC para apurar a situação, porém, “não foi constado qualquer participação daquele elemento, em movimentos de caráter subversivo, razão por que não foi possível enquadrá-lo na Lei de Segurança Nacional” (ARQUIVO NACIONAL, SIAN, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.69005908,1969).

Também no primeiro semestre de 69, os membros do Diretório Acadêmico da Faculdade de Medicina foram perseguidos. No dia 27 de março, o Diretor da Faculdade de Medicina, Prof. Luíz Rassi, “tendo em vista a legislação vigente a respeito do comportamento estudantil, decidiu, no seu alto entendimento de suspender as atividades do Diretório Acadêmico XXI de Abril, daquela Faculdade”. No mesmo dia, o estudante de medicina Vanderlan Antônio de Araújo, Presidente do DCE/UFG, convocou uma reunião dos universitários no pátio da Faculdade de Medicina. Nesta reunião, Ademar Alvarenga Prado, Presidente do DA suspenso XXI de Abril, “incitou os universitários a desobedecer àquela determinação legal, afirmando que os universitários não se achavam só, eis que a UNE e a UEE estavam com eles”. O Vice-Presidente da UNE, Nelson Thadeu Leal de Macedo e o estudante da Faculdade de Filosofia e Presidente da UEE, Milton Divino Muniz, também estavam na reunião e conclamaram os estudantes a lutarem contra os Atos Institucionais. Dias depois, a portaria que foi revogada pelo Diretor, “sendo o Diretório Acadêmico reaberto e passado a funcionar normalmente” (ANIGO, 2016, p. 653-5). Vale lembrar que os estudantes Vanderlan Antônio, Ademar Alvarenga e Milton Muniz também foram presos no 30º Congresso da UNE, realizado em Ibiúna – SP em outubro de 68.

Quase dois anos depois, no dia 3 de março de 1971, o caso vai a julgamento e o Promotor responsável pede a condenação de Nelson Thadeu e Vanderlan a 1 ano

e 6 meses, Ademar Prado e Milton Muniz a 1 ano. Todos foram incursores nas sanções do art. 33, II, do Decreto-Lei 510/69, isto é, incitar à desobediência coletivas às Leis. Entretanto, o Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 11ª C.J.M responsável pelo julgamento, estabelece o seguinte conceito de Lei, a fim de julgar se o comício relâmpago realizado no pátio interno se constitui em aliciamento para desobediência coletiva das Leis (ANIGO, 2016, p. 656):

“Lei é a norma jurídica elaborada pelos órgãos sociais, tendo em vista uma situação histórico-social. Com a divisão dos poderes de Estado, a lei tornou-se a norma jurídica elaborada pelo Poder Legislativo. Essa é a lei formal, que tem a forma e o conteúdo da lei, distinguindo-se da Lei material, que só tem o conteúdo sem ter a sua forma, sem ter o mesmo processo de formação. (Paulo Dourado de Gusmão, Introdução à Ciência do Direito, Forense, 1956, p. 164)”.

Portando, chega-se à conclusão de que a portaria contra a qual os estudantes teriam se rebelado não poderia ser considerada como lei, no aspecto formal ou material. Assim sendo, os acusados são absolvidos por unanimidade de votos, no dia 17 de junho de 1971. (ANIGO, 2016, p. 657)

Em 1970, ano de eleições para nova composição do Diretório Acadêmico dos Estudantes (DCE) da UFG, alguns candidatos da chapa única, “fizeram circular um panfleto redigido com expressões características da linguagem de extrema esquerda, enaltecendo a força da união da classe estudantil, criticando as medidas repressivas adotadas pelo Governo Federal”. O panfleto chegou às mãos do Reitor Farnese Dias Maciel Neto, que determinou via Portaria nº 0496/70, no dia 11 de junho de 1970, a realização de um processo sumário para apurar os fatos e responsabilidades, conforme dispunha o Decreto-Lei 477. A sindicância foi presidida pelo professor da Faculdade de Artes da UFG, Antônio Neri da Silva.

O estudante da Faculdade de Medicina, Valdi Camércio lembra como foi a repercussão do caso na UFG antes da conclusão do processo de sindicância:

“A repressão fechou o cerco da UFG, notadamente, na Faculdade de Medicina. Prenderam algumas lideranças, mas queriam um “tal de Maurício”, que imaginavam erroneamente ser da medicina, mas que na verdade cursava agronomia. Daí prenderam todos os “Maurícios” da faculdade” (DIAS; DIAS, 1990, p. 155)

A sindicância foi concluída no mês seguinte, no dia 24 de julho, e apontou o Presidente do DCE e estudante da Faculdade de Agronomia e Veterinária, Maurício Dutra Garcia, como o único responsável pela confecção e distribuição do panfleto. Então, o Reitor Farnese decidiu aplicar ao estudante o Decreto-Lei 477, decisão que teria que ser aprovada pelo Ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho. Por fim, o Reitor Farnese decide reformular sua decisão exagerada e aplicar a pena de 30 dias de suspensão a partir do segundo semestre do mesmo ano. A decisão foi reformulada graças à intervenção de Jarbas Passarinho, “que considerava excessiva a punição de exclusão, por 3 anos, anteriormente imposta ao estudante”. (ARQUIVO NACIONAL, SIAN, BR dfanbsb v8.mic, gnc.rrr.81001562, 1970)

Outro alvo da Faculdade de Medicina foi o jornal produzido pelo Diretório Acadêmico da faculdade, chamado “Esqueleto 21”. Segundo Abrão Marcos da Silva, estudante da Faculdade de Medicina em 1971 e Diretor-Geral do jornal, o “Esqueleto 21” era um jornalzinho com quatro páginas, porém,

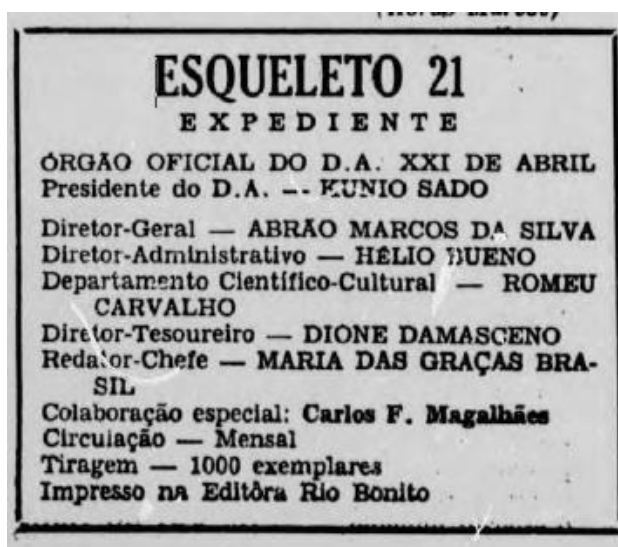
“O Diretório Acadêmico XXI de Abril não tinha dinheiro. Então, eu saí várias vezes com um grupo de pessoas, inclusive a Graça Brasil que era redatora. Saímos pedindo – eu me lembro de que tinha uma escola de inglês aqui, a Chicago, que sempre contribuiu: alguns laboratórios que a gente conhecia os donos por causa da faculdade. Nós conseguimos financiar o jornal com muita dificuldade. Tinha firma que a hora que via que éramos estudantes fechava a porta na cara da gente. Principalmente quando sabia que éramos estudantes de esquerda por causa daquilo que o jornal publicava”. (ALVES; CORTÊS, 2013, p. 24)

De acordo com a Informação nº 439/ 71, produzida pelo núcleo do SNI em Goiânia no dia 18 de novembro de 1971, a edição de outubro do “Esqueleto 21” tinha “uma redação característica da técnica marxista de conscientização, para tentar distorcer a imagem positiva da Revolução de 31 de março”. O jornal estava presente um artigo que fazia uma análise crítica sobre a Reforma Universitária, escrita por Jurandir Dias, além de um artigo sobre guerrilheiros mortos na Bahia, escrito pela Redatora-Chefe, Maria das Graças Nunes Brasil. No final do informe, a agência adverte que

“O controle das atividades dos Diretórios Acadêmicos, particularmente no que se refere no desvirtuamento de suas atividades, é atribuição legal dos diretores da Faculdade e, em caso de omissão, das autoridades às quais estão funcionalmente subordinadas. O atual diretor da Faculdade de Medicina da UFG, responsável pela fiscalização das atividades do DA XXI de Abril é o Dr. Luiz Rassi, que já registra antecedentes de omissões no que tange no controle e repressão de atividades subversivas em sua unidade de ensino superior”. (ARQUIVO NACIONAL, SIAN, BR dfanbsb v8.mic, gnc.rrr.83003994, 1971)

Objetivando conter o problema, o reitor Farnese Maciel decide abrir um processo disciplinar. O inquérito ficaria sob responsabilidade do professor da Faculdade de Direito, Alaciel Prado. Foram intimados todos os alunos que participaram de alguma forma na elaboração do jornal: Ronaldo Dantas, Hélio de Souza Bueno, Abrão Marcos da Silva, Jurandir Dias Barbosa, Maria das Graças Nunes Brasil, Manoel Maria Pereira dos Santos, Romeu Fernandes de Carvalho, Laercio Luiz de Abreu, Domingos Batista Cordeiro Filho, Kunio Sado e Antônio Augusto Schliewe. O inquérito foi concluído o final de 1972 e concluiu-se que o jornal seria um material subversivo e por isso, infligia o inciso IV do Art. 1º do Decreto-Lei nº 477, que estabelecia como infração disciplinar a condução ou realização, confecção, impressão e distribuição de qualquer material subversivo. Desta forma, todos os estudantes envolvidos em sua confecção deveriam ser punidos.

Figura 4: Membros do Jornal “Esqueleto 21” da Faculdade de Medicina



Fonte: Arquivo Nacional.

Apesar de tentar aplicar o DL 477 em todos os estudantes mencionados no processo, o reitor Farnese Maciel não conseguiu, pois Kunio Sado, Maria das Graças Nunes Brasil e Romeu Fernandes de Carvalho já tinham concluído o curso antes da finalização do inquérito. Hélio de Souza Bueno não estava mais matriculado na UFG. Laércio Luiz de Abreu, Antônio Augusto Shliewe e Ronaldo Dantas não foram punidos, pois os artigos produzidos por estes alunos não foram considerados material subversivo. Quanto ao restante dos estudantes, o Ministro Jarbas Passarinho teria intercedido a aplicação do DL 477 contra eles. Motta (2014, p. 162) afirma que o Ministro da Educação e Cultura pretendia limitar o uso do 477, para desta forma tentar conquistar a simpatia do movimento estudantil. “Em certa ocasião, em Goiânia, Passarinho decidiu absolver oito estudantes contra a vontade do reitor, e foi escolhido paraninfo de uma turma de formandos”.

No decorrer do ano de 1972, seis estudantes, um professor e um funcionário da UFG são atingidos pelo Decreto-Lei nº 477. Os primeiros foram os estudantes da Faculdade de Medicina, Ademar Alvarenga Prado e Valdi Camércio, ambos membros da Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil e presos no 30º da UNE, realizado em Ibiúna-SP. Ademar foi punido por ter cometido infração definida no inciso VI do Art. 1º do Decreto-Lei nº 477, que estabelece como infração disciplinar a condução ou realização, confecção, impressão e distribuição de qualquer material subversivo. No dia 17 de julho de 1972, Ademar foi atingido pelo DL 477, após a conclusão do processo sumário que baseou seu julgamento. No mesmo dia, foi condenado a 18 meses de prisão por “tentativa de tomada do Poder através da luta armada”. (ARQUIVO NACIONAL, SIAN, BR dfanbsb v8.mic, gnc.aaa.74101500, 1974)

Valdi Camércio participou ativamente do movimento estudantil na UFG. Além de secretário do Centro Acadêmico XXI de Abril, Valdi também foi vice-presidente e presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE). No dia 18 de novembro de 1971, foi preso quando retornava da faculdade e levado para o 10º BC. Lá, Valdi conta que foi “submetido aos mais cruéis maus-tratos, como pancadas e choques elétricos, além as abomináveis torturas psicológicas” (SALLES, 2008, p. 154). Conforme depoimento de Valdi,

“No dia seguinte, fui conduzido a Brasília, inicialmente para o prédio do Ministério do Exército. Em seguida, para o Pelotão de Investigações Criminais da Polícia do Exército (PIC), onde fiquei preso. As sessões de tortura

continuaram de forma permanente, tendo em vista a obtenção de informações sobre pessoas e organizações de esquerda. Fiquei, durante cerca de um mês, sem que meus familiares soubessem de meu paradeiro”.

Após oito meses preso, Valdi foi julgado pela Auditoria Militar do Ministério do Exército e condenado a mais um ano e dois meses de prisão. No mesmo mês, Valdi também foi atingido pelo DL 477 e mesmo saindo da prisão no início de 1973, só voltou para a Faculdade de Medicina em 1975 (SALLES, 2008, p. 155). Valdi foi punido por ter cometido a mesma infração que Ademar. (ARQUIVO NACIONAL, SIAN, BR dfanbsb v8.mic, gnc.aaa.74101500, 1974)

As irmãs Ana Maria Gomes Coelho e Nilva Maria Gomes Coelho foram as próximas vítimas do Decreto-Lei nº 477. Ana Maria era estudante do Curso de História, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letra da UFG. Em 1968 já participava do movimento estudantil, como Secretária do Diretório Acadêmico de sua faculdade em 1971 foi eleita Vice-Presidente do Diretório Acadêmico da UFG. Sua irmã, Nilva Maria era aluna do curso de Ciências Sociais. Ambas foram presas em novembro de 1971, no mesmo dia que Valdi e pelo mesmo motivo: por implicações em atividades da Ação Popular Marxista-Leninista em Goiânia. Era o desmonte desta organização de esquerda. (ARQUIVO NACIONAL, SIAN, BR dfanbsb v8.mic, gnc.aaa.72056788, 1972)

As irmãs foram atingidas pelo Decreto-Lei nº 477 no mesmo dia, 9 de setembro de 1972. Ana Maria foi punida por panfletar, pichar e afixar cartazes subversivos na Faculdade de Farmácia da UFG. Nilva Maria foi de cometer as mesmas infrações que a irmã, porém, na Faculdade de Medicina da UFG. Portanto, as duas também acabaram punidas por infringir o inciso IV do Art 1º do DL 477. (ARQUIVO NACIONAL, SIAN, BR dfanbsb v8.mic, gnc.aaa.74101500, 1974)

No mesmo ano, o Partido Comunista Brasileiro também é desmontado em Goiás, o que acaba desencadeando uma série de prisões de alunos, funcionários e professores da UFG que também militavam na organização. De acordo com a Informação nº 431/72 produzida pelo Núcleo da Agência do SNI em Goiânia, no dia 9 de agosto de 72, encontravam-se presos no 10º Batalhão de Caçadores (10º BC) cinco estudantes, um professor e um funcionário da UFG, sendo eles: Washington Luiz Teixeira Rabelo, Wilmar Antônio Alves, João Silva Neto, Horieste Gomes, Abrão Marcos da Silva, Benito Pereira Damasceno e Dione Damasceno. (ARQUIVO

NACIONAL, SIAN, BR dfanbsb v8.mic, gnc.aaa.80005993, 1972). Todos os mencionados foram arrolados em um Inquérito conduzido pelo professor da Faculdade de Direito e Sub-Reitor da UFG, Emanuel Augusto Perillo, “destinado à apuração de atividades subversivas no meio estudantil com base no Decreto-Lei 477”. (ARQUIVO NACIONAL, BR dfanbsb v8.mic, gnc.rrr.83004004, 1972)

Washington Luiz Teixeira Rabelo ingressou na Faculdade de Matemática e Física da UFG em 1970. Ex-estudante do Colégio Estadual Pedro Gomes, após entrar na universidade aos 21 anos começou a militar politicamente, motivado pelas “restrições impostas pelo Estado à época, pela incapacidade até ética de cruzar os braços e acompanhar e assistir passivamente a uma situação de transgressão dos direitos individuais” (ALVES; CORTÊS, 2013, p. 485). Um ano e meio após entrar no Partido Comunista do Brasil, em 1971 foi alçado à condição de Secretário Político do Comitê Metropolitano do Partido em Goiânia. Washington conta como ocorreu sua prisão e como foram seus primeiros dias encarcerado no 10º BC:

“Havia uma repressão já diretamente voltada para membros ou ex-membros do Partido ou simpatizantes. As prisões estavam se multiplicando e em meados de 72 esses temores se confirmaram. O Comitê Metropolitano de Goiânia foi preso integralmente. Fomos presos no espaço de poucos dias. [...] Eu fui preso em Goiânia próximo à casa que eu residia e que eu resido até hoje. Fui levado para o 10º BC, antigo Batalhão de Caçadores, que hoje é a unidade militar do Exército Brasileiro aqui em Goiânia. De início eu fui submetido aos rigores que eles adotavam nos interrogatórios daquela época marcados pela extrema violência. E quando cheguei no 10º BC, fui colocado em uma prisão solitária onde permaneci por muitos dias de forma completamente incomunicável. Nos interrogatórios eu já percebia que vários companheiros já tinham sido presos. [...]

Fiquei preso durante todo o 2º semestre de 1972, foi um período marcado por duríssimas experiências pessoais. A tortura era amplamente utilizada. O 10º BC na época era uma central importante na estratégia da repressão movida contra as forças de esquerda em toda essa região centro-norte do Brasil. Eu me lembro de que assim que cheguei, apesar do capuz que me foi colocado desde o início e que depois comprovei que era um tratamento similar que todos tinham tido, com a brutalidade da prisão, com o terror que utilizavam, o que eu percebia é que o 10º BC era o centro de repressão, o centro de inteligência, o centro de apoio à repressão àqueles que lutavam contra a ditadura militar aqui nessa região.” (ALVES, CORTÊS, 2013, p. 491-2)

Transferido do 10º BC para o Polícia de Investigação Criminal em Brasília (PIC), na época “uma central do terror do Exército”, Washington continua sofrendo torturas:

“No PIC passei vários meses de incomunicabilidade, de muita violência. Durante todo esse período, e é difícil dizer por que foi para mim não digo um trauma, mas um grande pesar com a inexperiência, com a juventude. Eu quisera ter uma atitude ainda mais inflexível diante dos que cumpriam as ordens da tirania da ditadura naquela época, a figura do herói que se contrapõe a todas as formas de tortura e que mantem o segredo, o sigilo e o silêncio absoluto. Infelizmente acho que poucos, eu pelo menos não posso dizer que eu tenha tido todas as razões para acreditar que eu não poderia ter agido melhor. Eu acho que naquelas condições difíceis não estava preparado, não estava à altura desse embate direto e desigual com a repressão.” (ALVES; CORTÊS, 2013, p. 495)

Após ser posto em liberdade, Washington em seguida é julgado pela Marinha e condenado a seus meses de prisão. Quando saiu da prisão, cota que não conseguia mais dar aulas nos cursinhos pré-universitários aonde lecionava antes, pois o comandante militar do Planalto telefonava pessoalmente para as escolas de Goiânia e de Brasília dizendo: “Olha, esses professores não podem mais exercer, eles não podem mais trabalhar em nenhuma circunstância porque senão a sua escola vai ser fechada” (ALVES; CORTÊS, 2013, p. 496). No dia 13 de dezembro de 1972, Washington Rabelo é atingido pelo 477 por determinação do Reitor Farnese Maciel, acusado de cometer a infração definida no inciso III do Art. 1º do Decreto-Lei nº 477, que estabelece como infração a prática de atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou dele participe. (ARQUIVO NACIONAL, SIAN, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.74101500, 1976).

Wilmar Antônio Alves ingressou no PCB em 1968, ano em que estudava no Colégio Estadual Lyceu de Goiânia. Em 1972 era noticiarista da Rádio Universitária da UFG. Foi atingido pelo DL 477 no dia 4 de dezembro de 1972, após o Reitor Farnese “tomar ciência das atividades subversivas do nomeado”. Wilmar foi acusado de cometer a mesma infração que Washington Rabelo. (ARQUIVO NACIONAL, SIAN, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.74101500, 1976)

João Silva Neto iniciou sua atuação política em 1963, quando era aluno do Colégio Estadual Pedro Gomes, entrando no PCB no ano seguinte. Em 1968 ingressou na Faculdade de Direito da UFG. Nessa época também era vereador pelo MDB e por isso começou a participar do Centro Acadêmico daquela faculdade apenas em 1970. João Silva relatou que quando foi preso,

“[...] o Partido Comunista inteiro tinha caído, tinha advogados, professores, todo mundo. Alguns foram presos diretamente, foram para a cadeia, para o 10º BC e depois para Brasília. Muitos outros foram apenas identificados como participantes das organizações de base, não chegaram a ser presos, mas foram chamados a depor e foram atemorizados. Foram mais ou menos umas setenta pessoas (ALVES; CORTÊS, 2013, p. 232)

Com sua prisão, passou a levar faltas na Câmara e acabou perdendo seu mandato de vereador. Ao ser preso, João Silva foi levado para o 10º BC e depois para o PIC, junto com Washington. Sobre as torturas sofridas na prisão, relatou:

“[...] tentei manter aquilo, uma autorreflexão violenta, rememorei minha vida inteira, busquei aquilo que pudesse me fortalecer, minhas lembranças do passado, coisas que pudessem aumentar minha convicção. Fiquei preso por alguns dias em um banheiro no 10º BC. Depois de mais de dois meses, fui levado para Brasília e não sofri tortura propriamente dita, mas tortura psicológica continuou. Eu cheguei a ser ameaçado novamente com aquela maquininha de dar choques. Passavam em frente à cela e logo depois se ouvia os gritos, e isso gerava uma grande tortura. Um banheiro azulejado, onde só havia o vaso sanitário, a pia e um colchão de espuma. Na parte da tarde o sol entrava lá dentro e virava um forno. Não tinha como tomar banho direito para lavar as partes de baixo; tampava o vaso com uma cueca e fazia um poço de água, as partes de cima eram lavadas na pia, molhava-se todo o colchão, era uma confusão e um calor enorme. [...]

Depois me levaram para o PIC em Brasília. Levaram-me em uma rádio patrulha juntamente com quatro pessoas. Fomos eu, o Washington, o José Elias e outro que não me recordo o nome. Fomos levados para Brasília em condições piores impossível. Fomos quatro pessoas na rabeira da rádio patrulha juntos a um pneu todo sujo, empoeirado. [...] Abrindo um parêntese: Em uma das noites em que fui torturado aqui, ao ligarem os fios nas orelhas, quando dava o contato, o processo era igual ao modo contínuo do motor. A

cabeça mexia de um lado para outro. A cabeça acompanhava o movimento do choque igual a um motor, só não rodava porque o pescoço não deixava. Em uma dessas vezes começou a sair sangue pela minha boca. Saiu muito sangue que caiu no capuz e na minha camiseta. Nessa noite pensei que fosse morrer. Estavam dando choques nos ouvidos, saía sangue pela boca; pensei que pudesse ter estourado alguma coisa na minha cabeça. Terminada a tortura minha língua começou a inchar. No movimento da cabeça eu havia mordido a língua. O corte foi grande e não me deram remédio, fiquei por quase uma semana sem comer e emagreci. Não havia jeito de engolir nada” (ALVES; CORTÊS, 2013, p. 236-7)

Solto em novembro, no dia 13 de dezembro de 1972 foi atingido pelo DL 477, por ordem do Reitor Farnese Maciel. Apesar de ter recorrido contra a decisão do reitor, porém o Ministro da Educação, Jarbas Passarinho, não aceitou seu recurso. João Silva afirma que continuou frequentando as aulas, até que,

“Certo dia, estava estudando na Faculdade de Direito e Quintiliano Blumenschein, que já é falecido, era nazista e professor na Universidade, bateu na porta da sala procurando por mim. Apresentei-me, e ele da porta pediu que eu me retirasse da sala, dizendo que eu estava expulso e que não poderia estar estudando na Universidade. Todos os outros alunos escutaram e ficaram boquiabertos. O professor que estava em sala o questionou sobre a situação, e Quintiliano o respondeu dizendo que eu era um aluno subversivo, que eu havia recorrido, que o ministro havia permitido, mas que já havia sido homologada a minha suspensão e que eu teria que me retirar. O professor que estava dando aula foi digno comigo, disse a ele que eu sairia assim que ele terminasse de dar sua aula. Quintiliano Blumenschein ficou me esperando na porta com uma fotocópia do Diário Oficial em mãos, que homologava minha suspensão, e pediu que eu me retirasse” (ALVES; CORTÊS, 2013, p. 234)

Horieste Gomes, militante do PCB desde 1964, lecionava a disciplina “Geografia de Goiás” no Curso de Estudos Goianos, oferecido pelo Centro de Estudos Brasileiros antes de seu fechamento no final de 64. Horieste foi absorvido pela Faculdade de Filosofia, até que em 1968 se tornou professor concursado da UFG. No dia 14 de julho de 1972, o professor foi preso quando saía de sua casa. Horieste relembra como tudo aconteceu:

“Dentro do carro três pessoas; duas descem, uma imediatamente me dá voz de prisão e me joga na Rural. Eles me prendem, me encapuzam, me levam, tiram minhas coisas e começam o interrogatório dentro do carro. São uns quinze, vinte minutos de interrogatório dentro do carro. Já começam citando os nomes de quatro, cinco companheiros, e citam meu nome de guerra, que naquele momento era Tiago. Evidentemente adotei a negação de imediato. [...]

Depois sou levado para o 10º BC. Fizeram uma pergunta até boba dentro do jipe. Eles me perguntaram se eu reconhecia onde nós estávamos. Como só ouvia barulho de avião, sabia que estávamos perto do aeroporto e que estava sendo levado para um quartel, o 10º BC. Lá eu fiquei cerca de um mês. Lá teve coisas interessantíssimas. Sofri torturas, mas de ordem psicológica. Teve tortura física, mas tortura pequena, dessas bobas de mandar andar com os olhos vendados para meter a cara na parede, ou cair numa escada”. (ALVES; CORTÊS, 2013, p. 176)

Assim como os outros presos, Horieste foi levado posteriormente para a Polícia de Investigação Criminal em Brasília, conhecido como PIC, onde permanece três meses. Horieste afirma:

“Lá tinha inquisidores torturadores. Éramos torturados todos os dias à base de choque elétrico e pancadaria. Sempre tinha um elemento que chefiava as operações, o tal capitão Airton. [...] Muita pancadaria, principalmente nos rins. Era bater e cair. Choques elétricos todos os dias. Depois, a que eu considero a pior de todas, que é a psicológica.” (ALVES; CORTÊS, 2013, p. 178)

Horieste foi julgado perante a Auditoria Militar da Marinha, em Brasília, no dia 12 de dezembro de 72. Seguindo a orientação do advogado, não denunciaram as torturas sofridas, pois “era a melhor arma a ser utilizada para ganhar liberdade”. Após sair da prisão, no dia 22 de dezembro, o professor foi atingido pelo DL 477 à mando do Reitor Farnese Maciel. Além de perder o cargo de professor titular da UFG, também perder o cargo de professor na Universidade Católica de Goiás e ficou impedido de lecionar por cinco anos em todo o território nacional. (GOMES, 2009, p. 155)

Proibido de dar aulas, Horieste conta que teve que vender seu apartamento e ir morar com sua família (esposa e um filho) num quarto pequeno da casa de seus pais. O professor relata como fez para conseguir sustentar sua família:

“Sem poder atuar na profissão que abracei, aprendi a entelar mapas com o Hélon Mota, ex-aluno, que também fora perseguido pela ditadura, e, com a ajuda de amigos e professores da UFG e UCG, a exemplo de Stela Godoy, que me repassou cerca de 200 mapas para serem entelados, obtive um ganho que contribuiu por dois meses para o sustento da família”. (GOMES, 2009, p. 171)

Abrão Marcos da Silva, Benito Pereira Damasceno e Dione Damasceno, além de estudantes da Faculdade de Medicina também eram membros do Comitê Municipal do PCB em Goiânia. Foram acusados de manter uma Organização de Base do PCB no meio universitário, arrecadar fundos partidários, confeccionar e distribuir panfletos e boletins de propaganda subversiva, ou seja, infringiram o inciso III do Art. 1º do DL 477. (ARQUIVO NACIONAL, SIAN, BR dfanbsb v8.mic, gnc.rrr.83004462, 1972)

Benito Damasceno era ex-aluno do Colégio Liceu de Goiânia e casado com Dione Damasceno. Dione e Abrão Marcos já haviam sido condenados em outro processo sumário instaurado para apurar responsabilidades pela edição do Jornal “Esqueleto 21” do Diretório Acadêmico da Faculdade de Medicina, porém, o Ministro da Educação e Cultura impediu que o DL 477 fosse aplicado a eles.

Abrão Marcos descreve como foi preso:

“Na hora que a Polícia Federal me abordou, sei lá quem foi, eram três elementos armados, na porta de casa na Avenida Araguaia, me veio à mente a fala do Geraldo: eles vão me torturar e me matar. Foi uma coisa de momento. Eu falei, se eu vou morrer sob tortura é melhor morrer aqui; não me entrego. Dei dois murros em um dos policiais, e ele caiu. O terceiro subiu a escada do prédio e apontou a arma para mim, e eu disse você pode atirar que eu não vou não. E o sujeito que levou os murros encostou-se a uma parede, e o terceiro encostou-se a mim, e eu bati nele também. Eram pessoas menores do que eu. O que ficou armado não se animou a atirar, ele ficou mirando no meu peito, e foi juntando gente; eu acho que ele perdeu, ele não tinha mais condições de atirar” (ALVES; CORTÊS, 2013, p. 27).

Como os outros presos já citados, após 40 dias preso no 10º BC, Abrão Marcos foi levado para PIC em Brasília, porém, não sofreu torturas como João Silva Neto, Horieste Gomes e Washington Luiz Teixeira Rabelo, pois,

“Chegando no PIC eu tive uma proteção, havia um coronel do Conselho de Segurança Nacional que era amigo do meu pai da FAB. Esse camarada conseguiu que eu ficasse na Aeronáutica ao invés do PIC. Passei duas semanas na Aeronáutica. É claro que eu não fui bem tratado, mas eu suponho que tenha sido muito melhor tratado do que se eu estivesse... Eles me deixaram nu em uma cela que tinha uma cama de cimento, não tinha nada para cobrir; depois de muito tempo me deram roupas e eu fiquei lá; davam-me comida duas vezes por dia. Mas lá, exceto algumas ameaças do sujeito que vinha do PIC para me ameaçar, não aconteceu nada. Eu devo ter passado umas duas, três semanas lá - suponho que esta tenha sido a fase pior. Em seguida fui para o PIC, de onde saí em novembro”. (ALVES; CORTÊS, 2013, p. 28)

Benito ingressou no curso de medicina em 1966 e em 1969 casou-se com Dione. No final de 1971, quando estavam no quinto ano de faculdade, prestaram um exame para tentar uma vaga no Hospital do Servidor Público de São Paulo. Aprovados, Benito e Dione cursariam o sexto ano neste hospital. Em julho 1972,

“Um episódio alteraria o curso da vida de Benito. Ele estava clinicando quando uma enfermeira lhe informou que o esperavam na porta com uma encomenda de Goiás. Ao sair, o estudante avistou dois homens e logo viu que se tratava de policiais. Sem esboçar reação, pediu apenas que desejaria comunicar Dione de que seria detido. Não precisava. Dione já estava no camburão.

O inferno do casal começou nos porões do DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna), na Avenida Brigadeiro Luiz Antônio, região central de São Paulo, para onde eram levados os presos políticos. Benito só saía de sua solitária “de dois metros por um metro e meio de largura” para ser interrogado. O repertório da crueldade incluía espancamentos, choques elétricos nos órgãos sexuais e ameaças de morte – a mais comum era de que o interrogado seria atirado ao mar, o que de fato acabou ocorrendo com muitas das vítimas” (KASSAB, 2005, p. 5)

Benito foi transferido para o PIC, aonde ficou três meses em uma solitária. Felizmente, Dione foi absolvida e libertada. Já Benito foi solto apenas em novembro para aguardar a sentença em liberdade. Julgado pelo Conselho da Marinha, foi

condenado a seis meses de prisão. Finalmente, em março de 1973, Benito consegue se formar em medicina na UFG (KASSAB, 2005, p. 5).

O último registro de afastamento de pessoas vinculadas a UFG encontrado por nós é de 1973. De acordo com a Informação nº 3234 do dia 26 de julho de 1973, em maio o DCE da UFG realizou a “II Feira do Livro”, evento no qual estavam sendo comercializados “livros de caráter subversivo”. O reitor Farnese Maciel, ao tomar conhecimento da situação, determinou que fosse instaurado um “processo sumário, com base do Decreto-Lei nº 477, para apuração de responsabilidade pelo fato”. Após a conclusão do Processo nº 05496/73, o reitor decidiu suspender o funcionamento do Diretório Central dos Estudantes da UFG pelo prazo de 60 dias, “por haver cometido infrações”. Os estudantes apontados como responsáveis pelo evento Eduardo Almeida Rossi, Jamil Cândido de Carvalho e Jair Rodrigues da Cunha também foram punidos. O reitor determinou a “suspensão de suas atividades escolares por 15 dias, a partir do primeiro dia de aulas do segundo semestre letivo do ano corrente”. (ARQUIVO NACIONAL, SIAN, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.73064686, 1973)

3.4 O Processo de Reorganização do Movimento Estudantil e a Criação da Assessoria de Segurança e Informação na UFG

Em setembro de 1969, devido a uma doença causada por um derrame cerebral, Costa e Silva é afastado da Presidência da República. No mês seguinte, Emílio Garrastazu Médici assume a Presidência. Para Maciel (2004, p. 70), o governo Médici constitui uma etapa de consolidação do processo de institucionalização da ordem autoritária, pois

“Esse foi o período em que definitivamente a representação política foi subordinada à representação burocrática, graças a um processo de repressão dos aparelhos privados de hegemonia, que possuíam uma perspectiva contra hegemônica (oposição popular), e de controle vigilante sobre os aparelhos hegemônicos (oposição burguesa), domesticando o conflito político e inviabilizando o surgimento de qualquer projeto político alternativo ao Estado autoritário no interior das classes dominantes”

Para consolidar a institucionalidade autoritária, o governo militar colocou em primeiro plano a repressão aos movimentos de oposição legais e clandestinos. Esse cenário caótico fica claro dentro das universidades, com a expulsão de diversos estudantes, professores e funcionários. Acontece uma expansão do aparato repressivo e de informações, a fim de intensificar a ação repressiva e superar a crise política desencadeada pelo avanço dos movimentos de oposição ao regime militar. (MACIEL, 2004, p. 73).

Segundo Motta (2008, p. 44),

“Com o recrudescimento das ações de contestação ao Estado autoritário, que se combinaram ao desejo de setores da direita radical em aprofundar os mecanismos de controle sobre a sociedade, o sistema de repressão foi se tornando ainda mais complexo e capilarizado. Após a aprovação do Plano Nacional de Informações, em 1970, esses serviços sofreram nova reformulação e ampliação”

Com a nova Constituição de 1967 houve um “aprofundamento dos mecanismos de controle sobre a sociedade”. Foram criadas as Divisões de Segurança e Informação (DSI) nos ministérios civis, que tinham a função o assessoramento de titulares dos ministérios no processo de tomada de decisão e em questões de segurança. “Normalmente, os diretores das DSIs em geral eram oficiais superiores reformados das Forças Armadas – coronéis ou generais do Exército, brigadeiros da Aeronáutica” (MOTTA, 2014, p. 195). A partir de 1970, o governo militar estimulou a criação de subdivisões das DSIs em instituições subordinadas ao controle dos ministérios. Geralmente, essas instituições eram empresas públicas, autarquias ou fundações. (MOTTA, 2008, p. 44)

Motta destaca que (2014, p. 197),

“A DSI do Ministério da Educação e Cultura foi uma das maiores e mais importantes, naturalmente, graças à vigilância sobre as universidades. Em meados dos anos 1970, a DSI/MEC possuía aproximadamente sessenta funcionários e ocupava meio andar no edifício na Esplanada dos Ministérios, em Brasília. Seu corpo funcional contava com analistas de informação e analistas de segurança, e atuava a partir da seguinte estrutura: Direção, Seção de Informações e Contrainformação (Sici/DSI), Seção de Segurança Nacional e Mobilização (SNM/DSI) e Subseção de Apoio Administrativo (SSAA/DSI)”.

Com a aprovação do Plano Nacional de Informações (PNI), os serviços de informação da área federal sofrem uma reformulação e ampliação a partir de 1970. Surgem então as denominadas Assessorias de Segurança e Informações (ASI), ou Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESI). “No âmbito das universidades, as ASI foram criadas a partir de janeiro de 1971, após o Ministério da Educação e Cultura ter aprovado seu Plano Setorial de Informações” (MOTTA, 2014, p. 195). No organograma do Sistema de Informações do Ministério da Educação, figuravam também as Assessorias de Segurança e Informações (ARSI), que teriam como papel principal a coordenação das atividades das AESI em sua respectiva região. Segundo Motta (2008, p. 44)

“Havia, inicialmente, cinco ARSI, e sua divisão correspondia, aproximadamente as regiões brasileiras: ARSI/NE, ARSI/DF/MG/GO, ARSI/GB, ARSI/SP e ARSI/RS “Posteriormente, as ARSI foram substituídas por agências vinculadas as Delegacias Regionais do MEC, com sigla ASI/DEMEC”.

Vale ressaltar que essas Assessorias não eram órgãos de repressão, somente de informação. A ASI, além de integrar o Sistema Setorial de Informações e Contrainformações do MEC, destinava-se a prestar assistência direta ao Reitor da Universidade em todos os assuntos pertinentes à segurança nacional, à mobilização e às informações. “No entanto, muitas vezes as Assessorias serviram de canal para o exercício de pressão e controle sobre as reitorias, ações provenientes da cúpula do Estado e dos serviços de informação”. (MOTTA, 2008, p. 45)

De acordo com Motta (2014, p. 195),

“As Aesis universitárias foram criadas a partir de janeiro de 1971, depois que o MEC aprovou seu Plano Setorial de Informações. [...] No caso UnB, a Assessoria de Segurança – inicialmente batizada de Assessoria de Assuntos Especiais – foi criada em 19 de fevereiro de 1971. Na UFPB, a fundação oficial da Aesi se deu em março de 1971; na Ufal, em janeiro de 1972; na USP, a Aesi foi oficializada em outubro de 1972. Nas outras universidades, elas foram criadas no mesmo período, entre 1971 e 1972, salvo alguns casos de criação posterior, como o da Escola Técnica Federal de Minas Gerais, em 1975”.

A estrutura da ASI deveria ser da seguinte forma: um chefe, responsável por coordenar as atividades e representá-las a DSI/MEC e aos outros órgãos de informações, e mais duas seções, de informações e administrativa. Normalmente, elas funcionavam em salas na própria reitoria ou tinham suas próprias instalações. Estima-se que na área do MEC funcionaram aproximadamente 40 ASI universitárias. (MOTTA, 2008, p. 63)

A respeito do procedimento padrão que esse órgão seguia, Motta (2014, p. 201) explica que o procedimento padrão era que a ASI do órgão interessado disseminasse entre os Órgãos de Informação da área um pedido de busca sobre a pessoa em questão, com dados mínimos para facilitar a identificação – nome completo, data e local de nascimento, as vezes os nomes dos pais. Grande parte da documentação que pertencia à ASI/UFG desapareceu, porém, a partir de alguns documentos que restaram, podemos afirmar que as principais tarefas realizadas pela ASI/UFG era a filtragem das contratações de pessoal, barrando algumas vezes a entrada de docentes considerados de esquerda; fazia o controle de manifestações e ações políticas planejadas pelas lideranças estudantis, principalmente pelo DCE; além de ser uma grande aliada do 10º BC, enviando sempre que solicitada informações sobre estudantes, professores ou funcionários da UFG.

Segundo Motta (2008b, p. 45), as ASIs,

“[...] atuavam no momento de contratação de pessoal, principalmente para o corpo docente, intermediando o processo de filtragem ideológica dos candidatos. Em setembro de 1971, cerca de seis meses após a criação das Assessoria, a DSI/MEC mandou ofício aos reitores informando que professores esquerdistas estavam retomando aos quadros das Universidades, e isso não poderia ser tolerado. Os órgãos de segurança deveriam ser consultados previamente sobre cada contratação, e para isso as Universidades deveriam preencher a ficha modelo 12 preparada pelo SNI, contento os dados pessoais dos candidatos. A pratica consistia em fazer circular esses documentos entre os órgãos integrantes da comunidade de informações. Quando localizavam registros de pessoas em seus arquivos, os órgãos de segurança mandavam cópia para a instituição interessada na contratação, e aí cabia aos reitores (as vezes aos Diretores de Unidades acadêmicas) tomar a decisão”.

Durante a ditadura militar, a guarda de documentos e informações de forma eficiente visava, principalmente, a recuperação ágil de informações. “No caso de órgãos de informação e segurança, evidentemente, o zelo na guarda dos documentos devia-se também ao cuidado de preservar o sigilo de suas ações” (MOTTA, 2008, p. 46). Logo foi criada uma norma que regulava o uso e a circulação de documentos sigilosos, a partir do decreto federal de 1967, o art. 2º ameaçava os infratores com punições de natureza penal e administrativa. As Assessorias de Segurança e Informações possuíam “arquivos repletos de documentos produzidos por vários integrantes da “comunidade” – dentro de espaços universitários cada vez mais hostis e mobilizados contra o regime militar” (MOTTA, 2008, p. 50).

O documento mais antigo encontrado por nós que comprova a existência de uma ASI dentro da UFG é de junho de 1973, porém, não sabemos a data exata em que a ASI/UFG começou a funcionar. O documento mencionado é o Ofício (nº 2519), enviado pelo Diretor do DSI/MEC ao Assessor Especial da Universidade de Brasília. Nele, consta a relação das Assessorias de Segurança e Informações da Comunidade Setorial do MEC. Em Goiás, de acordo com o ofício mencionado, a Assessoria de Segurança e Informação da UFG funcionava na Reitoria, localizada na Praça Universitário, e estaria sob responsabilidade de Carlos de Carvalho Craveiro.

Em outro documento de abril de 1973, após o funcionário da Rádio Universitária, Wilmar Antônio Alves ser atingido pelo Decreto-Lei nº 477, a Agência Central SNI solicita que Craveiro envie os programas da rádio da UFG (ARQUIVO NACIONAL, BR dfanbsb v8.mic, gnc.rrr.82003828, 1973):

Figura 5: Documento da ASI/UFG, 11/04/1973

CONFIDENCIAL

ADD/SM
 03328
 23 DEZ 82
 A.C.F.

EM 11 / ABR / 73

A SS 19

PBEI Nº 0848/73-Abr

Assunto: Rádio da UFGO

1 - DADOS RECEBIDOS

A rádio da UFGO, no dia 31 Mar 73 (Sábado), deu ênfase, fl, digo falando de três em três minutos aproximadamente, sobre o aumento da economia soviética, citando como fonte o jornal "PRAVDA".

2 - DADOS SOLICITADOS

- a - Levantar o pessoal que trabalha na emissora;
- b - Contatar com o CRAVEIRO para nos sejam fornecidos os programas da emissora; e
- c - Outros dados julgados úteis.

Fonte: Arquivo Nacional

Os dados solicitados são enviados somente em outubro:

Figura 6: Documento da ASI/UFG, 01/10/1973

CONFIDENCIAL

GOIÂNIA/GO, 01 Out 73

DINFO nº 157

Da SS 19

Ao Sr Ch SC/3

Ref. PBEI 0848/73

Assunto: Rádio da UFG

AGG/SNI

003828	23 DEZ 82
--------	-----------

ACE

1. ENCAMINHAMENTO

- a. Boletim de frequência mês março/73
- b. Fôlha de ponto período 10 abr a 10 mai 73
- c. Programação da emissora no período/ 23 a 30 abr 73

2. OUTROS DADOS

documentos fornecidos pelo Dr. CRAVEIRO se referem ao mês abr/73, embora se tenha solicitado programação atual da emissora.

Fonte: Arquivo Nacional

Em março de 1975, Irapuan Costa Júnior, ex-professor da Faculdade de Engenharia da UFG e antigo colaborador do regime militar, assume o cargo de Governador do Estado de Goiás. Entre os secretários que compunham o seu governo, estava o nome de Carlos de Carvalho Craveiro. Não sabemos a data exata que Craveiro deixou de compor o governo de Irapuan, todavia, notamos a ausência de seu nome nas Leis Ordinárias publicadas no Diário Oficial a partir de junho de 1976. No mês de setembro do mesmo ano, encontramos um documento que indica que Craveiro estaria trabalhando na Telegoiás, empresa operadora de telefonia do grupo estatal Telebrás. Este documento é o Ofício nº 03573 de 24 de novembro de 1976, encaminhado pelo reitor da UFG, Paulo de Bastos Perillo, para o Presidente da Telegoiás. Nele, o reitor pedia permissão para que os engenheiros Carlos de Carvalho Craveiro e Marcus Antônio Brito de Fleury continuassem à disposição da UFG durante todo o ano de 1977. O pedido é aceito e os dois continuam à disposição da UFG até

31 de dezembro de 1977. (ARQUIVO NACIONAL, SIAN, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.RRR.82003779, 1976)

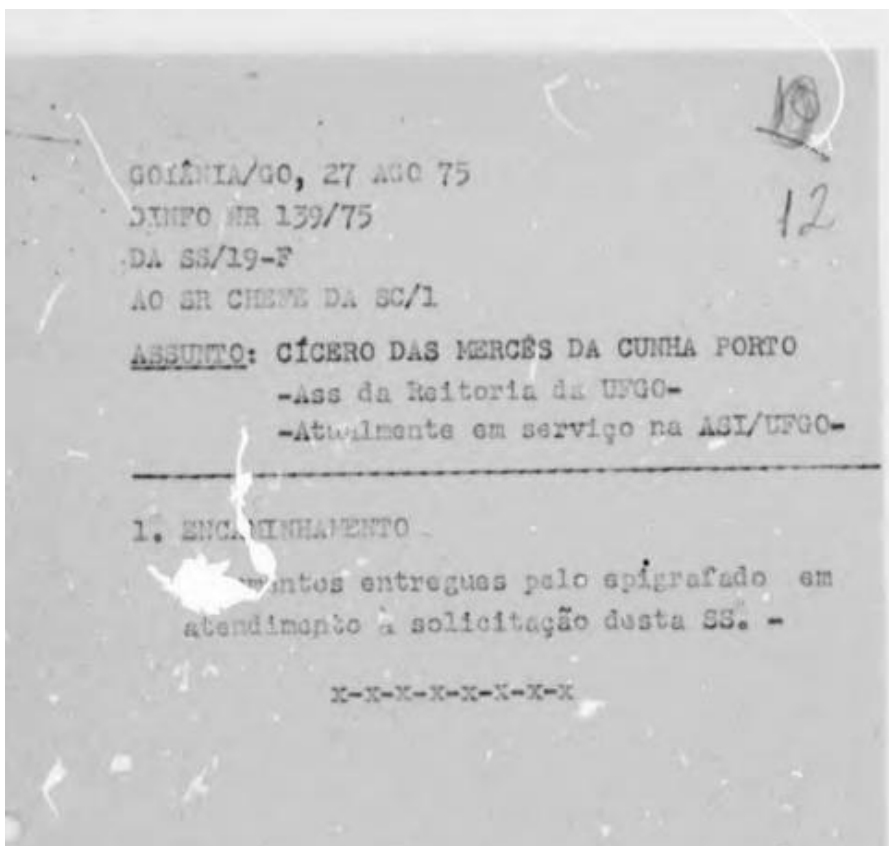
Marcus Antônio Brito de Fleury também era secretário do governo de Irapuan, porém, após diversas desavenças com o governador, deixou o cargo em setembro de 1976. Conhecido como Capitão Fleury, foi chefe da 2ª Seção do 10º BC, além de Superintendente Regional do Departamento de Polícia Federal em Goiás (DPF/GO) e Chefe do Núcleo da Agência do SNI em Goiás (NAGO/SNI) entre dezembro de 1968 e abril de 1974. Na UFG, a partir de outubro de 1976, ficou à disposição da “Coordenação de Estudos de Problemas Brasileiros, para assessorá-la, tendo, assim, as seguintes funções: análise e estudos de temas a serem desenvolvidos nas palestras e atividades de coordenação de EPB”. (ARQUIVO NACIONAL, SIAN, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.RRR.81001156, 1981)

O ensino e a prática da disciplina de Estudos de Problemas Brasileiros (EPB) tornou-se obrigatório a partir de 1969. Segundo Lerner (2016, p. 1030),

“Como uma forma da Educação Moral e Cívica (EMC), o EPB deveria ser ministrado a alunos do ensino superior com o propósito de preparar moralmente e civicamente os jovens para, entre outros objetivos, defender a democracia, os valores espirituais e éticos da nacionalidade, e contribuir para a segurança e o desenvolvimento nacionais. A tríade Deus-Pátria-Família e a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) constituíram o conteúdo da disciplina, fazendo frente aos inimigos que deveriam ser vencidos por meio de sua socialização: a ameaça comunista, o movimento estudantil e o suposto esfacelamento dos valores morais cristãos”.

Não identificamos a data em que Carlos de Carvalho Craveiro deixou a chefia da Assessoria de Segurança e Informação da UFG. Porém, em um documento destinado ao Chefe da ASI/UFG, Informação nº 139 de 27 de agosto de 1975, Cícero das Mercês da Cunha Porto é apontado como servidor do órgão de informação.

Figura 7: Cícero das Mercês da Cunha Porto – funcionário da ASI/UFG em agosto de 1975



Fonte: Arquivo Nacional

Cícero das Mercês estudou na Faculdade de Direito da UFG entre os anos 1966 e 1970. Além de bacharel em direito, o agente também era contador formado no Colégio Comercial 5 de Julho (SENAC). Cícero foi designado pelo reitor da UFG, Farnese Dias Maciel Neto, "como encarregado de sindicância destinada a aplicar as penas do Decreto-Lei nº 477 contra o professor Horieste Gomes, por participação em atividades comunistas. Apresentou relatório em 22 de dezembro de 1972 concluindo pela punição do indiciado". Em outubro de 1975, Cícero enviou uma carta para o chefe do Núcleo da Agencia do SNI em Goiânia, Domingos Pereira Valverde, declarando que durante seu tempo de permanência na Faculdade de Direito da UFG, teve sua atenção voltada para os estudos e, por algumas vezes, colaborava com o Sargento Thompson e Guido do 10º BC, a respeito de algum fato ou aluno daquela Faculdade. (ARQUIVO NACIONAL, SIAN, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.RRR.83004027, 1976)

No período em que Cícero das Mercês esteve comandado a ASI/UFG (1975-1978), identificamos quatro pedidos de informações sobre "pessoas cogitadas para

o corpo docente” da UFG. A maioria das pessoas que foram “barradas” tinham assinado o Manifesto dos Professores Universitários em 1968. Podemos citar como exemplo o caso do professor José Luiz de Campos Curado, que apesar de não possuir mais nenhuma ocorrência em sua “ficha” constante nos órgãos de informações, foi impossibilitado de lecionar na UFG na época, pois tinha sido

[...] um dos signatários do Manifesto dos Professores Universitários, que conclamava a todos os professores a unirem pela defesa da liberdade do ensino em nosso país e pela garantia dos direitos humanos constantemente ameaçados. Segundo comentário da imprensa de Goiânia, foi a primeira vez na história de Goiás, que professores se manifestaram agressivamente e ostensivamente contra o regime vigente. (Informação nº 131/76, DPF/GO, 25 de fevereiro de 1976)

Segundo Maciel (2004, p. 85), durante o governo de Geisel (1974-1977), iniciou-se “o processo de transição da forma ditatorial à forma democrática do Estado burguês, sem que tivesse ocorrido a desmontagem da institucionalidade autoritária”. Ainda de acordo com Maciel (2004, p. 85-6),

“A limitação da transição à simples dinamização da representação política, chamada pelo governo de “distensão”, foi determinada pelo caráter da crise que se instalou no bloco do poder.

[...] A representação política, portando, foi reativada para absorver numa perspectiva passivizadora a pluralização dos interesses burgueses, evitando que esta evoluísse para uma ruptura do bloco no poder, tendo como consequência a “contaminação da arena da disputa política e até do Estado pelas demandas populares”.

Durante esse período, o ativismo estudantil se intensificou nacionalmente, chegando até a infringir regras e determinações oficiais (MOTTA, 2014, p. 330). Na UFG, a partir de 1975, foram reorganizadas as entidades de representação estudantil, sendo criados quatro Diretórios Setoriais, sendo cada um para cada área de conhecimento e um Diretório Central: Diretório Setorial da Área de Ciências Exatas e Tecnologia (DSACET), Diretório Setorial da Área de Ciências Biológicas (DSACB), Diretório Setorial da Área de Artes (DSAA), Diretório Setorial da Área de Ciências Humanas e Letras (DSACHL) e o Diretório Central dos Estudantes (DCE). Em cada área foram criados partidos acadêmicos com o objetivo de concorrerem as eleições anuais para os Diretórios Setoriais. Já o DCE seria eleito indiretamente por um

colegiado formado por 8 estudantes, sendo que cada Diretória Setorial seria representado por 2 delegados. As primeiras eleições ocorreram no 2º semestre de 1975 com a apresentação de candidatos somente nas áreas de Ciências Exatas e Tecnologia (CET) e a Ciências Humanas e Letras (CHL). O único partido que seguia uma tendência inicial para a linha contestatória era o Movimento de Organização Estudantil (MOE) da área de Ciências Humanas e Letras.

Figura 8: Membros do Diretório Setorial de Ciências Humanas e Letras em 1977

<u>Diretório Setorial da Área de C.H.L.</u>	
<u>DIRETORIA</u>	
<u>PRESIDENTE</u>	
()	<u>Pedro Célio Alves Borges</u> (MOE)
<u>VICE-PRESIDENTE</u>	
()	<u>Robinson Pereira Guedes</u> (MOE)
<u>SECRETÁRIO</u>	
()	<u>José Lindomar de Almeida</u> (MOE)
<u>TESOUREIRO</u>	
()	<u>Rosângela Roriz Rizzo</u> (MOE)
<u>CONSELHO DE REPRESENTANTES</u>	
<u>CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS</u>	
()	<u>Zildemar Pires de Oliveira</u> (MOE)
<u>CURSO DE JORNALISMO</u>	
()	<u>Joaquim Abel Carneiro</u> (MOE)
<u>CURSO DE RELAÇÕES PÚBLICAS</u>	
()	<u>Maria José Teixeira</u> (MOE)
<u>CURSO DE LETRAS VERNÁCULAS</u>	
()	<u>Maria José Soares</u> (MOE)
<u>CURSO DE INGLÊS</u>	
()	<u>Fernanda E.V. Garcia</u> (MOE)
<u>CURSO DE HISTÓRIA</u>	
()	<u>Marcia de Melo M. Vieira</u> (MOE)

Fonte: Arquivo Nacional

A partir de uma série de reportagens sobre o apelo feito pelo Ministro da Educação e Cultura, Ney Braga, em cadeia nacional de rádio e televisão, notamos

que em 1977 o movimento estudantil volta a atuar de forma mais acentuada. Segundo o jornal “Folha de Goiás” do dia 18 de maio de 1977, Ney Braga se pronunciou em cadeia nacional para fazer um apelo “em favor da paz na universidade, em favor da tranquilidade nos “campi” universitários desta nação”. Em outra reportagem publicada no jornal “O Popular”, no mesmo dia, é exposta a atuação do movimento estudantil nos estados de Rio Grande do Sul, São Paulo e Bahia. De acordo com a reportagem, os estudantes gaúchos estavam organizando comícios relâmpagos em salas de aula da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Na Universidade de São Paulo (USP) de Ribeirão Preto, os estudantes deliberaram em assembleia geral do campus, a realização de uma greve e passeata em favor da anistia ampla e irrestrita a todos os presos exilados e cassados políticos. Já na Bahia, os estudantes da Universidade Federal da Bahia, Universidade Católica de Salvador e Escola Baiana de Medicina, se mobilizaram para realizar um ato público, no qual leram uma moção abordando temas tais como “arrocho salarial”, “liberdade política”.

No mês seguinte, tropas da Polícia Militar ocuparam a Universidade de Brasília (UnB), “obrigando os aproximadamente cem estudantes que lá estavam a perfilar-se com as mãos para cima, identificando-os em seguida, e levando trinta deles presos dentro de camburões, para locais desconhecidos” (O Popular, 07 de julho de 1977). Outro acontecimento relevante foi a prisão do estudante da Faculdade de Medicina da UFG, Leonardo Camargo Rodrigues Alves, durante participação no movimento estudantil na Universidade de Brasília (UnB). Solidariamente, no dia 12 de agosto, dom Fernando Gomes dos Santos realizou uma missa de pesar pela prisão do estudante goiano e de vários outros detidos. Na ocasião foi lido um texto escrito por dom Fernando, chamado “Como explicar?”, e um dos trechos o religioso afirmou: “Vivemos dias de preocupações e ameaças. Seria longa a lista dos atentados aos direitos e à dignidade de pessoas e instituições”. (ARQUIVO NACIONAL, SIAN, BR dfanbsb v8.mic, gnc.rrr.83004301, 1972)

Na UFG, em setembro de 1977, foi realizada uma Assembleia Geral no Diretório Central dos Estudantes da UFG. Esta Assembleia foi convocada “para decidir o futuro político daquela agremiação. Compareceram aos trabalhos iniciais aproximadamente 70 universitários e mesa foi composta pelos estudantes Pedro Célio Alves Borges, Antônio Carlos Gusmão e Elias Rassi Neto. (ARQUIVO NACIONAL, SIAN, BR dfanbsb v8.mic, gnc.rrr.83004292, 1972). Neste mesmo mês, ocorreu

secretamente na Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, o III Encontro Nacional dos Estudantes. A principal deliberação do encontro foi a criação de uma comissão pró-UNE. (MACIEL, 2004, p. 181)

Já em outubro, a Secretaria de Segurança Pública de Goiás junto à Polícia Federal, conduziram uma investigação a fim de identificar os responsáveis pela confecção de “um panfleto subversivo” distribuído por toda a UFG. “Em consequência foram presos Eduardos Reis, Edmar José Cardoso, Paulo Barbosa Júnior e Pedro Célio Alves Borges. Foi apreendido também material doutrinário do movimento estudantil, da linha do PCB”. (ARQUIVO NACIONAL, SIAN, BR dfanbsb v8.mic, gnc.rrr.83004306, 1977).

No mesmo mês, João Carlos Sanches foi designado para ocupar o cargo de confiança de Analista de Informações da Assessoria de Segurança e Informação da UFG.

Figura 9: João Carlos Sanches, Analista de Informações da ASI/FG

Departamento do Pessoal

PORTARIA Nº 1227 DE 18 DE OUTUBRO DE 1978

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DO PESSOAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, usando da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 14 do Decreto 80 602, de 24 de outubro de 1977, e tendo em vista o disposto no Telex Circular número 394, de 17/07/78, do DASP, e, ainda, o constante do Processo UFGO/Nº 012304/78,

R E S O L V E :

I - Excluir da letra B, item XIV, da Portaria nº 00123, de 02 de fevereiro de 1978, JOÃO CARLOS SANCHES;

II - Conceder Aumento por Mérito, de acordo com o artigo 37 do Decreto 80 602, de 24 de outubro de 1977, com efeito a partir de 1º de outubro de 1977, da referência 42 para a referência 43 da Classe A da Categoria Funcional de Analista de Informações, Código 1401.A, a JOÃO CARLOS SANCHES, lotado na Assessoria de Segurança e Informações desta Universidade.

João José Artiaga Nicolau

Fonte: Arquivo Nacional

No Memorando nº 0381/031 enviado pela Agência Central do SNI para vários órgãos de informações no dia 8 de junho de 1989, o Chefe de Gabinete do SNI, Francisco Garcia Alves, solicita que os servidores que foram agraciados com o “Diploma de Mérito por Tempo de Serviço” fossem avisados de seus lugares na cerimônia de comemoração do 25º aniversário do SNI. Na lista de servidores homenageados está o nome de João Carlos Sanches. (ARQUIVO NACIONAL, BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS, BR DFANBSB V8.TXT, AGR.EVE.2, 1989)

No ano seguinte, um documento (Informação nº 0042/78, do dia 17 de março de 1978) produzido e enviado pela Assessoria de Segurança e Informação da UFG à diversos órgãos de informações, informou que o Diretório Setorial da Área de Ciências Humanas e Letras junto com a Ordem dos Advogados de Goiás (OAB/GO), patrocinaram um ciclo de debates sobre “Direitos Humanos no Brasil”. O reitor da UFG, José Cruciano Araújo, diante do desenrolar dos fatos, tomou as seguintes providências:

“Entrou em contato com o Presidente da OAB/GO, fazendo ver a inconveniência de ser tumultuada a tranquilidade da vida estudantil caso fosse preciso responsabilizar disciplinarmente os alunos encarregados da promoção do debate.

Determinou ao Coordenador para Assuntos Estudantis que chamasse os representantes do Diretório, a fim de mostrar-lhes que arcariam com a consequência pelos inconvenientes que ocorressem.”
(br_dfanbsb_v8_mic_gnc_rrr_82003781, ARQUIVO NACIONAL, SIAN, 1978)

Alguns dias depois, o Núcleo de Agência de Goiânia do SNI informou a Agência Central que a Câmara Municipal de Goiânia tinha realizado uma palestra sobre a anistia com o tema “A luta pelo Estado de Direito no Brasil e o Trabalho do Movimento Feminino pela Anistia”. A sessão foi assistida por aproximadamente 200 pessoas e a palestrante foi a presidente do Movimento Feminino pela Anistia (MFA), Terezinha Godoi Zernbini. (ARQUIVO NACIONAL, SIAN, BR dfanbsb v8.mic, gnc.rrr.83004769, 1978)

Pouco tempo depois já estava fundado o Comitê Goiano pela Anistia, entidade apartidária, que tinha como presidente o Deputado Estadual João Divino Dorneles do

MDB. Durante todo o mês de agosto, o Comitê Goiano pela Anistia promoveu uma Campanha de Coleta de Assinaturas Pró-Anistia na Praça do Bandeirante, localizada no centro de Goiânia. (ARQUIVO NACIONAL, SIAN, BR dfanbsb v8.mic, gnc.rrr.82003808, 1978)

Figura 10: Convocação para a Semana Goiana pela Anistia



Fonte: Arquivo Nacional.

É nesse clima de distensão política que o Congresso Nacional aprova na integra em setembro o projeto de reformas institucionais do governo. Maciel (2004, p. 190) afirma que,

“As principais mudanças foram o fim do AI-5 e de todas as atribuições que este garantia ao presidente da República, como o direito de colocar o Congresso Nacional em recesso, de cassar mandatos parlamentares e os direitos políticos dos indivíduos, de definir as atribuições dos tribunais e violar

as garantias do exercício da magistratura com a remoção de juízes. Além disso, o habeas corpus para prisões por motivos políticos foi restaurado, a censura prévia aos meios de comunicação foi suspensa, as penas de morte, prisão perpetua e banimento foram abolidas (na verdade só a ultima foi aplicada desde o AI-5)".

Entretanto, como ressalva Maciel (2004, p. 191), "essas medidas significaram em contrapartida, o estabelecimento de mecanismos de "salvaguarda do Estado" que preservaram a institucionalidade autoritário em sua essência". Portanto, órgãos como as Assessorias de Segurança e Informações presente em diversas universidades brasileiras, continuaram funcionando. Em novembro de 1978, Cícero das Mercês da Cunha Porto, apontado como funcionário da Assessoria de Segurança e Informações da UFG em 1975, é designado para assumir a Chefia da ASI/UFG. (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 23 de novembro de 1978)

Figura 11: Designação de Cícero das Mercês da Cunha Porto para ser chefe da ASI/UFG.

PORTARIA Nº 1463 DE 23 DE NOVEMBRO DE 1978

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS,
usando de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE designar CÍCERO DAS MERCÊS DA CUNHA
PORTO, Procurador Autárquico, Código 1103.B, Referência
45, do Quadro Permanente da U.F.GO, para exercer a Função
de Confiança de Chefe da Assessoria de Segurança e Infor-
mações, Código DAS-101.1.

José Cruciano de Araújo

Fonte: Diário Oficial da União, 23/11/1978.

Em 2008 (Diário Oficial, de 06 de agosto de 2012), Cícero das Mercês da Cunha Porto foi um dos civis agraciados com a Medalha da Ordem do Mérito Tiradentes, da Polícia Militar do Estado de Goiás, durante o governo de Marconi Perillo. De acordo com a Lei 242, de 17 de janeiro de 1991, a Medalha Tiradentes seria "concedida a todas as autoridades civis, militares e eclesiásticas, que tenham prestado serviços relevantes ao Estado".

Outro acontecimento importante deste ano foi a criação da Associação dos Docentes da Universidade Federal de Goiás (ADUFG). “Na onda do processo de abertura, ocorre a mobilização nacional dos docentes que reivindicam a adoção de uma política clara em termos de plano de cargos e salários”. Assim, no dia 18 de dezembro de 1978, é criada a ADUFG “como parte de uma estratégia para a fundação de um sindicato nacional que veio a nascer em 1981 (a ANDES)”. (LIMA; NAZARENO, 2014, p. 203). A primeira diretoria foi composta por: Hélio Furtado do Amaral (Presidente), Joel Pimentel de Ulhôa (Vice-Presidente), Ary Monteiro do Espírito Santo (1º Secretário), Zezuca Pereira da Silva (2º Secretário) e Sergio Paulo Moreyra (Tesoureiro).

O SNI demonstrava preocupação diante da intensa reorganização e mobilização do movimento estudantil. Por isso, no final do ano, a Agência Central do SNI fez uma retrospectiva das ações promovidas pelo movimento estudantil em 1978, objetivando estabelecer as perspectivas para o ano seguinte. A Apreciação Especial nº 08/10/78, concluiu que:

Como possibilidades do movimento estudantil para 1979, relacionam-se:

- a) Desenvolvimento do proselitismo por parte das lideranças estudantis esquerdistas, já a partir do início do ano letivo, com vistas a mobilizar os calouros no propósito de leva-los a participar de eventos que procurem mostrar a insatisfação dos estudantes com relação ao novo Governo que assumirá em março de 79;
- b) O surgimento da União Nacional dos Estudantes (UNE), anunciado para abril de 79, como uma decorrência natural do estágio de organização alcançado pelo movimento estudantil, e, também, como uma forma de procurar tumultuar o ambiente político quando o novo Governo ainda estiver em fase de instalação;
- c) Radicalização das posições do movimento estudantil, com as graduais e constantes investidas [...];
- d) Prosseguimento das greves, tanto as de cunho político como acadêmico, causando prejuízos àqueles que efetivamente desejam estudar, além do desperdício de recursos públicos;
- e) Comparecimento de outros órgãos de representação estudantil, fugindo à legislação vigente. (br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_79000056, ARQUIVO NACIONAL, SIAN, 1978)

O general João Figueiredo assume a presidência da República em março de 1979, assumindo o compromisso de dar continuidade à política de distensão e caminhar para uma “abertura” do regime. Todavia,

“A abertura não substitui a institucionalidade autoritária por uma institucionalidade democrática nem rompeu com a perspectiva autocrática original do projeto distencionista. [...] Apesar de esvaziado de algumas funções, o Executivo continuou tendo forte ascendência legal sobre o Legislativo e o Judiciário por meio de decretos-leis e da nomeação de magistrados, configurando a continuidade da supremacia da representação burocrática sobre a representação política. O aparato repressivo e de informações adquiriu novas funções, porém não foi desmontado e desativado, continuando sobre controle das Forças Armadas” (MACIEL, 2004, p. 151)

No final de 1978, o governo colocou em vigor medidas que mostravam um encaminhamento para a anistia, tal como a extinção da Comissão Geral de Investigações e a revogação dos banimentos políticos. Tais medidas seriam, principalmente, resultado das mobilizações sociais que ocorrem a partir de 1977.

Figueiredo escolheu Eduardo Portella para ser o titular do MEC durante o seu governo. “Em sua gestão ele tentou manter a clima de abertura nas universidades, ao conseguir, por exemplo, a extinção dos Decretos 477 e 288, gesto de boa vontade orientado para os estudantes”. Durante o I Encontro Nacional da Associação dos Docentes na cidade de São Paulo, Motta (2014, p. 334) afirma que entre os pontos aprovados para a pauta de lutas destacaram-se “a democratização e o fim do “controle ideológico” nas universidades, mais precisamente a extinção das ASIs”. Pouco tempo depois, em maio de 1979, a partir de um ofício enviado pelo DSI/MEC aos reitores, foi determinada a extinção das ASIs universitárias “por determinação superior”.

O fechamento das Assessorias de Segurança e Informação não foi um processo simples, pois “além de não ter sido aplicada a mesma política em todas as instituições, em muitos casos, as agências repressivas mudaram de endereço, as vezes nem isso” (MOTTA, 2008, p. 51). Em outros casos, os arquivos, equipamentos e o quadro de funcionários da ASI universitária foram transferidos para as Delegacias Regionais do MEC (DEMEC), que deram continuidade ao trabalho de vigilância. Esse foi o caso da ASIs da Universidade Federal do Paraná e do Ceará. Ainda de acordo com Motta (2008, p. 52),

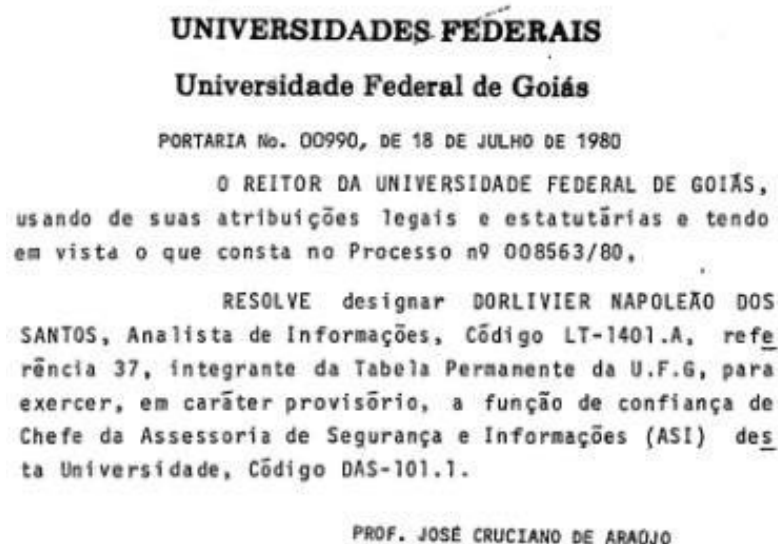
“[...] o destino dessas agências dependeu muito da atitude dos reitores. Os mais afinados com os novos tempos trataram de livrar-se da incomoda assessoria, seja por temerem a má repercussão, seja por buscarem o apoio dos setores próximos à esquerda e ao movimento social: na outra ponta, dirigentes próximos à direita acharam conveniente manter as ASI como estavam, para vigiar os inimigos”.

No caso da Assessoria de Segurança e Informação da UFG, a partir de buscas realizadas pelo Grupo Tortura Nunca Mais do Estado de Goiás (GTM/GO), no dia 11 de fevereiro de 1992, o reitor da UFG, Ricardo Freua Bufaiçal, informou o grupo que o acervo da ASI/UFG havia sido transferido à Delegacia do Ministério da Educação em Goiás (DEMEC/GO) durante a gestão da reitora Maria do Rosário Cassimiro, quando a ASI começou a ser desativada. Entretanto, a sua extinção ocorreu apenas na gestão do reitor Joel Pimentel de Ulhôa (1982-1986).

Os últimos chefes da ASI/UFG, foram:

- 1) Dorlivier Napoleão dos Santos: designado no dia 18 de julho de 1980 para exercer, em caráter provisório, a função de Chefe da ASI/UFG.

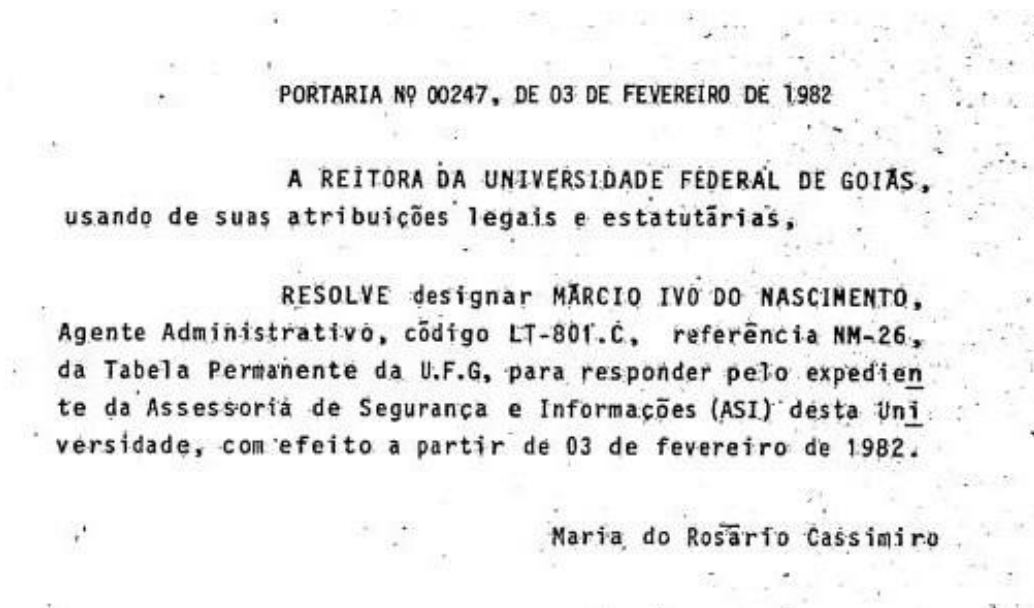
Figura 12: Designação de Dorlivier Napoleão dos Santos para ser chefe da ASI/UFG.



Fonte: Diário Oficial da União, 18/07/1980.

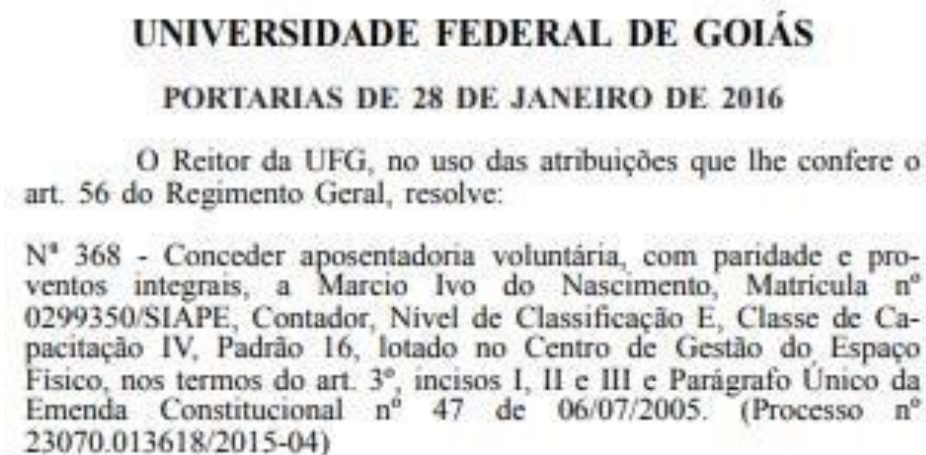
- 2) Márcio Ivo do Nascimento: Designado para “responder o expediente da ASI/UFG” a partir de 3 de fevereiro de 1982. Márcio continuou trabalhando como contator na UFG até janeiro de 2016, quando se aposentou.

Figura 13: Designação de Márcio Ivo do Nascimento para ser chefe da ASI/UFG



Fonte: Diário Oficial da União, 03/02/1982.

Figura 14: Aposentadoria de Márcio Ivo do Nascimento



Fonte: Diário Oficial da União, 28/01/2016

- 3) Vicente Raimundo Magalhães: Designado no dia 24 de fevereiro de 1986 para exercer a função de Chefe da ASI/UFG.

Figura 15: Designação de Vicente Raimundo Magalhães para ser chefe da ASI/UFG.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, usando de suas atribuições legais e estatutárias, **R E S O L V E** :

PORTARIA Nº 0297, DE 24/FEV/86 – Designar VICENTE RAIMUNDO MAGALHÃES, Administrador, código 923.S, ref. NS-25, do Quadro Permanente da U.F.G., lotado na Pró-Reitoria de Administração e Finanças, para exercer a função de confiança de Chefe da Assessoria de Segurança e Informações (ASI) desta Universidade, código LT-DAS-101.1.

Fonte: Diário Oficial da União, 24/02/1986

No total, identificados seis pessoas que trabalharam na Assessoria de Segurança e Informação da UFG. Notamos que apenas Dorlivier Napoleão dos Santos e João Carlos Sanches eram analistas de informações. De acordo com Magalhães (1997),

“A seleção de pessoal para o exercício de funções repressivas submetia-se a um conjunto de critérios cuidadosamente elaborado, seguindo uma rígida hierarquia: no topo da pirâmide situava-se o presidente da República e como seu staff para assuntos de segurança, o Conselho de Segurança Nacional e a equipe executiva do SNI. A este organismo subordinavam-se os órgãos de repressão alocados em todas as regiões do país, cada um deles coordenado por um militar. Para assessorá-lo, contrataram-se *analistas de informações*, concebidos como a elite do sistema; estes subsidiavam seus superiores com dados e informações já processados e recomendavam programas e planos de ação.

Entretanto, para se tornarem analistas de informações, os agentes tinham que cursar os cursos oferecidos pela Escola Nacional de Informações (EsNI). Criada pelo Serviço Nacional de Informações em 1971, essa escola tinha o papel de formar os quadros para preservar a ordem da “comunidade”. De acordo com Motta, (2008b, p. 40), os chefes das assessorias eram incentivados a se matricularem nos cursos oferecidos pela EsNI, a fim de desenvolver uma atuação mais competente como agentes de informações, pois eram eles um dos responsáveis por suprir o Sistema Nacional de Informações (Sisni).

Em 2013, a Coordenadora da Comissão Nacional da Verdade, Rosa Maria Cardoso da Cunha, solicitou a relação de ex-servidores civis da EsNI para o chefe de

segurança institucional da Presidência da República, General José Elito Carvalho Siqueira, que mandou a lista para Rosa com a seguinte recomendação: “Solicito especial atenção dessa Comissão no que se refere ao tratamento das informações pessoais, inclusive à manutenção do sigilo dos nomes das pessoas constantes da documentação, tendo em vista as disposições legais aplicáveis à espécie”. O nome de João Carlos Sanches consta como admitido pela EsNI em 1979, mesmo ano em que Cícero das Mercês assumiu a chefia da ASI/GO, o que nos leva a crer que Sanches comandou a ASI/UFG por pouco tempo. (ARQUIVO NACIONAL, BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS, BR rjanrio cnv.0.ere.00092001917201372, 2013)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, nos anos anteriores à ditadura militar, de Getúlio Vargas a Juscelino Kubistchek, a ideologia do Estado interventor e desenvolvimentista se desenvolve no Brasil. Como consequência dessa política, várias instituições de ensino superior foram criadas com o objetivo de gerar as transformações necessárias para a “modernização” do Brasil. Porém, a criação da Universidade Federal de Goiás também contou com a mobilização de professores e estudantes, que exigiam a criação de uma universidade pública e de qualidade em Goiânia.

A Ditadura Militar Brasileira (1964-1985) cumpriu um papel histórico fundamental para a consolidação do capitalismo monopolista sobre a sociedade brasileira. Porém, não podemos apontar esse fato como o único responsável pelo desencadeamento do golpe militar ocorrido em 1964. Como vimos no primeiro capítulo, antes do golpe, a cultura nacional-estatista promovida pelo governo suscitava cada vez mais a inquietação e desassossego entre as elites e as forças sociais conservadoras. Agravando ainda mais essa conjuntura, entre 1961 e 1964, segmentos importantes das classes populares exigiam a realização das chamadas “reformas de base”, que propunha, sobretudo, a redistribuição da riqueza e do poder na sociedade brasileira. (REIS FILHO, 2014, p. 21)

Entretanto, o golpe militar significou o triunfo das forças conservadoras. O governo do primeiro presidente da ditadura militar, general Humberto Castello Branco, foi marcado por uma intensa repressão aos movimentos populares que ameaçavam a autocracia burguesa brasileira, ocasionando centenas de prisões de lideranças populares, inclusive do movimento estudantil. Seu governo desenvolveu uma política econômica antipopular, aliada ao imperialismo norte-americano, além de criar uma nova concepção de defesa nacional. O aparelho repressivo da ditadura militar começa a germinar com a criação do Serviço Nacional de Informações (SNI), órgão responsável por gerir em todo o território nacional as atividades de informação, principalmente aquelas que fossem de interesse à Segurança Nacional.

Entre 1965 e 1967, formou-se no país um movimento democrático radical, comandado pelos estudantes universitários. “Liderado e hegemonizado por organizações revolucionárias de esquerda, não queria negociações, nem o aproveitamento de brechas legais no quadro do Parlamento, mas o fim da ditadura” (REIS, 2014: 91). Porém, foi durante o segundo governo ditatorial, em 1968, que todos os grupos radicais que queriam o fim da ditadura militar encontraram-se nas ruas. Esse foi um ano de grandes conflitos em escala internacional.

Sobre esse ano, Reis Filho (2014, p. 92) afirma que no primeiro semestre de 1968, o governo Costa e Silva alternou repressão – com morte – e conciliação, permitindo grandes manifestações pacíficas: em março, ocorreu o enterro do jovem Edson Luís de Lima e Souto, assassinado durante a invasão de um restaurante universitário; em junho, a passeata dos Cem Mil; e, em julho, a passeata dos Cinquenta Mil.

No segundo semestre, a surpresa: os policiais começaram a atirar para matar nos que participavam das manifestações. Foram presas centenas de lideranças estudantis. No dia 13 de dezembro de 1968, foi editado o Ato Institucional nº 5, que vigorou até 1978. Esse foi um duro golpe, pois esse ato proibia manifestações populares de caráter político, suspendia o direito de habeas corpus (em casos de crime político, crimes contra a ordem econômica, segurança nacional e economia popular), impunha a censura prévia para jornais, revistas, livros, peças de teatro e músicas e concedia poder ao Presidente da República para suspender os direitos políticos, pelo período de 10 anos, de qualquer cidadão brasileiro. Além disso esse Ato dava amplos poderes para o Presidente em relação as Câmaras Estaduais e Municipais.

No decorrer dos anos, a repressão se intensifica dentro das universidades por meio de uma série de medidas desencadeadas pelo governo militar, tais como a expulsão de alunos e a demissão de professores. Além do conhecido AI-5, outro instrumento lançamento para a repressão foi o Decreto-Lei nº 477, elaborado pelo ministro Gama e Silva e que tinha como finalidade a punição de professores, estudantes e funcionários que tivessem relação com os “movimentos subversivos”. Além de serem desligados da universidade, os professores atingidos pelo DL 477 ficavam impossibilitados de trabalhar em qualquer outra instituição educacional do país por cinco anos, ao passo que os estudantes eram expulsos e ficavam proibidos

de cursarem qualquer universidade por três anos. Na UFG, nove pessoas foram atingidas pelo Decreto-Lei nº 477, sendo elas, em ordem cronológica: Talwer Carvalho Mendes, estudante do curso de Ciências Sociais; Ademar Alvarenga Prado e Valdi Camércio, estudantes da Faculdade de Medicina; Ana Maria Gomes Coelho, estudante da Faculdade de História, e sua irmã Nilva Gomes Coelho, estudante da Faculdade de Ciências Sociais; Washington Luiz Teixeira Rabelo, estudante do Instituto de Matemática e Física; Wilmar Antônio Alves, funcionário da Rádio Universitária; João Silva Neto, estudante da Faculdade de Direito; por último, Horieste Gomes, professor da Faculdade de Filosofia.

Porém, dentro das universidades, o principal órgão responsável por realizar a repressão política a partir da década de 70, foram as ASI ou AESI. Em 1970, os serviços de informação sofreram uma alteração, assim que foi aprovado o Plano Nacional de Informações (PNI). As DSI seriam estimuladas a se subdividirem, de forma a serem estabelecidas em instituições subordinadas ao controle dos ministérios. Surgiam então as denominadas Assessorias de Segurança e Informações (ASI), ou Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESI). Era papel desses órgãos de informação: produzir informações necessárias às decisões dos Reitores, produzir informações para atender às determinações do Plano Setorial de Informações e encaminhar à DSI informações por ela requisitadas. (MOTTA, 2008, p. 36)

Na UFG, não encontramos nenhum documento que informasse a data em que ela começou a funcionar. Porém, sabemos que ela já estava em funcionamento dentro dessa instituição de ensino em 1973 e que continuou funcionando mesmo após o final da ditadura militar. Identificamos seis civis que comandaram esse órgão de informação, sendo eles: Carlos de Carvalho Craveiro, Cícero das Mercês da Cunha Porto, João Carlos Sanches, Dorlivier Napoleão dos Santos, Márcio Ivo do Nascimento e Vicente Raimundo Magalhães.

Durante o governo do general Ernesto Geisel, começam a ser tomadas iniciativas para reduzir o aparato repressivo. “O processo de distensão foi planejado para ser lento, gradual e seguro, permitindo a acomodação das forças em disputa para evitar choques graves” (MOTTA, 2014, p. 327). Durante esse período, o ativismo estudantil se intensificou nacionalmente, chegando até a infringir regras e determinações oficiais: “Eles apresentaram peças teatrais proibidas, patrocinaram shows com artistas considerados subversivos e organizaram debates sobre temas

políticos” (MOTTA, 2014, p. 330). A partir de 1975, denúncias públicas sobre a existência das ASI's foram feitas em diversos jornais e revistas. Isso acabou atrapalhando o trabalho desses órgãos, pois movimentos docentes e estudantis começaram a se organizar em favor da extinção das ASI's.

Em 1979, assume o governo o general João Batista de Oliveira Figueiredo. Durante sua gestão, o Decreto-Lei nº 477 foi extinto e o clima de abertura nas universidades foi mantido. Em maio desse mesmo ano, o DSI/MEC enviou um ofício aos reitores informando sobre a extinção das ASI's universitárias. É, portanto, a partir de 1979 que se inicia um processo lento de descontinuo de fechamento das ASI universitárias. Porém, a Assessoria de Segurança e Informação da UFG continuou funcionando mesmo após o final da ditadura militar, como vimos no terceiro capítulo.

REFERÊNCIAS

Fontes

ALVES, Célia Maria; CÔRTEZ, Vera (org.). *Memórias Transcritas: Depoimentos*. Goiânia: ANIGO/ NDH-UFG, 2013.

ANIGO. *A Ditadura Militar em Goiás – Arquivos Revelados: transcrições de relatórios dos órgãos da repressão*. Goiânia: ANIGO / Gráfica UFG, 2016.

ARQUIVO NACIONAL, SIAN, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.65096421, “CLIMA CONTRA REVOLUCIONÁRIO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS”, 1965.

ARQUIVO NACIONAL, SIAN, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.RRR.83005822, “EGÍDIO TURCHI MOVIMENTAÇÃO DE SUBVERSIVO”, 1975.

ARQUIVO NACIONAL, SIAN, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.70030924, “IRREGULARIDADES NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS”, 1970.

ARQUIVO NACIONAL, SIAN, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.RRR.83005010, “DIAGNÓSTICO DA REALIDADE EDUCACIONAL EM GOIÁS”, 1972.

ARQUIVO NACIONAL, SIAN, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.RRR.83006130, “PROJETO RONDON EM GOIÁS”, 1972.

ARQUIVO NACIONAL, SIAN, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.72046031, “PROJETO RONDON”, 1972

ARQUIVO NACIONAL, SIAN, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.72049225, “ANTECEDENTES DE LENA CASTELO BRANCO FERREIRA DA COSTA”, 1972.

ARQUIVO NACIONAL, SIAN, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.72048783, “ATICO FROTTA VILAS BOAS MOTA”, 1972.

ARQUIVO NACIONAL, SIAN, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.73053980, “DIVERGENCIAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS”, 1972.

ARQUIVO NACIONAL, SIAN, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.RRR.82003102, “BOLIVAR GONÇALVES SIQUEIRA”, 1977.

ARQUIVO NACIONAL, SIAN, *BR DFANBSB V8.MIC, GNC.RRR.81001085*, “CLEUSA MARIA ALVES”, 1970.

ARQUIVO NACIONAL, SIAN, *BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.71041460*, “CONTRATAÇÃO DE ELEMENTOS SUBVERSIVOS NA UFGO”, 1971.

ARQUIVO NACIONAL, SIAN, *BR dfanbsb v8.mic, gnc.aaa.72051805*, “MANIFESTAÇÃO NA UFGO SOBRE MEDIDA POLÍTICA DO GOVERNO FEDERAL”, 1972.

ARQUIVO NACIONAL, SIAN, *BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.84046670*, “PARTICIPANTES DO CONGRESSO DA UNE EM IBIUNA SP”, 1973.

ARQUIVO NACIONAL, SIAN, *BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.72049798*, “AGITAÇÃO COMUNISTA DE ESTUDANTE DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA”, 1968.

ARQUIVO NACIONAL, SIAN, *BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.74101500*, “ALUNOS UNIVERSITARIOS ENVOLVIDOS EM ATIVIDADES SUBVERSIVAS”, 1974.

ARQUIVO NACIONAL, SIAN, *BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.69005908*, “TALWER DE CARVALHO MENDES”, 1969.

ARQUIVO NACIONAL, SIAN, *BR dfanbsb v8.mic, gnc.rrr.81001562*, “ELEIÇÕES NO DCE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS”, 1970.

ARQUIVO NACIONAL, SIAN, *BR dfanbsb v8.mic, gnc.rrr.83003994*, “JORNAL ESQUELETO 21”, 1971.

ARQUIVO NACIONAL, SIAN, *BR dfanbsb v8.mic, gnc.aaa.72056788*, “ANA MARIA COELHO E NILVA MARIA GOMES COELHO”, 1972.

ARQUIVO NACIONAL, *BR dfanbsb v8.mic, gnc.rrr.83004004*, “APLICAÇÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS DO DECRETO LEI 477 69”, 1972.

ARQUIVO NACIONAL, SIAN, *BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.74101500*, “ALUNOS ENVOLVIDOS EM ATIVIDADES SUBVERSIVAS”, 1976.

ARQUIVO NACIONAL, SIAN, *BR dfanbsb v8.mic, gnc.rrr.83004462*, “APLICAÇÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS DO DECRETO LEI 477 69”, 1972.

ARQUIVO NACIONAL, SIAN, *BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.73064686*, “IIFEIRA DO LIVRO PATROCINADA PELO DCE UFGO”, 1973.

ARQUIVO NACIONAL, SIAN, *BR dfanbsb v8.mic, gnc.rrr.82003828*, “RÁDIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS”, 1973.

ARQUIVO NACIONAL, SIAN, *BR DFANBSB V8.MIC, GNC.RRR.82003779*, “ACUSAÇÕES CONTRA EX SECRETARIO DO GOVERNO DE GOIAS, MARCUS ANTONIO BRITO DE FLEURY”, 1976.

ARQUIVO NACIONAL, SIAN, *BR DFANBSB V8.MIC, GNC.RRR.81001156*, “MARCUS ANTONIO BRITO DE FLEURY”, 1981.

ARQUIVO NACIONAL, SIAN, *BR DFANBSB V8.MIC, GNC.RRR.83004027*, “LEVANTAMENTO DE ANTECEDENTES CICERO PORTO E CICERO DAS MERCES DA CUNHA PORTO”, 1976.

ARQUIVO NACIONAL, SIAN, *BR dfanbsb v8.mic, gnc.rrr.83004301*, “ATUAÇÃO DO ARCEBISPO DE GOIÂNIA GO”, 1972.

ARQUIVO NACIONAL, SIAN, *BR dfanbsb v8.mic, gnc.rrr.83004292*, “MOVIMENTO ESTUDANTIL ASSEMBLEIA GERAL NO DCE EM GOIÂNIA-GO”, 1972.

ARQUIVO NACIONAL, SIAN, *BR dfanbsb v8.mic, gnc.rrr.83004306*, “MOVIMENTO ESTUDANTIL”, 1977.

ARQUIVO NACIONAL, SIAN, *BR DFANBSB V8.TXT, AGR.EVE.2*, “PALESTRA SOBRE INDEXAÇÃO”, 1989.

ARQUIVO NACIONAL, SIAN, *BR dfanbsb v8.mic, gnc.rrr.82003781*, “MOVIMENTO ESTUDANTIL, CICLO DE DEBATES SOBRE DIREITOS HUMANOS”, 1978.

ARQUIVO NACIONAL, SIAN, *BR dfanbsb v8.mic, gnc.rrr.83004769*, “MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA MFPA”, 1978.

ARQUIVO NACIONAL, SIAN, *BR dfanbsb v8.mic, gnc.rrr.82003808*, “MOVIMENTO PELA ANISTIA NO ESTADO DE GOIÁS”, 1978.

ARQUIVO NACIONAL, SIAN, *BR dfanbsb v8.mic, gnc.aaa.79000056*, “MOVIMENTO ESTUDANTIL RETROSPECTO DE 1978 E PERSPECTIVAS PARA 1979”, 1978.

ARQUIVO NACIONAL, BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS, *BR DFANBSB V8.TXT, AGR.EVE.2*, “RELAÇÃO DE NOMES DE EX-SERVIDORES CIVIS DE 1971 A 1988”, 1989.

ARQUIVO NACIONAL, BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS, *BR rjanrio cnv.0.ere.00092001917201372*, 2013.

GOMES, Horieste. ***Cela 14: Militância, Prisão e Liberdade***. Goiânia: Gráfica Charbel, 2009.

SALLES, Antônio Pinheiro (Org.). ***A ditadura militar em Goiás: depoimentos para a história***. Goiânia: Poligráfica Off-set e Digital, 2008.

UFG. *Universidade Federal de Goiás: imagens e memórias (1960-1964)*. Goiânia: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2010.

Bibliografia

ALVES, Márcio Moreira. ***BEABÁ DOS MEC-USAID***. Rio de Janeiro: Edições Gernasa, 1968.

ARNS, Dom Paulo Evaristo. ***Brasil: Nunca Mais***. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BORGES, Barsanufio Gomides. Integração Capitalista no Brasil Central. ***História Revista***, Goiânia, v. 13, n. 1, p.1-19, jan./jun. 2008.

BORGES, Simone Aparecida. Os cursos de História da Universidade Católica de Goiás e da Universidade Federal de Goiás. 2006. 239 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2006.

CAMPOS, Itami F. *A política tradicional em Goiás: 1930 a 1060*. In: SOUSA, D. B. (Org.) *Goiás: sociedade e estado*. Goiânia: Cênone, 2009.

CASTRO, Rosângela Nunes Almeida de. A Origem do Ensino de Engenharia em Goiás. *Revista Eletrônica Engenharia Viva 1*, Goiânia, p.19-35, jun. 2014.

CASTRO, Thiago Bicudo. Repressão aos intelectuais e estudantes: aproximações entre Ato Institucional nº 2 e Lei Suplicy de Lacerda (1965-1968). *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 20, n. 2, p.193-213, jul./dez. 2017. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/fchf/article/view/53072/25579>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

CHAGAS, Rodrigo Pereira. Florestan, a “revolução burguesa” e a transformação capitalista do Brasil. *Lutas Sociais*, São Paulo, v. 17, n. 30, p.30-43, jan./jun. 2013.

CHAVES, Davillas Newton de Oliveira. **A História da UFG: Região e Modernidade**. 2011. 212 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Democracia e socialismo*. São Paulo: Cortez, 1992. (Coleção polêmicas do nosso tempo, v. 51).

DIAS, Renato; DIAS, Ricardo. **Desafiando a Utopia**. 2. ed. Goiânia: Divisão Gráfica, 1990.

EXTENSÃO E CULTURA. Goiânia: Universidade Federal de Goiás - Pró-reitoria de Extensão e Cultura, n. 1, 2000.

FAVARO, Tereza Cristina P. *O Governo Mauro Borges (1961-1964): o planejamento tecnocrático e os limites do personalismo populista*. 2015. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.

FÁVERO, Maria de Lourdes. *Da Universidade Modernizada à Universidade Disciplinada*. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1991.

FERNANDES, Florestan. *Apontamentos sobre a “Teoria do Autoritarismo”*. São Paulo: Editora Hucitec, 1978.

_____. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5 ed. - São Paulo: Globo, 2005.

_____. *A universidade brasileira: reforma ou revolução?* São Paulo: AlfaÔmega. 1979.

FERNANDES, Marilena Julimar Jerônimo. **PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA X ANTÔNIO (TOTÓ) RAMOS CAIADO: Memórias, Ressentimentos, Esquecimentos e Silêncios (1930-1970)**. 2013. 151 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. **1964: O golpe que derrubou um presidente. pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

GUSSON, Claudia Maria. **Movimento estudantil e repressão judicial: o regime militar e a criminalização dos estudantes brasileiros (1964-1979)**. 148 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-02102008-155123/publico/DISSERTACAO_CLAUDIA_MARIA_GUSSON.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2019.

KASSAB, Álvaro. A alma do menino e os mistérios da mente. **Jornal da Unicamp**. Campinas, p. 5. maio, 2005.

MACIEL, David. *A argamassa da ordem: da Ditadura Militar à Nova República (1974-1985)*. São Paulo: Xamã, 2004.

_____. Notas sobre Revolução Passiva e Transformismo em Gramsci. **História Revista**, Goiânia, v. 11, n. 2, p.273-299, jul./dez. 2006.

_____. A Esquerda Goiana nos Anos 60/70: Do Nacionalismo Estatista à Luta contra a Ditadura Militar. *Opsis (Catalão-GO)*, v. 14, n.1, p. 359-377, 2014.

_____. Ditadura Militar e capital monopolista: estruturação, dinâmica e legado. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 32, p.64-78, jan./jun. 2014.

MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. **Revista Brasileira de História**, [s.l.],

v. 17, n. 34, p.203-220, 1997. FapUNIFESP (SciELO).
<http://dx.doi.org/10.1590/s0102-01881997000200011>.

MENDONÇA, Zilda Gonçalves de Carvalho. A UFG e as políticas para o ensino superior público em Goiás: extensão, interiorização e expansão via Campi Avançados. **Revista Histedbr On-line**, Campinas, v. 1, n. 20, p.274-294, dez. 2010.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Incômoda Memória: Os arquivos das ASI universitárias. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 21, p.43-66, jul./dez. 2008.

_____. *As universidades e o regime militar*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

_____. Os olhos do regime militar brasileiro nos campi. As assessorias de segurança e informações das universidades. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 16, p.30-67, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/topoi/v9n16/2237-101X-topoi-9-16-00030.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

NAZARENO, Elias; LIMA, Roberto. Breve histórico dos cursos de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás (UFG). **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 2, n. 17, p.197-207, jul./dez. 2014.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: Uma Análise do Serviço Social no Brasil Pós - 64**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à Razão Dualista: O Ornitorrinco*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVAL, Moema de Castro e Silva (Org.). **Realizações e projetos de Colemar Natal e Silva no campo cultural em Goiás**. Goiânia: Cegraf Ufg, 1992.

OLIVEIRA, Lúcio S. *A História da atividade de inteligência no Brasil*. Brasília: ABIN, 1999.

PEREIRA, Eliane M. C. Manso. O Estado Novo e a Marcha para Oeste. **História Revista**, Goiânia, v. 1, n. 2, p.113-129, jan./jun. 1997.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura de democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois*. São Paulo: Edusc, 2004.

RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). ***A Ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964***. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 30-47.

RODRIGUES, Anegleyce Teodoro. ***A universidade Brasileira: instituição formadora e organização administrativa***. Goiânia: Editora Ufg, 2013.

SOUZA, Dalva Borges de (Org.). ***Goiás: Sociedade e Estado***. 2. ed. Goiânia: Cãnone, 2009.

UFG AFIRMATIVA. Goiânia: Assessoria de Comunicação da Universidade Federal de Goiás, n. 2, set. 2008.

UFG AFIRMATIVA. Goiânia: Assessoria de Comunicação da Universidade Federal de Goiás, n. 3, set. 2009.